



PROFHISTÓRIA

MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

RIVANIA NOGUEIRA DE OLIVEIRA

**TRAJETÓRIAS DE SERINGUEIROS E SERINGUEIRAS NO ACRE TERRITORIAL
DURANTE A “BATALHA DA BORRACHA” (1940-1949): OUTRAS
ABORDAGENS**

RIO BRANCO

Julho/ 2025



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE

RIVANIA NOGUEIRA DE OLIVEIRA

**TRAJETÓRIAS DE SERINGUEIROS E SERINGUEIRAS NO ACRE TERRITORIAL
DURANTE A “BATALHA DA BORRACHA” (1940-1949): OUTRAS
ABORDAGENS**

Dissertação a ser apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História da Universidade Federal do Acre, como requisito final à obtenção do título de Mestre em História.

Linha de Pesquisa: Linguagens e Narrativas Históricas: Produção e Difusão

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Roberto Gomes de Souza

RIO BRANCO

Julho/ 2025

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da UFAC

O481t Oliveira, Rivania Nogueira de, 1975-

Trajetórias de seringueiros e seringueiras no Acre territorial durante a “Batalha da Borracha” (1940-1949) : outras abordagens / Rivania Nogueira de Oliveira ; orientador: Prof. Dr. Sérgio Roberto Gomes de Souza. – 2025.
113 f. : il.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Acre, Programa de Pós-graduação em Ensino de História. Rio Branco, 2025.

Inclui referências bibliográficas e anexos.

1. Ensino de história. 2. Batalha da borracha. 3. Acre. 4. Seringueiros. 5. Seringueiras. I. Souza, Sérgio Roberto Gomes de. (orientador). II. Título.

CDD: 981.12



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA

FOLHA DE APROVAÇÃO

Titulo da dissertação: **Trajetórias de seringueiros e seringueiras no Acre territorial durante a “batalha da borracha” (1940-1949): outras abordagens**

Autor: **Rivânia Nogueira de Oliveira**

Orientador: **Dr. Sérgio Roberto Gomes de Souza**

Dissertação aprovada como parte das exigências para obtenção do título de Mestra em Ensino de História, pela Banca Examinadora:

DATA DA APROVAÇÃO: 09 de outubro de 2025.

BANCA EXAMINADORA:

Assinado Eletronicamente

DR. SÉRGIO ROBERTO GOMES DE SOUZA

Orientador

Universidade Federal do Acre – UFAC

Assinado Eletronicamente

DRA. VERONICA APARECIDA SILVEIRA AGUIAR

Avaliadora Interna

Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Assinado Eletronicamente

DRA. LILIAN MARIA MOSER

Avaliadora Externa

Universidade Federal de Rondônia – UNIR



Documento assinado eletronicamente por **Sergio Roberto Gomes de Souza, Professor do Magisterio Superior**, em 09/10/2025, às 10:31, conforme horário de Rio Branco - AC, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Lilian Maria Moser, Usuário Externo**, em 09/10/2025, às 13:35, conforme horário de Rio Branco - AC, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Veronica Aparecida Silveira Aguiar, Usuário Externo**, em 09/10/2025, às 15:44, conforme horário de Rio Branco - AC, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.ufac.br/sei/valida_documento ou click no link [Verificar Autenticidade](#) informando o código verificador **1841974** e o código CRC **D03C8946**.

AGRADECIMENTOS

Dedico esta dissertação, primeiramente a Deus por me conceder saúde e forças nos momentos mais difíceis deste percurso. Dedico também a minha família, na pessoa de meus pais: Manoel Ferreira de Oliveira (um dos “ex-seringueiros” entrevistados) e minha querida mãe Anouram Nogueira de Oliveira por estes representarem exemplos de virtude, sabedoria e amor que sempre dedicou a mim e aos meus irmãos Marleudo Nogueira de Oliveira e Viviane Nogueira de Oliveira. Dedico esta dissertação ao meu querido esposo Alan Nascimento de Souza, por sempre estar ao meu lado me apoiando e me dando forças e amor nos momentos mais difíceis. Ao meu querido filho Alexandre Nogueira de Souza, ao qual Deus me presenteou e tem me ensinado o verdadeiro sentido do amor e da vida. Gostaria de dedicar esta dissertação ao meu orientador Dr. Sérgio Roberto Gomes de Souza pelos seus ensinamentos, paciência e dedicação em meus momentos de aflições.

Dedico esta dissertação aos meus queridos amigos Fabiana Dias dos Santos e Uitalo Lira de Almeida por estarmos juntos ao longo deste percurso, pois nos deslocávamos de Sena Madureira até a capital Rio Branco semanalmente durante o ano de 2023 para as aulas presenciais do Profhistória. A parceria e o apoio de vocês foi fundamental para que esse sonho fosse concretizado.

Aos meus queridos colegas do curso profhistória 2023 da Universidade Federal do Acre (UFAC), os meus mais sinceros agradecimentos pela força e encorajamento nos momentos de cansaço e fadiga. À minha querida entrevistada Maria Floriza Lima Guimarães, por ser esse exemplo de força, coragem e resistência diante das dificuldades enfrentadas nos seringais e por ter conseguido seguir em frente e criar seus filhos com maestria. À professora Dra. Teresa Cruz obrigada pela motivação e ensinamentos. Os agradecimentos e dedicatórias se estendem ao querido professor Dr. Francisco Bento da Silva pelos momentos de descontração e conhecimentos durante às aulas presenciais. À minha querida amiga Raíza Lira da Silva que sempre me incentivou, me ajudou nas dúvidas, e principalmente por ter me convidado a realizar a seleção do Profhistória e ter me ajudado a realizar o grande sonho. Que é ser mestra em História.

Enfim, obrigada a todos e todas que contribuíram na realização desse sonho.

“É preciso escrever um texto historiográfico que fira, que provoque dor ao trazer para a cena os eventos e personagens que foram feridos, magoados, que doloridos viveram vidas de resto e de rastro”.

(Durval Muniz de Albuquerque Júnior)

LISTA DE IMAGENS

Imagem 01 – Vida nova na Amazônia	p.35
Imagem 02 – Mais borracha para a vitória	p.38
Imagem 03 - Marcha dos “soldados da borracha” em Fortaleza, Ceará	p.40
Imagem 04 - Rumo à Amazônia, cartilha	p.42
Imagem 05 – Flagelados e vantagens	p.43
Imagem 06 – Capa do livro: A gazeta do Purus	p.66
Imagem 07 – Autoridades presentes na partida dos soldados	p.94
Imagem 08 - Partida do primeiro comboio de trabalhadores	p.95
Imagem 09 - Autoridades reunidas no momento do embarque	p. 96
Imagem 10 - Missa no Prado. Em 22/03/1943	p.97
Imagem 11 - Partida assistida pela população	p.98
Imagem 12 - Presidente da República, chefe geral do SEMTA, modelo das braçadeiras e logomarca do SEMTA.....	p.99
Imagem 13 - Vai também para a Amazônia; vida nova na Amazônia	p.100
Imagem 14 – Qr code para acessar o material didático	p.101

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – objetivos, conteúdos e propostas de atividade no quadro organizador, a partir do trabalho com a oralidade – 9º ano	p. 87
Tabela 2 – objetivos, conteúdos e propostas de atividade no quadro organizador (linearidades presentes) - 9º ano	p. 91

LISTA DE SIGLAS

BCB – Banco de Crédito da Borracha

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

CAETA – Comissão Administrativa de Encaminhamento de Trabalhadores

CRUA – Currículo de Referência Único do Acre

EUA – Estados Unidos da América

FEB – Força Expedicionária Brasileira

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

LBA – Legião Brasileira de Assistência

MAUC – Museu de Arte da Universidade Federal do Ceará

SAVA – Superintendência do Abastecimento do Vale Amazônico

SEMTA – Serviço Especial de Mobilização dos Trabalhadores para a Amazônia

SESP – Serviço de Saneamento Especial de Saúde Pública

SNAAPP – Serviço de Navegação da Amazônia e Administração do Porto do Pará

UFAC – Universidade Federal do Acre

UFC – Universidade Federal do Ceará

RESUMO: A temática em questão, “Trajetórias de “seringueiros” e “seringueiras” no Acre territorial durante a batalha da borracha (1940-1949)”, é de extrema relevância, tanto no âmbito do PPGPEH quanto para o Ensino de História, pois nos permite adentrar em narrativas historiográficas que nos inquietam. Temos como intuito dialogar/problematizar com construções que perpassam a vida e vivências de homens e mulheres protagonistas deste processo, enfatizando os movimentos de exploração e violência a que foram submetidos, também, destacando seus atos de resistência/existência nas florestas e cidades da Amazônia acreana, no recorte cronológico proposto. Ressaltamos ainda que, a partir das leituras de Spivak (2010, p. 16), não pretendemos nos posicionar enquanto intermediários da fala dos subalternos e colonizados, movidos pela tentação de que podemos falar pelo Outro. Assim, referenciados por Michel de Certeau (1982, p. 55), tentamos compreender nosso *patoá*, ou seja, a relação que temos com o lugar de onde falamos, o que nos impede de reproduzirmos as subjetividades dos homens e mulheres com quem dialogamos, pois eles podem falar e falam. Tentamos nos distanciar de construções referenciadas pelo “amazonialismo”, significante pensado pelo historiador Gerson Rodrigues de Albuquerque (2016, p. 77), como um conjunto de “conhecimentos” ou narrativas que inventa, descreve, classifica, cataloga, analisa de forma supostamente objetiva e mesmo científica a ‘Amazônia’ e suas populações, representando-as como um “todo” homogêneo e a-histórico. Tais análises serão fundamentais para que possamos problematizar com a maneira como a temática é discutida em sala de aula, na educação básica inserindo-se, nesse contexto, a proposição de um material didático onde novas possibilidades de abordagens serão apresentadas.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino de história. Batalha da borracha. Acre. Seringueiros. Seringueiras

ABSTRACT: The theme in question, “Trajectories of rubber tappers in the territory of Acre during the rubber war (1940-1949),” is extremely relevant, both within the scope of the PPGPEH and for the teaching of history, as it allows us to delve into historiographical narratives that unsettle us. Our aim is to discuss/question constructions that permeate the lives and experiences of the men and women who were protagonists in this process, emphasizing the exploitation and violence to which they were subjected, while also highlighting their acts of resistance/existence in the forests and cities of the Acre Amazon, within the proposed chronological framework. We also emphasize that, based on the readings of Spivak (2010, p. 16), we do not intend to position ourselves as intermediaries of the speech of the subalterns and colonized, moved by the temptation that we can speak for the Other. Thus, as referenced by Michel de Certeau (1982, p. 55), we try to understand our *patoá*, that is, the relationship we have with the place from which we speak, which prevents us from reproducing the subjectivities of the men and women with whom we dialogue, since they can speak and do speak. We try to distance ourselves from constructions referenced by “Amazonialismo,” a signifier conceived by historian Gerson Rodrigues de Albuquerque (2016, p. 77), as a set of “knowledge” or narratives that invents, describes, classifies, catalogs, and analyzes the “Amazon” and its populations in a supposedly objective and even scientific way, representing them as a homogeneous and ahistorical “whole.” Such analyses will be fundamental for us to problematize the way the theme is discussed in the classroom, in basic education, including, in this context, the proposal of teaching material where new possibilities for approaches will be presented.

KEYWORDS: History teaching. Rubber War. Acre. Rubber tappers. Rubber trees. Translated with DeepL.com (free version)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO I: HOMENS E MULHERES QUE VIERAM PARA O ACRE TRABALHAR NO CORTE DA SERINGUEIRA.....	18
1.1. – Mobilização de trabalhadores para a Amazônia e a suposta “proteção” do Estado brasileiro.....	32
1.2. – Propaganda através da iconografia de Jean-Pierre Chabloz.....	34
CAPÍTULO II: OUTRAS POSSIBILIDADES DE DIÁLOGOS COM OS/AS PARTICIPANTES DA “BATALHA DA BORRACHA.....	46
2.1. – Estratégias para distanciar-se do barracão: resistências no cotidiano	49
2.2. – Alguns passos pelos varadouros da oralidade e da história local: ensaios para uma escrita decolonial.....	52
2.3. – Reflexões sobre o currículo em uma perspectiva decolonial.....	57
2.4. – Desdizer o dito: contrapontos a estereótipos produzidos pela literatura e historiografia	63
2.5. – Questões sobre as representações sociais e escolhas dos materiais didáticos...68	
2.6. – O uso do livro didático na escola.....	74
CAPÍTULO III: ENSINO DE HISTÓRIA E O CURRÍCULO ÚNICO DE REFERÊNCIA DO ACRE (CRUA).....	81
3.1. Proposição didática: cartilha e-book/livro digital.....	92
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	102
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	106
ANEXOS	

INTRODUÇÃO

Nos inquieta a maneira como são difundidas no meio escolar uma diversidade de narrativas sobre a história de sujeitos sociais que trabalharam como extratores de látex e produtores de borracha no decurso da década de 1940, no então Território Federal do Acre. A mim incomoda, em especial, pelo fato dessas narrativas tratarem também de parte da minha história, pois sou de uma família que possui raízes nos seringais acreanos. Meu pai e avós trabalharam no corte da seringueira, sobreviviam também da pesca nos seringais do rio Purus e carregam consigo sentidos distintos daqueles estereotipados em algumas produções historiográficas. No geral, estas abordam suas diferentes experiências de vida por uma perspectiva preconceituosa e carregada de classificações essencializadas.

Quando passamos a olhar para nós mesmos ou temos contato com outras narrativas que compõem a história do lugar em que vivemos, percebemos mais ainda o quanto somos culturalmente diversos e carregamos, como mestrandos e mestradas, o dever de pensarmos em uma escrita da história que dialogue com outros personagens, que não os sacralizados pela história oficial. De produzirmos abordagens diferentes daquelas que estão em alguns livros didáticos, caracterizadas pela exclusão/interdição de certos eventos, apegadas a uma temporalidade única, linear. Assim, pensamos ser pertinente evidenciarmos outros trajetos, na perspectiva de melhor compreendermos as motivações que fizeram com que diferentes homens e mulheres, a exemplo de nossos pais, avós, bisavós, chegassem até essa região na década de 1940 e aqui constituíssem modos de vida diversos.

Não intencionamos que as fontes históricas com as quais trabalhamos sejam compreendidas enquanto reproduções exatas dessas muitas vidas e vivências, afinal, como nos ensina Veyne (1992), a história é uma narrativa de eventos. Nesta mesma direção, Albuquerque Júnior (2007) explica que as narrativas, enquanto representações de um fato, são divergentes. Assim pensando, é possível dizermos que são repletas de contradições, a depender das análises/subjetividades de quem as produz/analisa. Por essa perspectiva, compreendemos a possibilidade de dialogarmos com alguns personagens que, de alguma maneira, foram atravessados por distintas temporalidades, seja das diásporas, da reinvenção de corpos e subjetividades para uma outra vida nas florestas da Amazônia acreana, das

resistências a exploração. Isto na tentativa de compormos partituras que serão primordiais para entendermos fragmentos de seus cotidianos, que foram silenciados e produzimos um produto didático voltado para alunos e professores da área de história da educação básica.

Compreendemos, neste caso, a importância do uso das fontes orais. Para tanto, nos referenciamos inicialmente em autores e autoras que trabalham com a temática, a exemplo de Portelli (2001), que escreveu “História oral como gênero”. Assim, nosso intento é dialogarmos com diferentes personagens que vivenciaram diretamente ou conviveram com pessoas que experencializaram a vida nos seringais. Podemos citar como exemplo Maria Floriza de Lima Guimarães, com quem mantivemos contato. Hoje com 83 anos de idade, veio da cidade de Limoeiro do Norte, Ceará, acompanhando a família para a Amazônia acreana, trajeto que realizou quando tinha apenas cinco anos de idade. Era a mais nova entre três irmãos. No processo de (re)buscar e selecionar memórias, Floriza, assim como outros personagens que foram entrevistados, nos ajudam com suas interpretações do presente, sobre estes tempos passados.

Também ressaltamos o uso de jornais editados no então Território Federal do Acre, no recorte cronológico proposto para este trabalho, como importantes fontes de pesquisa. Importa especificarmos que as buscas por periódicos se deram no site da Hemeroteca da Biblioteca Nacional.¹ Não esqueçamos que essas fontes de pesquisa tendem a representar esses homens e mulheres a partir de estereótipos e narrativas homogeneizadoras. Não era incomum, por exemplo, que fossem denominados enquanto “arigós”, uma certa “identidade mestra”, considerando os escritos de Hall (2006, p. 21), que busca “alinhar diferentes identidades”. Vejamos um exemplo. Na edição nº 744 do jornal O Acre, publicada no dia 30 de abril de 1944, encontra-se uma matéria intitulada “Arigó”. Nela podemos observar uma tentativa de discutir tal significante e seus significados:

Dizem uns que arigó é um nome de uma ave de arribação pertencentes à fauna do nordeste. Outros, afirmam que arigó é a

¹ Acesso através do endereço eletrônico: <https://memoria.bn.gov.br/hdb/periodico.aspx>.

denominação de todos os trabalhadores de enxada, como é hábito chamarem nos Estados do sul.

Finalmente, chega-nos às mãos um artigo de autoria do professor Alfredo Garcia publicado pela imprensa de Manaus que referindo-se à palavra arigó, diz ser a mesma originária do vocábulo grego Ergós (ergon) que significa trabalho, obra, emprego, profissão, coisa, ofício, peça, circunstância etc., e, que o prefixo temático “a” de significação negativa anteposto ao vocábulo Ergós, por uma figura de dicção e através do metaplasmo sofrendo trocas, supressão, aumento e transposição de letras – Aergós como seria no grego – chegou até nós como transmudado como arigó, cuja significação é sem trabalho, malandro, sem ofício etc.²

Ao discutir o termo “arigó” o autor da mencionada matéria jornalística, Luís Felipe, reconhece o peso desonroso de tal denominação. Assim pensa, por identificar na mesmo a origem grega depreciadora, que remete a adjetivos negativos: sem trabalho, malandro e sem ofício. Talvez por isso se contrapõe e sugere sua substituição por denominações como “brabo” ou “Soldado da Borracha” que, de certa forma, continuam a negar suas identidades, individualidades e protagonismos que continuam a invisibilizar nomes, histórias e modos de vida diversos.

Aliás, para muitos dos que vieram para a Amazônia Sul Ocidental a partir da segunda metade do século XIX, espaços onde posteriormente seria constituído o Território Federal do Acre, foram impostas “Identidades mestras”. Portanto, não é um movimento característico somente da década de 1940. Em “À margem da história”, por exemplo, Euclides da Cunha (1999) os nomeia como seringueiros, mas também como sertanejos. Representa suas vidas, fundamentalmente, a partir do conto do “Judas-Asvero”. Em sua narrativa, o boneco do “traidor” de Cristo é montado cuidadosamente durante o sábado de aleluia. Nele o “seringueiro” coloca sua melhor roupa, seu chapéu e, após, o destrói, pois “esculpiu o maldito à sua imagem”. Vingava-se de si mesmo, da desenfreada ambição que o trouxe para aquelas paragens. Assim, compunha esse personagem enquanto solitário, bêbado, taciturno, sem história (Cunha, 1999, p. 22).

Mais recentemente, também podemos encontrar narrativas que homogeneízam e, de certa forma, subalternizam esses homens e mulheres. Neste caso, referenciados pelos escritos de Raiza Lira da Silva (2024), alertamos para a

² O Acre, Rio Branco, 30 de abril de 1944, ano XIV, nº 744, p. 4.

pretensão de nos distanciarmos de práticas produzidas/reproduzidas por alguns intelectuais ocidentais, que criaram a ideia de representação “dos sujeitos do terceiro mundo, os produzindo como o Outro subalterno. Tal ideia de representação incita a produção de violências epistêmicas, silenciando essas diferentes populações” (Silva, 2024, p. 20).

No livro intitulado “História do Acre: Novos Temas, Nova Abordagem”, do historiador Carlos Alberto Alves de Souza (2013), por exemplo, consta que os “seringueiros” viviam “ao abandono, sem assistência médica dos poderes públicos” (Souza, 2013, p.133). Ele associa a imagem do extrator do látex à miséria, abandono e flagelo. Os nomeados como “seringueiros” parecem não viver diferentes experiências sociais, não inventaram/reinventaram corpos e comportamentos a partir da chegada na Amazônia. São seres “prontos”, predeterminados, emoldurados por camadas de discursos.

Concepções com tais características continuam a aparecer na mencionada obra, quando observarmos uma passagem onde o autor se refere às migrações que ocorreram para o Território Federal do Acre na década de 1940. De forma assertiva e sem nenhuma mediação com o Outro que inventa, afirma: “os seringueiros foram trazidos do Nordeste sob o controle do governo brasileiro” (Souza 2013, p. 91). Observe-se que, neste caso, Souza não dialoga com esses personagens na perspectiva de tentar compreender algumas de suas motivações e pretensões. O seu enredo é previamente produzido.

E não para por aí. Em um subtítulo da mesma obra: “Preferes lutar na guerra ou trabalhar e viver no Acre?”, Souza (2013, p. 91) sugere ser apenas esse o elemento motivador para os deslocamentos de trabalhadores do Nordeste brasileiro. No decurso das pesquisas, no entanto, ao dialogarmos com Maria Floriza, percebemos outras possibilidades. A mesma nos diz que sua família veio movida pela curiosidade e não de maneira forçada ou sem escolhas. Assim, percebemos evidências de que os escritos do mencionado autor mantêm Floriza e outros sujeitos sociais interditados/silenciados. Neles, não se enxergam referências às diversas motivações que trouxeram homens e mulheres para o trabalho no corte da seringueira, suas diferentes visões de mundo e como foi o processo de resistência destes povos no interior da Amazônia.

Consideramos pertinente construirmos outras abordagens, a partir da perspectiva de homens e mulheres que viveram ou conviveram com pessoas inseridas nos trabalhos com a seringueira na década de 1940. A segunda alternativa, ressalte-se, nos remete à busca de diálogos com familiares desses personagens, pois muitos que atuaram diretamente na extração do látex e fabrico da borracha já faleceram. Somos referenciados por construções que nos fazem lembrar algo importante, no caso, que existem muitas “Amazônias”, significados distintos e, ao hierarquizá-los, impingimos “marcas” e “inscrições” de uma “história linear”, como explicita Gerson Albuquerque, ao trabalhar o neologismo “Amazonialismo”. Para este autor:

Nas Amazônias dos rios nomeados como Purus, Juruá, Madeira e seus inúmeros tributários, mulheres, crianças e homens transitaram/transitam por essas correntes desde muito antes do aparecimento dos primeiros registros, preocupados em nomear as coisas, os lugares, as pessoas e todo o mundo natural. Nomear para se apropriar, para tomar posse em nome de reis, rainhas, imperadores e impérios. Nomear e rotular, descrever, catalogar, hierarquizar e inscrever em seus corpos as marcas de uma história linear e sem significados com sua existência real, uma história apartada de tempos e espaços das histórias e trajetórias próprias de indivíduos e coletividades em específicos intercâmbios com a natureza e outros seres. (Albuquerque, 2016, p. 86)

Ao utilizarmos a história oral, fundamental para a elaboração do trabalho em curso, é importante termos a percepção de que quando fazemos uso dessa metodologia estamos lidando com recortes, subjetividades, representações ou aquilo que o passado proporciona revisitar como algo confortável e elegível em expressar-se. Referenciados em Portelli (2001), compreendemos que a maior parte dos relatos são fragmentos, episódios derivados do “ouvi dizer”, dificilmente contados em sequência. Isto reforça a concepção de que não conheceremos a vida dos sujeitos sociais com quem dialogamos na totalidade, de maneira organizada, coerente, pois “a história de vida como uma completa e coerente narrativa oral não existe na natureza: ela é um produto sintético da ciência social. Isso não a torna menos preciosa” (Portelli, 2001, p. 11).

O que objetivamos em nossa pesquisa é compormos uma escrita distante da visão colonizadora do passado e visibilizarmos pessoas/histórias ausentes, que deram contribuições para a formação do espaço em que vivemos. Ousamos dizer que temos uma pretensão decolonial. Neste caso, destacamos como orientação teórica

para discutirmos temas como racialização, modernidade, colonialismo, colonialidade e decolonialidade os diálogos com autores do Pensamento Pós-Colonial Latino-Americano. Assim, por exemplo, ressaltamos a importância dos estudos de Anibal Quijano (2005) e Maria Lugones (2014), que nos remetem a refletir sobre a violência característica da modernidade, seu lado oculto, sustentada por processos de racialização, do patriarcado/colonialidade de gênero e da exploração do trabalho e das riquezas naturais de populações e áreas colonizadas.

Por este motivo, quando nos referimos ao uso de termos como “seringueiros e seringueiras”, por exemplo, procuramos confrontar com seus significados, pois ao longo da história esses sujeitos são anônimos, invisibilizados. A impressão é de que já chegaram na Amazônia acreana com essas identidades constituídas, que não foram inseridos em processos taxonômicos que os produziram, conforme João José Veras de Souza (2016), como os “condenados da floresta”, “seres inferiores” em uma escala de “classificação” da condição humana inventada. Esquece-se, neste cenário, que tiveram que se reinventar para viver novas relações de trabalho e, além disso, aprender a lidar com as adversidades e frustrações desse novo contexto.

Por fim, ressaltamos que esta dissertação está estruturada em três capítulos. No primeiro capítulo busco produzir outras abordagens sobre os sujeitos sociais que vieram para o Acre Territorial da década de 1940, trabalhar no corte da seringueira e fabrico da borracha. Em minha proposta de trajeto metodológico dialogo/problematizo, inicialmente, com jornais editados nesses espaços, fazendo uso dessas fontes históricas a partir de alguns caminhos explicitados por José D’Assunção Barros (2021).

O intuito é tentar perceber como esses escritos constroem discursivamente o Outro, contribuindo para a imposição de identidades essencializadas: soldados da borracha, arigós, seringueiros que invisibilizam seus diferentes modos de vida e contribuem para a constituição de processos taxonômicos. Também utilizo, em uma perspectiva crítica, o material de propaganda produzido pelo Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA).

Em relação a orientação teórica, dialogo com os historiadores Sérgio Roberto Gomes de Souza (2022) e Gerson Rodrigues de Albuquerque (2015), que problematizam com algumas produções historiográficas sobre o Acre, perpassadas pelo “amazonialismo”. Me referencio ainda nos escritos do historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2007; 2014), por este nos ensinar a importância de escritos

menos “açucarados”, que reverenciam certos eventos e personagens e produzimos uma história mais “acre”, explicitando processos de violência/exclusão praticados por aqueles que foram sacramente colocados no “altar da história”.

Analisamos ainda parte do livro “Novos Temas, Nova Abordagem”, do historiador Carlos Alberto Alves de Souza (2013) e “Paraíso Perdido”, de Euclides da Cunha (1986), onde desenvolveremos confrontos sobre a “história do Acre” que produzem narrativas essencializadas e estereotipadas sobre os sujeitos sociais que vieram trabalhar no corte da seringueira.

No segundo capítulo desenvolvo contrapontos a abordagens que caracterizo como “colonizadoras”. Nesse contexto, serão fundamentais os relatos de personagens que viveram ou ouviram falar sobre os motivos que trouxeram homens e mulheres para a Amazônia acreana, a exemplo do que disseram Maria Floriza de Lima Guimarães e Manoel Ferreira de Oliveira.

Como referencial teórico, destaco os escritos de autores e autoras pós-coloniais latino-americanos, a exemplo de Quijano (2005) e Lugones (2014). Por estes promoveram debates pautados na interculturalidade, inclusão e nas subjetividades. Além das formas de controle exercidas pela modernidade colonial e as hierarquizações presentes praticados por aqueles que foram sacramente colocados no “altar da história”.

Para discutirmos a temática, ressaltamos a importância das leituras dos trabalhos de Circe Bittencourt (2008), a exemplo da obra “Ensino de história: fundamentos e métodos”, onde a autora destaca as contribuições desta disciplina na formação de um cidadão político e crítico, além de mencionar “as finalidades educacionais e o papel da escola”. Pontua também que a “disciplina” de história está articulada a outra significativa realidade: a de formação intelectual”.

Assim, podemos estabelecer relações entre esta dissertação de mestrado e a mencionada obra de Bittencourt, no tocante ao desenvolvimento do cidadão questionador, pois o ambiente escolar é local de produção/disseminação de conhecimentos, onde se estabelecem visões amplas de mundo. Nesse contexto, há uma preocupação quanto ao ensino de história e quanto à formação do indivíduo, na perspectiva de que ele seja capaz de refletir sobre os acontecimentos da sociedade em que vive, bem como “observar e descrever, estabelecer relações com o passado

e presente, identificar semelhanças e diferenças” (Bittencourt, 2008, p. 122), enfim, levá-los a refletir que a produção historiográfica é um ambiente de disputa de memórias.

A constituição de identidades associa-se à formação da cidadania, problema essencial na atualidade, ao se levar em conta as finalidades educacionais mais amplas e o papel da escolar em particular. A contribuição da História tem-se dado na formação da cidadania, associada mais explicitamente à do cidadão político. Nesse sentido é que se encontra, em inúmeras propostas curriculares, a afirmação de que a História deve contribuir para a formação do “cidadão crítico”, termo vago, mas indicativo da importância política da disciplina. (Bittencourt, 2008, p. 121).

A história do Acre apresentada nos currículos oficiais é distante da vivenciada por alunos e professores. Isto faz com que não se enxerguem nela, não se sintam parte daquele universo. Com isso, acreditamos na importância de repensarmos a amplitude das temáticas que podem ser abordadas dentro da disciplina de história, a exemplo da valorização das experiências de nossos antepassados durante o processo migratório para as terras acreanas e as múltiplas experiências vividas.

Assim pensando, também destacamos a importância da obra organizada por Florisvaldo Paulo Ribeiro Júnior e Ivete Batista da Silva Almeida (2022), intitulada Ensino de História em Perspectiva Decolonial, que nos fundamenta na busca pela elaboração de uma escrita historiográfica “das/nas Amazônias”. Da mesma forma, com o intuito de percebermos o espaço escolar como um local de produção/difusão de narrativas e, portanto, de produção de sentidos, também se constitui em importante referencial os escritos de Cleodir da Conceição Moraes (2023), denominado Ensino de história na escola básica: sujeitos, práticas e narrativas.

No terceiro capítulo, priorizamos desenvolver a construção da relação entre a temática trabalhada nesta dissertação e o ensino de história. Para isso, desenvolveremos contrapontos com o Currículo Único de Referência do Acre (CRUA). Apresentaremos portanto, apontamentos de autores que tratam da problemática e analisam o currículo centrado no desenvolvimento do aluno como agente construtor de seu conhecimento. Para que seja possível assumirem posicionamentos críticos e ativos, tornando-se conscientes de seu papel social, como por exemplo, transformar as realidades em que vivem.

Selva Guimarães debate sobre a importância de se trabalhar as identidades locais alinhadas à identidade nacional. Em suas pesquisas, nos apresenta as diversas maneiras de abordagens das temáticas na sala de aula, e uma delas é o trabalho com a história oral como possibilidade de formadora de sujeitos históricos e críticos. Reflexões alinhadas a esta, é possível encontrarmos na pesquisa da professora da Universidade Federal do Acre (UFAC) Flávia Rodrigues Lima da Rocha denominada “Revisitando o currículo de História do Acre da Educação Básica através da história oral”, em que nos fornece esclarecimentos sobre o uso da história local em sala de aula e de como podemos associá-la aos conteúdos do currículo escolar.

Quanto ao produto didático, exigência do Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória/UFAC), nos propomos a produzir um material paradidático com o conteúdo trabalhado na dissertação, com destaque para os contrapontos desenvolvidos à uma escrita colonizadora da história do Acre. Importa ressaltarmos que comporão o mencionado material os jornais pesquisados, os relatos das pessoas entrevistadas e os referenciais bibliográficos utilizados no texto. Usaremos, para tanto, ferramentas do site *Book Creator*, para a elaboração do referido material. A opção por produzir um material em formato digital se deu pelo fato de ser mais acessível à comunidade escolar, já que que facilmente pode ser divulgado entre professores/as e alunos/as.

CAPÍTULO I - Homens e mulheres que vieram para o Acre trabalhar no corte da seringueira

Como neste capítulo utilizaremos de maneira mais enfática jornais como fontes de pesquisa, pensamos ser importante fazer um diálogo inicial acerca dessa opção metodológica. No ensaio intitulado "Sobre o uso dos jornais como fontes históricas – uma síntese metodológica", Assunção Barros (2021) enfatiza a necessidade de questionarmos as intencionalidades sempre presentes nestes documentos. Destaca ainda o mencionado autor que os periódicos, sejam informativos ou doutrinários, independente dos períodos em que são editados, atendem a diversos interesses. Essa tendência pode ser observada em jornais produzidos no Acre na década de 1940, a exemplo do "Folha do Acre" e "O Acre" utilizados no decurso das pesquisas e escrita do trabalho. Pela leitura que realizamos em várias de suas edições, é possível dizermos que suas redações serviam aos interesses de uma classe elitizada e detentora do poder.

Também observamos nos diálogos/problematizações com essas fontes, que os discursos que veiculavam interdavam sujeitos e estereotipavam homens e mulheres trabalhadores do corte da seringueira, publicizando suas imagens de maneira negativa, contribuindo para que concepções perpassadas por preconceitos fossem difundidas. Assim, atentos ao que nos ensina Assunção Barros, observamos que:

Frequentemente, podemos nos deparar com a referência de que os jornais constituem um “meio de informação”, o que não deixa de ser também verdade. Todavia, a face “meio de comunicação” costuma se sobrepor, nos jornais, à face “meio de informação”, principalmente aos olhos dos historiadores e sociólogos. Isto ocorre porque os jornais não transmitem apenas informações. Eles também comunicam ideias e valores, e através destas ideias e valores buscam agir sobre a sociedade (Barros, 2021, p. 401).

Quando buscamos periódicos para compor nosso trabalho, estamos diante da busca por evidências do ideário de poder que preponderava à época. Mas, não só isso, visto que também podemos ser informados sobre outras vivências, mesmo que estas sejam pouco tratadas em seus escritos. Analisando notícia publicada pelo jornal “O Acre” em sua edição nº 697, de 6 de junho de 1943, encontramos relatos sobre a

visita do Sr. Valentim Bouças, chefe da Comissão Executiva dos Acordos de Washington, quando o mesmo realizou visita ao então território Federal do Acre. Nela podemos identificar que os personagens citados têm nomes e adjetivos que os destacam de maneira glamourosa, realçando suas posições relevantes e salientando-os como figuras importantes da sociedade.

O Sr. Valentim Bouças, chefe da Comissão Executiva dos Acordos de Washington, e sua comitiva, visitam o Acre.

Pela manhã de ontem chegou a esta capital importante comitiva chefiada pelo Sr. Valentim Bouças, Chefe da Comissão Executiva dos Acordos de Washington, figura de destacado valor no cenário nacional, pelos inestimáveis serviços que sua inteligência esclarecida a serviço da Nação, vem prestando à grandeza da Pátria e vitória das nossas armas empunhadas neste momento para a defesa das tradições imortais e honra do nosso povo. Fazem parte da comitiva os senhores Henrique Doria de Vasconcelos, Georges S. Rabinovich e tenente coronel Antônio Bastos, do Exército Nacional.

Um cinegrafista do Departamento de Imprensa e Propaganda acompanha a ilustre comitiva, colhendo aspectos de interesse para divulgação e propaganda no país.

S. Excia. o sr. Cel. Luis Silvestre Coelho, diretores de departamentos, representantes do comércio, seringalistas, receberam os ilustres viajantes no aeroporto, seguindo todos em navio da S.N.A.P.P. até o seringal Amapá, onde os detiveram em visita de observações.³

Diante da notícia evidenciada pelo referido jornal, percebemos marcas de uma sociedade que pouco enfatiza a relevância do extrator do látex, tendo em vista que concentra as informações em segmentos das elites econômicas e políticas, descrevendo-as como “figuras ilustres” e caracterizando-as como personagens de “destacado valor no cenário nacional”. Atentemos, por exemplo, como refere-se o periódico ao já mencionado chefe da comissão dos Acordos de Washington, Valentim Bouças, nomeado como uma figura eminente, um homem honrado, com notável inteligência e exímio lutador das tradições por sua nação. Contudo, os trabalhadores da seringa, suas múltiplas histórias e tradições encontram-se silenciadas.

Também analisamos matéria publicada pelo jornal “O Acre”, em 13 de fevereiro de 1944, intitulada “Conserve seu sorriso”. O fizemos devido a mesma tratar sobre um trabalhador de nome Expedito do Nascimento. A perspectiva foi tentarmos perceber

³ Jornal O Acre, Rio Branco 6 de junho de 1943, ano XIV, nº 697, p. 1.

diferenças de abordagens, tendo como referência publicação do mesmo jornal sobre a visita do chefe da Comissão Executiva dos Acordos de Washington, anteriormente explicitada. Já no início dos escritos, observamos que Nascimento foi nomeado como “arigó”, termo homogeneizador e pejorativo. No texto também consta que “o mesmo veio do nordeste brasileiro durante uma “avalanche humana” povoar a Amazônia” que, até então, era “deserta”.

Conserve seu sorriso

Expedito R. do Nascimento é um arigó da avalanche humana que veio povoar a Amazônia trazida pelas contingências climáticas do Nordeste, pela guerra e pela aventura de enricar...Arigó é um pássaro de migração e o povo em sua simplicidade e instintiva sabedoria adotou como nome popular para os soldados da borracha. Levas e levas de imigrantes sobem os cursos d’água amazônicos. Despejam-se pelas cidades e vilas e vão povoar os seringais desertos onde pontifica a figura ímpar do seringalista, outro nome que entrou na terminologia nacional, substituindo o de seringueiro rico de outrora, o patrão e dono do seringal, o coronel de entanho, de fato, de linho branco, de chapéu de Chile e charuto da Bahia...⁴

Expedito do Nascimento surgiu nas páginas deste jornal pelo fato de ter se destacado através da canção que compôs, chamada “Eu vou pro Amazonas”, que apresenta em uma de suas estrofes a seguinte passagem: “Eu deixei minha terra, vou trabalhar pelo Brasil! Pelas Nações Unidas, que estão em guerra, somos nós 50 mil”.⁵ O tom ufanista da letra, pode ter contribuído para que fosse divulgada.

Mas, vejamos alguns pontos que podem ser problematizados, na narrativa em questão. Inicialmente ressaltamos a passagem onde o jornal trata sobre “seringais despovoados”. Neste caso, encontramos a reprodução do discurso que caracteriza a Amazônia, como nos ensina Fernanda Salvo (2023, p. 431), a partir do mito do vazio demográfico, sustentado pelos escritos colonizadores. Observe-se, no entanto, que o significante “vazio” tem outros significados quando se refere a esses espaços, pois também diz respeito a vazios de culturas, saberes e fazeres.

Outra questão a ser analisada, é como o migrante que veio para os seringais é representado. Expedito do Nascimento tem seu nome divulgado, o mesmo não

⁴ O Acre, Rio Branco, 13 de fevereiro de 1944, ano XIV, nº 733, p. 6.

⁵ O Acre, ano XIV, Rio Branco, 13 de fevereiro de 1944, nº 733, p. 6.

ocorrendo com “sua noiva e sua velha mãe que ficaram para trás”. Seus dissabores, no entanto, não seriam suficientes para fazê-lo deixar de sorrir, pois seu “sacrifício” estaria sendo feito pelo bem da nação. Enfrentando a fome, mas sempre com o sorriso estoico dos fortes, com a esperança da riqueza. No final, uma frase nos chama atenção: “é apenas um nordestino, um a mais na planície”.⁶ Estes escritos, aliás, estão bem ao gosto da conformação de uma “história nacional”, como nos ensina Durval Muniz de Albuquerque Júnior,

[...] onde o processo épico de formação territorial e daquilo que chamavam de processo de colonização e povoamento ocupavam o núcleo da narrativa da história nacional, história sem gosto de nada, nada que parecesse com o humano, posto que os dramas da população, os genocídios que conformaram o chamado povo brasileiro, a tragédia das transmigrações, da escravidão, da exploração do trabalho, ou não compareciam como fazendo parte da história do país ou eram tratados em termos abstratos, conceituais, sem a presença concreta das vidas e corpos humanos (Albuquerque Junior, 2014, p. 125).

Notadamente os homens e mulheres que viviam nos seringais são narrados de maneira depreciativa, como se não tivessem histórias diversas, dotadas de individualidades, capacidades, talentos e uma gama de discursos que precisam ser ouvidos e valorizados nesse sistema hierarquizador, que foi nomeado enquanto “batalha da borracha”.

Narrativas como as encontradas em jornais sobre homens e mulheres podem ser vistas também em escritos da historiografia acreana, a exemplo das que aparecem nos trechos do livro “Novos temas, Nova abordagem”, do historiador Carlos Alberto Alves de Souza (2013, p. 65). Ao escrever sobre a “Migração de Nordestinos para o Acre durante a segunda Guerra Mundial”, o autor, ainda que enfatize que homens e mulheres vieram para Amazônia acreana durante os anos de 1940 a 1949 por motivos diversos, não destaca tais motivos. Sua narrativa privilegia uma abordagem reducionista e superficial, em que esses sujeitos aparecem reduzidos a adjetivos negativos. É possível notar que Souza (2013) contribui para a produção de abordagens que interdita e permitem estereótipos dos sujeitos sociais, isso porque, ao que parece, reproduz uma história em que as fontes são colocadas enquanto uma

⁶ O Acre, Rio Branco, 13 de fevereiro de 1944, ano XIV, nº 733, p. 6

verdade única. Observemos esse relato que consta em sua obra:

Sempre que pretava contas, o patrão me enganava, ele sempre dizia: Nada vezes nada é igual a nada. Patrão fica com tudo, o freguês fica sem nada; não deve e nem tem saldo; pode ir embora que passagem não tem. (Depoimento oral do senhor Joacir Nogueira. Feijó, 1998). (Souza, 2013, p. 66).

Compreendemos que relatos de “ex-seringueiros” narrando suas histórias de vida em uma perspectiva trágica são expressões de suas memórias, memórias que os marcaram e foram selecionadas. A questão que se põe, é a ausência de outras vozes, o que pode levar a movimentos de generalizações, que não têm referência com o real.

Além do autor de “Novos temas, novas abordagens”, também é pertinente observarmos as narrativas sobre homens e mulheres que habitaram a Amazônia a partir do surgimento da economia gumífera, pois costumam ser contadas sob uma perspectiva supostamente universal e homogênea. Esse tipo de relato, que se faz presente desde a metade do século XIX, pode ser encontrado em textos de viajantes como Euclides da Cunha, que visitou a Amazônia em 1904 e compartilhou suas interpretações sobre esses espaços e gentes. Neste contexto, ele classifica o “seringueiro” como um “sedentário”, apresentando-o sempre sob uma perspectiva padronizada e solitária. A narrativa de Cunha privilegia relatos sobre “exploradores”, caso de Manuel Urbano da Encarnação e William Chandless, atribuindo a eles a responsabilidade pelo povoamento do Purus, descrevendo-os como “abnegados”. Ao falar de Manuel Urbano, Cunha o retrata como um “mestiço inteligente e bravo” (Cunha, 2000, p. 279).

Em suas narrativas, Euclides da Cunha retrata a melancolia que dominava a vida dos homens que laboravam na Amazônia, durante o período da economia do látex. A partir de sua perspectiva urbana e atravessado por um pensamento eurocêntrico, o autor expressa a tristeza que permeava a existência nos seringais amazônicos. Em um de seus textos, descreve uma sexta-feira santa em um seringal, caracterizando esses dias como momentos de desânimo e angústia, conforme observamos na sequênciar:

Não tiveram missas solenes, nem procissões luxuosas, nem lava-pés tocantes, nem prédicas comovidas. Toda a semana santa correu-lhes na mesmice torturante daquela existência imóvel, feita de idênticos dias de penúrias, de meios-jejuns permanentes, de tristezas e de pesares, que lhes parecem uma interminável sexta-feira da Paixão, a estirar-se, angustiosamente, indefinida, pelo ano todo afora (Cunha, p.174, 2000).

Cunha retrata esses indivíduos como presos em um ciclo interminável de sofrimento e resignação. Em suas narrativas ele ignora as diferentes relações sociais que existem na amazônia. Prende-se a narrar infortúnios, que não deixavam de existir, ressaltando que “o rude seringueiro é duramente explorado” (Cunha, 2000, p. 311). Essa exploração, segundo ele, decorria de uma série de fatores que ultrapassam a simples relação de trabalho, envolvendo elementos estruturais e históricos que mantinham esses homens em uma posição de vulnerabilidade constante.

Cunha atribui a distância geográfica da Amazônia e as dificuldades de comunicação como fatores determinantes para a exploração desses homens, ressaltando que a inacessibilidade da região cria um ambiente propício para o abuso por parte dos patrões. Segundo o autor, esses elementos, somados a não existências de “providências legislativas”, resultaram na condição de viver “à mercê do império discricionário dos patrões”, (Cunha, 2000, p. 311), onde o “seringueiro” se vê submetido a um poder quase absoluto, sem meios efetivos de defesa ou reivindicação. Essa situação reflete uma dinâmica de poder profundamente desigual, que perpetua a marginalização e a precarização da vida desses trabalhadores.

Entretanto, Cunha (2000) não consegue enxergar além do homem solitário e triste; sua visão que fundamenta a narrativa é essencialmente urbana, marcada por uma perspectiva limitada que não contempla a complexidade social e cultural da região amazônica. Essa abordagem resulta em uma representação homogênea e simplificada dos seringueiros, que são apresentados quase como figuras estáticas, desprovidas de capacidade de transformação social. Enquanto para os homens ele apresenta uma narrativa que os reduz a meros objetos de exploração, em relação às mulheres não há menção alguma como sujeitas sociais que também migraram para a Amazônia e desempenharam um papel crucial no desenvolvimento da indústria da

borracha na Amazônia Acreana.

A ausência das mulheres na narrativa de Cunha revela não apenas uma lacuna histórica, mas também um viés interpretativo que invisibiliza a contribuição feminina nesse processo. As mulheres, muitas vezes, atuaram não apenas como companheiras dos seringueiros, mas também como trabalhadoras, cuidadoras, líderes comunitárias e agentes fundamentais na organização social das comunidades seringueiras.

Como afirma a historiadora Cristina Scheibe Wolff (1998) em sua pesquisa “Marias, Franciscas e Raimundas: uma história das mulheres da floresta no Alto Juruá, Acre 1870- 1945”, a presença e participação das mulheres foram decisivas para a manutenção das estruturas sociais locais, para a transmissão de saberes e para a resistência cultural frente às adversidades impostas. Pois, segundo a autora, embora não fizessem parte visivelmente do esquema produtivo dos seringais, as mulheres exerciam diversas tarefas, que possibilitavam sua sobrevivência em um sistema do qual estavam excluídas idealmente (Wolff, 1998, p.79).

A autora narra casos de mulheres que assumiam estradas de seringas juntamente com os seus filhos na ausência de seus parceiros. Acrescenta também, que havia mulheres encarregadas da administração de seringais, como por exemplo, Maria Rodrigues de Menezes de 39 anos, mãe de 8 filhos menores e viúva do Coronel Tertuliano Telles de Menezes, importante personagem da política local (Wolff, 1998, p.79).

Retornando as análises de Cunha, também compreendemos que não contemplam as múltiplas formas de resistência e solidariedade que emergiram entre os seringueiros e suas famílias, nem as estratégias coletivas que foram desenvolvidas para enfrentar a exploração e a opressão. A narrativa, ao focar exclusivamente na figura do homem “isolado” e “oprimido”, perde a oportunidade de revelar a riqueza das dinâmicas sociais que caracterizam a vida na Amazônia durante expansão capitalista na Amazônia Acreana. Essa limitação impede uma compreensão mais profunda das transformações sociais, econômicas e culturais que ocorreram na região, bem como das lutas e conquistas dos próprios trabalhadores.

Por fim, é importante destacar que a visão de Cunha (2000), apesar de valiosa para o entendimento inicial da realidade amazônica, precisa ser revisitada por estudos posteriores que ampliem o olhar sobre a diversidade de atores sociais envolvidos, as relações de gênero, as redes de solidariedade e as complexas interações entre o ambiente natural e as comunidades humanas.

Nossa pretensão no entanto, é nos distanciarmos de características de “Paraíso perdido”, pois consideramos importante se fazer presente na historiografia acreana algumas experiências que expressem outras interpretações de nossos passados sobre a vidas/vivências nos seringais, movimento fundamental para que possamos pensar a história do lugar a partir de diferentes possibilidades. Como ressalta o historiador Albuquerque Júnior (2014), faz-se importante priorizarmos uma escrita que nos leve novamente a acreditar na vida, que nos encante, que nos fascine e possa nos distanciar da historiografia “insípida”, “incolor” e “inodora” característica esta de uma “história nacional”. Assim, ao escolhermos trabalhar com essa temática projetamos refutar as invisibilidades das experiências de homens e mulheres, trabalhadores e trabalhadoras que viviam no interior das florestas acreanas, na década de 1940.

O historiador Sérgio Roberto Gomes de Souza (2022), em artigo intitulado “O não dito sobre violências, silenciamentos e resistências: lacunas na historiografia acreana (1900-1920)”, faz menção às diversas formas de interdições e violências praticadas contra as populações indígenas no então Território Federal do Acre. O “não dito” que menciona pode ser pensado como aquilo que precisa ser discutido e que pouco ou nada aparece nas páginas de obras historiográficas que reproduzem temporalidades únicas. Inserem-se nesse contexto, em nossa compreensão, o que nossos pais, mães, avôs e avós nos relataram/relatam em rodas de conversas e reuniões de família, quando expressam suas interpretações de um certo passado. Este processo, como nos ensina Sérgio Roberto, nos levaria a problematizarmos com algumas lacunas, “como forma de nos contrapormos a estas ausências” (Souza, 2022, p. 67).

Quando o historiador Sérgio Roberto (2022) nos fala de violências, silenciamentos e resistências, podemos perceber que utiliza esses termos na pluralidade, o que implica dizer que são pessoas com suas diversas formas de vida,

e representações de um passado com distintas realidades que nos ajudam a nos constituir como sujeitos desse lugar. Mas que em algumas construções historiográficas, aqui citadas, os silenciamentos e desvalorização se fazem presentes.

Reforçamos nosso trabalho com os significativos escritos de Gerson Rodrigues de Albuquerque (2015), denominado “História e historiografia do Acre: notas sobre os silêncios e a lógica do progresso”. Nos fala este autor sobre a perspectiva de alterarmos a ordem natural de uma escrita da Amazônia acreana, produzindo assim outros sentidos para a história desses espaços e dos homens e mulheres que neles viveram/vivem. Nessa direção,

[...] alterar a “ordem natural” de uma escrita da história na Amazônia acreana que apagou a multiplicidade cultural, linguística, ambiental, étnica e social dessa região é algo que ganha a conotação de desafio. Alterar e produzir outros sentidos para expressões cunhadas pela grafia, pelas fronteiras de sua política e geopolítica, pelos projetos e intervenções que inventaram e projetaram as culturas e as naturezas desse(s) lugar(es) para o mundo do mercado e dos interesses de uma ideia de ocidente, também, inventada e exportada para os mundos europeus e não-europeus como universal: caminho único, perspectiva linear, evolucionista. Esse debate é com as mulheres e homens desse mundo, seus escritos, ideias, pensamentos, crenças (Albuquerque, 2015, p. 3).

Para tentarmos produzir escritos que se propõem a confrontar narrativas com as características acima mencionadas, tivemos que atentar para a questão da identidade. Inspirados em Stuart Hall, Gerson Rodrigues Albuquerque (2016, p. 152) nos alerta que este movimento deve ser feito sem que nos deixemos levar “pela falácia dos essencialismos culturais, étnicos, linguísticos, identitários, religiosos que se constituem como coisas complicadas, que tendem a descambar para posturas autoritárias e exclusivistas sobre o ser”. Somos sujeitos “impuros”, resultados de muitos encontros, processos que nos remetem a uma diversidade de experiências que inventam e reinventam nossos corpos e sentidos.

Se pensarmos os homens e mulheres que vieram para a Amazônia acreana na década de 1940 para trabalhar no fabrico da borracha podemos perceber, por exemplo, os muitos trajetos que percorreram para estabelecerem relações com os espaços, com outros sujeitos sociais e com outras relações de trabalho e de poder. Eles/elas se reinventam na Amazônia fazendo-se “seringueiros”, processo que ocorre

como resultante de experiências vividas e não de uma identidade essencializada imposta. Assim, precisaram dedicar-se as atividades extrativas, pois

A impossibilidade de plantar junto às áreas de seringa, estava associada a dois fatores: de um lado, a necessidade de destinar todo o esforço para produção de látex e, de outro, à proibição por parte dos seringalistas que buscavam manter seus fregueses em inteira dependência dos barracões. Como em sua maioria, os seringueiros eram nordestinos e afetos às atividades campestres, eles acabavam, de alguma forma, buscando burlar a proibição de plantar seus legumes, uma vez que era uma forma de libertação do jugo do barracão, embora também fosse um trabalho por eles considerado natural. (Lima, 2014, p. 17).

São experiências como essas que procuraremos, a partir deste trabalho, colocarmos em evidência com a intenção de romper com abordagens colonizadoras que aparecem replicadas nas edições de alguns jornais analisados no Acre territorial da década de 1940, a exemplo de “Folha do Acre” e “O Acre”.

Quando dialogamos com Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2014), mais especificamente com seu texto intitulado “Por uma história acre: saberes e sabores da escrita historiográfica”, o mesmo menciona a importância de não reproduzirmos uma historiografia que privilegia a harmonia, a unidade, o açúcarado, centrando nossos esforços na construção de escritos que capazes de “cortar todas as certezas e verdades, de ferir os bem pensantes e os bons pensamentos. Uma história que privilegie tudo o que remete ao sabor acre” (Júnior, 2014, p. 128). Com isso, ele instiga a escrita de uma história que faça menção a outros estilos, mesmo que isso se torne “amargoso” para alguns, ou que não seja tão agradável para outros. Este seria um trajeto, entre muitos, que nos possibilitaria evidenciarmos sujeitos que propositadamente não foram contemplados nas histórias oficiais, que foram negligenciados, invisibilizados. Tal perspectiva, pode contribuir para que sejamos capazes de nos

afastar da adesão aos códigos que regem nossa cultura, capaz de problematizar os conceitos que nos definem e que nos servem para dizer e inventar o mundo à nossa imagem e semelhança. É preciso a construção de um discurso historiográfico áspero, seco, que não seja fácil de ser tragado, que incomode a quem lê e também a quem produz. Um texto que nos retire do nosso conforto, uma história que não seja escrita em redes de dormir, em poltronas e cadeiras de balanço, nas varandas ou debaixo das árvores do

quintal. Um texto que seja agudo, penetrante, que não deseje amaciar, acarinhar ou envolver sem sobressaltos ao leitor. É preciso escrever um texto historiográfico que fira, que provoque dor ao trazer para a cena os eventos e personagens que foram feridos, magoados, que doloridos viveram vidas de resto e de rastro. Uma história que trate dos homens e mulheres que viveram vidas ásperas e rústicas. Uma narrativa historiográfica ríspida, acrimoniosa que dilacere os objetos e sujeitos tidos como realidades inquestionáveis. Escrever uma historiografia não somente de sabor acre, mas de aroma acre, um relato que seja acerbo, que seja forte, que seja ativo, que seja penetrante. Uma escrita historiográfica que perturbe nosso pensamento e nossos sentimentos, que nos faça pensar e sentir diferentes, uma história que nos desencaminhe mais do que nos oriente. (Albuquerque Júnior, 2014, p. 129).

Compreendemos que estamos construindo narrativas que não são comumente reproduzidas/interpretadas. Desejamos que se tornem conhecidas e extrapolem círculos familiares, que comecem a fazer parte da nossa história e sejam discutidas nas salas de aula da educação básica. Pretendemos explicitar, a partir dos diálogos com as fontes, evidências de que esses/essas personagens subalternizados, constituíram modos de vida específicos e resistiram aos processos de exploração. Aliás, quando falamos em resistência, ressaltamos o artigo de Frederico Alexandre de Oliveira Lima (2014), intitulado “De arigó a soldado da borracha e o fazer-se seringueiro na Amazônia”. Nele consta que esses personagens buscavam maneiras de se “libertar” das dívidas do barracão por variadas formas, a exemplo da extração e comercialização da castanha:

Buscando melhorar sua condição financeira, bem como aumentar seu grau de liberdade em contrapartida ao regime de subordinação ao barracão, vinculada exclusivamente à produção de borracha, os seringueiros buscavam a mitigação de suas dívidas por intermédio de outras formas de auferir renda. É certo que em períodos de entressafra do fabrico de borracha, que normalmente se estendia de maio/junho até novembro, os seringueiros acabavam por majorar a renda utilizando de outra atividade extrativa, a castanha, cuja safra ia de dezembro a fevereiro (Lima, 2014, p. 12).

Também argumenta este autor, que o viver na Amazônia demanda ao migrante adaptações a uma nova realidade ambiental, movimento que é atravessado por processos interculturais com populações que já viviam nesses espaços, a exemplo dos indígenas, ribeirinhos e extratores ali fixados em períodos anteriores. Essa multiplicidade de saberes e fazeres contribuíram para que constituíssem novos modos

de vida nesses lugares. Com isso,

Viver na Amazônia exigiu dos migrantes o contato e a convivência não só com outras realidades ambientais, mas principalmente com outras culturas que já estavam instaladas na região. Seringueiros, ribeirinhos e índios, com suas crenças, costumes e tradições, foram sujeitos que passaram a fazer parte da realidade dos migrantes e que fizeram parte de sua mudança e transformação de Arigó, de brabo, de Soldados da Borracha, em seringueiro e morador da Amazônia (Lima, 2014, p. 12).

Pontuamos acima algumas formas de resistências de homens e mulheres nos seringais, seja encontrando saídas para diversificação da fonte de renda (extração da castanha, por exemplo), seja nas reinvenções culturais exigidas para o enfrentamento da nova realidade amazônica. Consideramos que estes trajetos trilhados foram importantes na busca pela sobrevivência e como forma de superar as adversidades impostas. Importa ressaltarmos que, mesmo realizado uma acurada pesquisa sobre o tema em jornais, encontramos poucas referências a esta temática, no recorte cronológico proposto para a realização deste trabalho, destacando-se escritos que priorizam um olhar ufanista e homogeneizador, em relação aos homens e mulheres que vieram para a Amazônia acreana na década de 1940, para o trabalho nos seringais.

Vejamos uma matéria que consta no jornal “O Acre”, edição nº 692 de 1946, intitulada “Os dois seringueiros”. Nela o referido periódico destaca a “homenagem” feita a esses personagens, através da nomeação de um avião de guerra com o nome “seringueiro”. No decurso dos escritos, podemos perceber narrativas perpassadas por um suposto “patriotismo”, como forma de encorajamento à participação na chamada “batalha da borracha: “Um e outro, o seringueiro máquina e o seringueiro soldado da borracha trabalharão pela defesa da Pátria em guerra contra a prepotência e os desmandos de homens que negam o direito e a justiça”.⁷

Mas quando percebemos a situação a que estão submetidos, podemos analisar que tais “direitos e justiça”, pelos quais estão sendo instigados a lutar, estão

⁷ O Acre. Os dois seringueiros. Rio Branco - AC, 2 maio de 1946, ano XIV nº 692, p. 4.

sendo surrupitados ou dispensados, quando se trata de condições dignas de trabalho. Observe-se que nossa intenção não é depreciar a imagem dos trabalhadores/extratores do látex, processo visível na obra de Pedro Martinello (2013, p. 232), onde consta que “trinta mil sertanejos, flagelados pela seca, encontravam-se aglomerados nos pontos à espera da possibilidade de viajar”. Esta construção parece reproduzir abordagens feitas por Euclides da Cunha, em um período anterior ao recorte cronológico proposto para este trabalho, que são problematizadas pelo historiador Gerson Rodrigues de Albuquerque:

Em Euclides da Cunha, o homem da Amazônia acreana é um “solitário”, “abandonado” como o próprio rio Purus, condenado a nada produzir e não ter cultura, isolado na imensidão do deserto, vítima de sua própria ganância e de uma faina repetitiva que o condena ao não pensamento, à incapacidade e imobilidade sob a terra, um farrapo humano, um Judas ahsverus fantasmagórico à mercê do rio e da natureza (Albuquerque, 2015, p. 9).

E quando o nomeiam “seringueiro soldado da borracha”, se esquecem/ignoram que são pessoas dotadas de multiculturalidades, personagens com histórias singulares, motivações variadas, sonhos e esperanças de uma vida melhor, mas, ao mesmo tempo, temerosos com o desconhecido. Essas singularidades foram/são silenciadas, substituídas por uma “identidade mestra”. Quando muito são “nordestinos e seringueiros” com identidades essencializadas que encobrem/interditam diferenças, como se observa na passagem que segue:

Os dois seringueiros

O “seringueiro”, nome escolhido pelo major Fontenele de Castro para o avião que a classe dos seringalistas acreanos doará à nossa Escola de pilotagem, não poderia ser mais sugestivo. “O seringueiro” representará, com a canção do seu motor e o sibilar de suas asas ao cortar os céus acreanos, o mesmo papel que desempenha o seringueiro da Amazônia, na grandiosa batalha da borracha.

Um e outro, o seringueiro, a máquina e o seringueiro soldado da borracha – trabalharão pela defesa da Pátria em guerra contra a prepotência e os desmandos de homens que negam o direito e a justiça.

Um produzirá pilotos tirados da juventude brasileira do Acre, e o outro produzirá borracha, a matéria prima da vitória, tirada do seio da floresta exuberante e soberba da Amazônia.

São dois baluartes que se unem ao grandioso esforço de guerra brasileiro, pela vitória das nossas armas.

Seringueiro-máquina! Seringueiro soldado da borracha!... RAIUGA.⁸

⁸ O Acre. Os dois seringueiros. Rio Branco - AC, 2 maio de 1946, ano XIV nº 692, p. 4.

Outra maneira dos periódicos se referirem a estes personagens, é quando estão envoltos em “tragédias”. O jornal “Folha do Acre”, em sua edição nº 64, publicada no ano de 1946, traz a história de um imigrante chamado Florentino. Pai de nove filhos. Viu dois deles e a esposa falecerem de “febre endêmica”, quando desembarcaram na Amazônia acreana. Segundo o periódico, Florentino e os filhos que sobreviveram foram assistidos pela Legião Brasileira de Assistência (LBA) com alimentos, roupas e casa para morar, informação que não se sabe se foi divulgada com a finalidade de expressar/propagandar o acolhimento do Estado. Parece prevalecer intencionalidades de glorificação aos órgãos assistencialistas do governo, no caso, a Legião Brasileira de Assistência (LBA) e a Casa do Soldado da Borracha.

Entendemos a tal notícia como uma estratégia adotada por parte do governo, que não possuía o intuito de noticiar trajetórias e muito menos as vivências desses personagens, chamados de forma homogênea como “soldados da borracha”. Parece se tratar da reprodução de discursos de contrapontos, em relação a ausência de uma efetiva assistência, o que poderia evitar ou mesmo minimizar tragédias pessoais/familiares, como a vivida por Florentino. Observando os escritos do jornal em questão, percebemos que o adoecimento dos familiares de Florentino ocorreu ainda no trajeto para a Amazônia acreana o que, de certa maneira, explicita a não existência de condições dignas de transporte, alimentação e alojamento. Vejamos um trecho:

Jornal – A folha do Acre - História de um imigrante

Tendo a reportagem desta Folha sabido que se destinava ao nordeste acompanhado de seus filhos menores que até então se encontravam internados na Casa do Filho do Soldado da Borracha, o senhor José Florentino da Silva, procurou ouvir a sua história, de imigrante, soldado da borracha.

É o senhor Florentino, paraibano, de boa família, hoje viúvo, tendo perdido sua esposa pouco depois de sua chegada, vítima que foi com toda família das doenças endêmicas da região.

Aqui aportou em setembro de 1943, fazendo-se acompanhar de seus 9 filhos Genésio, Marçal, Humberto, Sidônio, Ivanise, Gesi, Verniaud, Mirabeau e Miriam os três primeiros maiores e os últimos menores, sendo que esta última contava apenas um ano de idade.

Desde que a viagem começou no rio Amazonas, a família começou a sofrer de febres e outras doenças o que esgotou completamente os poucos recursos que trazia consigo. Chegando a Rio Branco doente, sem dinheiro, com os filhos em más condições e a esposa prostrada, apelou para a L.B.A., que o assistiu completamente desde o desajustamento que decorreu das doenças

e que se agravou com o posterior falecimento da esposa, até estes dias, quando volta à terra natal acompanhado de seus filhos adultos e dos menores Ivanise, Mirabeau e Gesi, os últimos que restaram da tremenda luta contra a doença e que sobreviveram graças à completa proteção que lhes foi dispensada na Casa do Filho do Soldado da Borracha, que por assim dizer, os arrancou à morte e entregou em boas condições, depois de dois anos de assistência diária e cuidadosa...⁹

Pensamos ser pertinente evidenciarmos não apenas as tragédias, como a tratada acima, mas discorrermos sobre os personagens “seringueiros e seringueiras” que deram contribuições significativas para a cultura do lugar em que vivemos. É necessário que estes sujeitos aportem não como figuras sacralizadas ou indissolúveis, que não surjam somente como meros trabalhadores da borracha, um povo sofrido em sua essência e desgraçados pela miséria. Nos interessa evidenciarmos como se fizeram seringueiros, narrarmos suas histórias peculiares, que deixaram marcas em nossos costumes.

Muito nos incomoda que as trajetórias desses sujeitos sociais sejam narradas de maneira estereotipada e negativa nas escolas da educação básica. Pensando na necessidade de docentes e discentes analisarem essas construções de maneira crítica, problematizando com construções sacralizadas na literatura e na historiografia oficial, é que optamos pela constituição de abordagens que destaquem as trajetórias de “seringueiros e seringueiras” no Acre territorial na década de 1940, desenvolvendo contrapontos às homogeneizações produzidas.

1.1 - Mobilização de trabalhadores para a Amazônia e a suposta “proteção” do Estado brasileiro

Quando voltamos os olhares para a migração com destino às terras acreanas, também fazemos menção ao Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA), um dos órgãos encarregados pelo recrutamento da mão de obra para o trabalho no corte da seringueira. Além disso, o SEMTA era encarregado de fazer a propaganda e divulgação dos objetivos da mobilização, organizando para

⁹ Folha do Acre, História de um imigrante. Rio Branco-Acre, 3 de fevereiro de 1946, ano XXXVI, nº 62, p.4.

tanto “um sistema de comunicação rápida e eficiente entre as autoridades encarregadas de proceder a mobilização e ao transporte” (Martinello, 2004, p. 237).

Além do SEMTA, o governo federal criou um aparato de organizações e instituições encarregadas de dar suporte à logística de encaminhamento de trabalhadores para a Amazônia. Como bem cita a professora Isabel Cristina Martins Guillen, “a campanha da batalha da borracha forjou o imaginário de um trabalhador protegido” (Guillen, 1997, p. 97). Sendo assim, o SEMTA, que mais tarde se transformaria em Comissão Administrativa de Encaminhamento de Trabalhadores (CAETA), foi criado com intencionalidades de atrair migrantes e “mascarar as reais condições de vida nos seringais” (Guillen, 1997, p. 97). Referenciada por essa abordagem, podemos dizer que eram apenas órgãos que forjaram a migração com intenções deliberadas de atrair trabalhadores para a labuta com a seringueira e com propósitos descabidos de dar seguridade, assistência legal, atenção ou qualquer outra forma de amparo a esses personagens.

A autora apresenta em seu artigo compreensões de que o governo criou estratégias de convencimento que permitiam aos trabalhadores acreditar que receberiam assistência material e estariam, portanto, livres de qualquer privação. Isto lhes propiciaria “refazer a vida em bases mais seguras”. Neste cenário, além do governo promover assistência médica aos trabalhadores, existia também a assistência monetária para as famílias dos migrantes, além de uma legislação refletida em um contrato de trabalho que supostamente “amparava e protegia” o trabalhador.

Guillen (1997) narra que o Serviço de Saneamento Especial de Saúde Pública (SESP) fez um trabalho de eficiência no tocante ao saneamento público, mas se limitou apenas às cidades, não chegando a dar assistência aos seringais como prometido pelo discurso do Estado Novo.

Algumas instituições e organizações foram criadas para propagar com intencionalidades de buscar a mão de obra para a extração do látex na Amazônia. Podemos identificar ainda, que o Serviço de Mobilização para a Amazônia (SEMTA) promovia amplamente suas propagandas através de cartazes espalhados em pontos estratégicos da cidade de Fortaleza no Ceará, pois havia grande circulação de pessoas, o que possibilitava uma maior visibilidade.

Dentre as instituições citadas que fizeram parte dessa divulgação estão

O Banco de Crédito da Borracha (BCB), o Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), o Serviço de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA) e ação de Trabalhadores (SEMTA) e, mais tarde, a Comissão Administrativa de Encaminhamento de Trabalhadores (CAETA), o Instituto Agrônomo do Norte, a Superintendência do Abastecimento do Vale Amazônico (SAVA) e o Serviço de Navegação da Amazônia e Administração do Porto do Pará (SNAAPP) (Guillen (1997, p. 97).

Entendemos que com todo esse aparato de propaganda o governo almejava legitimar suas ações junto a sociedade brasileira. Para tanto, promoveu a publicização de um conjunto de instituições encarregadas de mobilizar mão de obra para a produção da borracha, dando-lhes garantias de que seriam devidamente protegidas pelo Estado.

1.2 - Propaganda através da iconografia de Jean-Pierre Chabloz

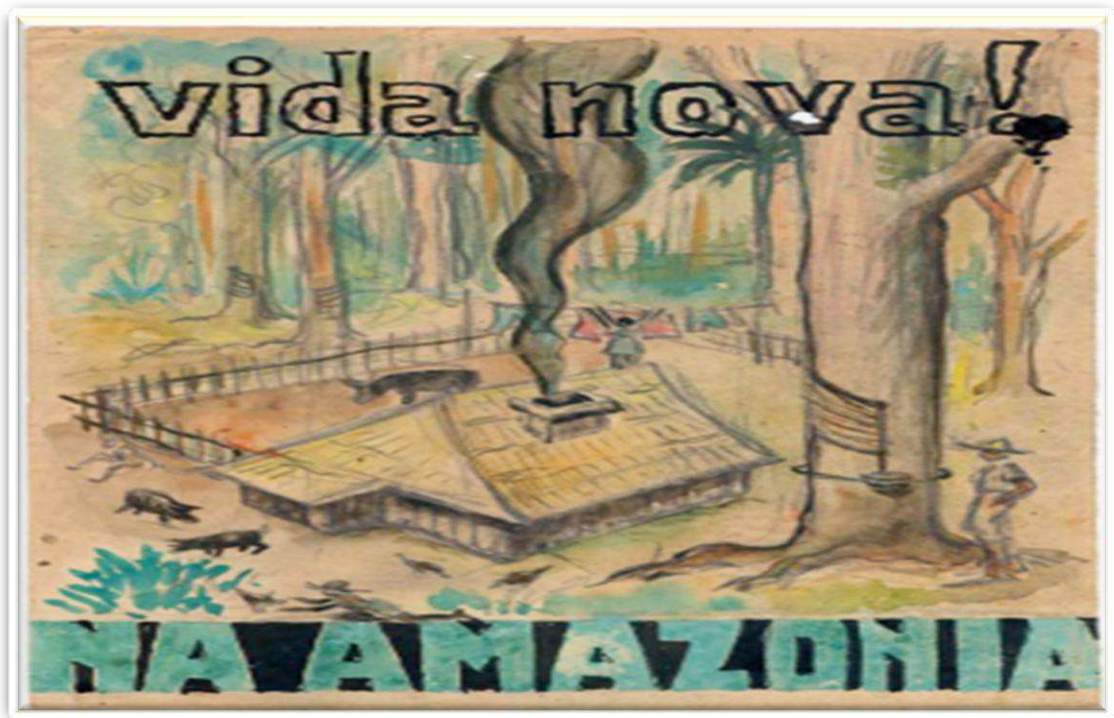
Como ressalta a professora e pesquisadora Lúcia Arrais Morales quando escreve sobre o arquivo Jean-Pierre Chabloz, do Museu da Arte da Universidade Federal do Ceará (Mauc), o governo Vargas pretendia despertar uma imagem positiva de que se preocupava com a saúde física dos trabalhadores. Para isso inseria a prática de atividades físicas, demonstrando suposta empatia, respeito e um ambiente onde imperava a existência de trabalho justo.

Desta forma, ao analisar algumas imagens do acervo de Acervo de J. P. Chabloz¹⁰, nos mostraram evidências de como eram as propagandas e quais recursos utilizavam para mobilizar trabalhadores para a Amazônia. Essas imagens foram produzidas pelo suíço Jean Pierre Chabloz, encarregado pela produção visual de

¹⁰ Pintor, desenhista, crítico de arte, pedagogo, músico e propagandista, Jean Pierre Chabloz, nasceu em Lausanne, na Suíça, em 1910. Foi bacharel em Letras, estudou na Escola de Belas Artes de Genebra e participou dos cursos de Desenho a Serviço da Educação e Filosofia do Desenho com Artus Perrelet. Em 1940, surpreendido pela Segunda Guerra Mundial, veio para o Brasil. Seus cartazes buscavam convencer os cearenses e justificar o processo de migração do elevado número de pessoas para a região Amazônica. Informações disponíveis no endereço eletrônico: <https://mauc.ufc.br/pt/arquivo/arquivo-historico-jean-pierre-chabloz/arquivo-chabloz/>.

propaganda do SEMTA. No cartaz que segue (**imagem 01**), podemos observar como através da iconografia se buscava convencer e justificar o processo migratório para a Amazônia.

Imagem 01: Vida nova na amazônia



Fonte: Museu de Arte da UFC, Arquivo Institucional e Histórico Jean Pierre Chabloz, p. 135.

A imagem expressa um ambiente de trabalho bastante tranquilo, narrando a Amazônia como um “paraíso” a ser desfrutado por quem chegasse. Além de retratar seringueiras próximas da residência e fartura de alimentação, também é visível a estrutura de uma casa, passando a impressão de que o local de moradia estava pronto, no aguardo dos migrantes. É possível perceber que a iconografia constrói a representação de um espaço completamente livre da seca e da escassez. Some-se a isso narrativas sobre o “ganho fácil de dinheiro” e discursos atravessados por preceitos “patrióticos/nacionalistas” que indicavam a vinda para a Amazônia como uma possibilidade de contribuir para a conquista da vitória dos aliados na Segunda Guerra Mundial, sem colocar a vida em risco.

Conversamos sobre o assunto com um senhor de 78 anos de idade, chamado Manoel Ferreira de Oliveira. Nascido nas margens do rio Purus, no município de Sena Madureira, filho de Neuza Ferreira de Oliveira e Jorge Lima de Oliveira, ambos nascidos no Rio Grande do Norte. Foi ele quem nos ensinou que as seringueiras eram distantes dos locais de moradia, o que levava os extratores a acordar na madrugada em busca do látex. Também nos disse que não existiam casas prontas para os extratores, que teriam que construí-las para morar. Da mesma forma, ressaltou a inexistência dos animais domesticados visualizados nas imagens.¹¹

Outro recorte da imagem que nos chama bastante atenção, se refere a forma como Chabloz imaginou e emoldurou as funções das mulheres na Amazônia. Neste caso específico, uma mulher aparece estendendo roupas em um varal, premissa que parece definir seu papel como dona de casa e cuidadora dos afazeres domésticos. Lendo a dissertação de Agda Lima Brito (2017), intitulada “Mulheres no seringal, 1940-1950”, percebemos, no entanto, que além dos serviços domésticos, também trabalhavam no corte da seringa, portanto, exerciam trabalhos que eram convencionados como parte do universo masculino:

Uma jovem seringueira recordista na safra da borracha: está em Manaus, a senhorita Maria Izabel Vidal.
Fomos informados que pelo navio “Rio Apurinã”, recentemente chegada a Manaus, de regresso de sua viagem ao Rio Juruá, havia chegado como passageira, uma menina que trabalhando na extração da borracha, houvera colhido 828 quilos, o que representa uma quantidade recorde, principalmente em se tratando de uma menor. Trata-se de uma menor que ainda não completou 15 anos (Brito, 2017, p. 90).

Nesse sentido, encontramos no texto de Guillen (1997, p. 95) que a literatura foi utilizada como um dos recursos de propaganda do Estado Novo para o reforço de chamamento e concretização dos ideais de migração para a Amazônia. Refletidos na figura do personagem nordestino “Paroara”, que viajou do Ceará para a Amazônia e voltou anos depois muito rico e narrando os espaços amazônicos de forma prodigiosa:

¹¹ Entrevista realizada com o senhor Manoel Ferreira de Oliveira, de 78 anos, realizada em Sena Madureira-AC, no dia 18 de maio de 2024

Grande parte da migração para a Amazônia ocorreu durante o último terço do século dezanove e princípio do vinte, quando a economia extrativa da borracha facilitou a arregimentação de trabalhadores pelos sertões do Ceará. Não é uma coincidência que na literatura seja recorrente a figura do “paroara”: aquele sujeito que migrou e voltou para o Ceará alguns anos depois, muito rico, a esbanjar dinheiro e cantar as maravilhas da Amazônia. É uma figura central no imaginário nordestino quando se trata da migração para os seringais (Guillen, 1997, p. 95).

Ainda no decurso das pesquisas, localizamos um contrato de trabalho ou contrato de encaminhamento para a Amazônia. Entendemos que o mencionado documento pode ser interpretado como uma tentativa de promover certa sensação de segurança/confiabilidade para os migrantes, que partiam para localidades onde nunca haviam estado, guiados pelas imagens de propagandas que relacionavam esses espaços a fartura e ao dinheiro fácil.

Neste contrato, entre outras cláusulas, encontra-se a que trata sobre a assistência ao seringueiro e à sua família. A eles deveriam ser entregues os equipamentos para o trabalho e disponibilizados serviços de assistência médica, sanitária, além de muitos outros benefícios. Ora, o principal entrave naquele momento seria a suposta falta de mão de obra para corte da seringa e fabrico da borracha e os EUA necessitavam com urgência de pessoas para esse tipo de trabalho. Assim, seria necessário que essa “oferta de emprego” fosse confiável, tornando-se atrativa. Vejamos um pequeno trecho desse contrato de trabalho:

CLÁUSULA SEGUNDA: - O SEMTA fornecerá, além disso:

- a) O equipamento de viagem que será obrigatoriamente uniforme para cada trabalhador, composto de: um vestuário de duas calças e um blusão, um par de alpargatas ou equivalente, uma rede, uma mochila, uma caneca, um prato fundo e um talher, que ficará de propriedade do trabalhador;
- b) Durante a vigência deste contrato de encaminhamento, alimentação adequada prescrita por técnicos especializados;
- c) Alojamento e assistência médica e sanitária, alimentar e educacional para a família ou dependentes diretos do trabalhador que optar pela assistência feita pelo SEMTA, obrigando-se neste caso às cláusulas respectivas nas condições do presente contrato de encaminhamento e dos contratos subsequentes.¹²

¹² Acervo de Jean Pierre Chabloy: referente ao contrato de trabalho fornecido pelo SEMTA: Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia - por J. P. Chabloy / Auricélia França de

Analisamos na imagem 02 um cartaz elaborado pelo artista suíço Jean Pierre Chabloz, que indica a idealização de um trabalho com a seringueira na floresta amazônica, intitulado “Mais borracha para a vitória”.

Imagem 02: Mais borracha para a vitória: o primeiro cartaz produzido por Jean Pierre Chabloz



Fonte: Museu de Arte da UFC, Arquivo Institucional e Histórico Jean Pierre Chabloz. p. 102.

Podemos visualizar no cartaz acima a curta distância entre as seringueiras, além dos extratores do látex estarem trabalhando em conjunto, o que traz uma sensação de apoio e segurança, e ainda fazendo parte de um esforço que supostamente culminaria na vitória, representada propositadamente pela letra “V” no centro da imagem, cuidadosamente produzida.

Ana Carolina Albuquerque de Moraes (2021), no entanto, ao analisar os

cartazes concebidos pelo artista, aborda questões referentes ao tratamento estético adotado nas obras, como também os conhecimentos de Chablos acerca das atividades relacionadas aos trabalhos de produção de borracha. Escreve que o artista não havia visitado a Amazônia, assim, não vivenciou o funcionamento do processo de produção da borracha, quando produziu o seu primeiro cartaz.

Moraes (2021), nos esclarece que o artista suíço, ao conceber esta obra, idealiza uma imagem distorcida das seringueiras amazônicas, nos informando, como contraponto, que “a regularidade da disposição das árvores na imagem, no entanto, não condizia com a distribuição dos seringais nativos da floresta amazônica”, (Moraes 2021, p. 154). Também nos esclarece que toda a “finalidade óbvia e imediata era peça de propaganda para o aliciamento de mão de obra, cujo objetivo primordial seria “mostrar ao migrante em potencial, as facilidades que encontraria em seu trabalho” (Moraes, 2021, p. 155). Isso demonstra uma concepção de um mundo imaginário, tanto do trabalho quanto do espaço em si, concebida através de cartazes propagandísticos que não refletiam em nada os espaços amazônicos e suas formas de trabalho com as seringueiras.

Quando realizou o primeiro estudo, Chablos ainda não havia entrado em contato com o processo de produção da borracha, desconhecimento que registrou, como vimos, logo nas primeiras páginas de seu diário de serviço. Nem sequer havia visto uma seringueira, ou látex sendo extraído, ou borracha sendo defumada. Essa ausência de informações específicas sobre aquele metier pode ser observada nas formas das árvores esboçadas, formas bastante genéricas que remetem à categoria “árvore”, mas não particularizam a subcategoria “seringueira”. Apenas o líquido que jorra em primeiro plano, que é expelido do vértice do “V” e atinge o balde ao solo, faz alusão ao látex derramado. (Moraes, 2021, p. 152)

Ousamos dizer que as imagens produzidas pelo artista estão longe de representar a realidade dos seringais amazônicos, evidenciando assim a mera intencionalidade de fazer propagandas de chamamento para composição da mão de obra para seringais. Para complementar a ideia, a autora reforça que “distância curta e regular entre as seringueiras, conforme apresentado na imagem da fotografia, estava mais de acordo com a realidade dos seringais cultivados no Sudeste Asiático” (Moraes, 2021, p.154)

Ainda tratando sobre as estratégias de publicidade e difusão do convite ao trabalho na Amazônia, podemos visualizar uma imagem de uma marcha cívica na praça José de Alencar, em Fortaleza, Ceará, realizada por “soldados da borracha”. Estes empunhavam cartazes com os seguintes dizeres: “O SEMTA trabalha pelo Brasil e pelas democracias”, “O SEMTA arregimenta e protege os soldados da borracha”.

Imagem 03: Marcha dos “soldados da borracha” em Fortaleza, Ceará



Fonte: Museu de Arte da UFC, Arquivo Institucional e Histórico Jean Pierre Chablotz. P. 135.

No entanto, ao dialogarmos com os escritos de Pedro Martinello (2004, p. 199), podemos encontrar trechos acerca da atuação de alguns órgãos responsáveis pela mobilização dos homens e mulheres para a Amazônia. Citamos como exemplo o Serviço Especial de Mobilização para a Amazônia (SEMTA), a Superintendência do Abastecimento do Vale Amazônico (SAVA) e o Serviço de Navegação da Amazônia e Administração do Porto do Pará (SNAPP), este último encarregados em dar suporte a esses personagens, no trajeto até os seringais:

Assim, o SEMTA que traziam os nordestinos até Belém e os entregavam à SAVA para alimentá-los e encaminhá-los aos seringais, não sabiam se esta possuía alimentos e alojamentos disponíveis, nem esta tinha conhecimento se o SNAPP podia transportar os homens, bagagens e materiais rio acima, em tempo oportuno. Nenhuma delas, ademais, atentava para a época própria para o corte da seringa, nem para a viabilidade dos transportes que deviam ser realizados na ocasião certa, fatal e precisa a cada região ditada pelas cheias e vazantes dos rios. Quem perdia a época certa dos transportes (o período das cheias) precisava esperar mais um ano, pois nos restantes seis meses os rios não davam mais nenhuma condição de navegabilidade. (Martinello, 2004, p. 199)

Referenciados por Agda Lima Brito (2017), também podemos observar algumas das condições em que eram transportados os migrantes naquele momento. Fala essa autora sobre ambientes insalubres e inadequados ao transporte de trabalhadores, contradizendo as propagandas disseminadas/publicizadas pelo SEMTA:

[...] as condições dentro dos navios eram deploráveis, começando pela limpeza. Os trabalhadores e trabalhadoras eram tripulantes de terceira classe e por muitas vezes não havia água para tomar banho, nem um número de banheiros suficientes para uma tripulação que viajava abarrotada, visto o número de embarcados que sempre era superior ao número que o barco deveria comportar. A negligência com os migrantes era comum e apresentava-se de diversas formas. Um testemunho informa que 800 trabalhadores aguardavam no porto quando uma violenta chuva desabou e deixou-os ensopados: nesse estado embarcaram, para passar a noite ao relento. Os atrasos se repetiam: certa vez, um navio com capacidade para 280 passageiros demorou seis dias atracado, com mil pessoas a bordo. Durante esse período de espera, 31 pessoas foram retiradas do navio e hospitalizadas; na chegada a Belém, 44 pessoas apresentavam sarampo. Quase nunca havia médico a bordo – guardas sanitários acompanhavam os migrantes. A maioria das mortes registradas em trânsito eram de crianças (Brito, 2017, p. 64).

Na sequência apresentamos a imagem denominada “Rumo à Amazônia, terra da fartura” (imagem 04). Nela há nitidamente um contraste entre o sertão nordestino evidenciado pelos cactos¹³, árvores ressecadas típicas do semiárido brasileiro, e pessoas felizes rumo à “terra da fartura paradisíaca” banhada pela água, florestas abundantes e promissoras. Neste caso, é perceptível as estratégias de convencimento que buscam expressar o caráter “vantajoso” e “lucrativo” de migrar para

¹³ Maior parte do território do Ceará é semiárido, clima no qual as cactáceas são abundantes. Flora do Ceará, Brasil: Cactaceae. SciELO - Scientific Electronic Library Online

as terras amazônicas que o autor da iconografia, Jean Pierre Chabloz, não conhecia.

Imagem 4: Rumo à Amazônia, cartilha



Fonte: Museu de Arte da UFC, Arquivo Institucional e Histórico Jean Pierre Chabloz. P. 164.

Em se tratando da próxima imagem (imagem 05), observarmos a existência de mais contrastes entre o semiárido e a Amazônia inventados por Chabloz. Ao contemplá-la, tem-se a percepção de um Nordeste sem esperanças, com terras esgotadas pela seca, árvores retorcidas sem vida, juntamente com caricaturas de homens sofridos com semblantes de dor, amargurados, consternados, arrasados e desesperançosos. Mas ao lado, existe uma “porta de saída” em que o SEMTA oferece garantias de vantagens refletidas nos seguintes dizeres: na Amazônia o seringueiro terá direito a: 60% de sua produção de borracha; 50% da colheita de castanhas; todo o produto da caça e pesca; um hectare de terreno para cultivar e remédios.

Imagem 5: flagelados caminho e vantagens



Fonte: Museu de Arte da UFC, Arquivo Institucional e Histórico Jean Pierre Chabloz. P. 158-159.

Nos preocupamos em trazer o conteúdo da mencionada cartilha, como uma tentativa de dimensionarmos como se constitui em produtora de sentidos, considerando que o uso da linguagem iconográfica e escrita foram fundamentais para a construção de uma representação imagética da Amazônia como um espaço não apenas de fartura, mas também de segurança:

São múltiplas e inegáveis as vantagens que o Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia oferece aos homens que se inscreverem para os trabalhos de extração da borracha.

Sem que precisemos nos reportar à assistência médica que lhes é dispensada, bem como às suas famílias, vejamos em linhas rápidas que o SEMTA proporciona àqueles que se inscreverem para trabalhar na luta contra os inimigos da Democracia e da Liberdade.

Uma vez chegado aos locais de trabalho, que são cuidadosamente escolhidos pelas suas condições de salubridade, e ainda contando com a assistência médica e material que lhes proporciona os órgãos brasileiros encarregados de colocação dos nossos homens, o trabalhador tem direito:

A 60% da borracha que produzir. É preciso notar que um trabalhador extrai no mínimo quatro quilos de borracha por dia. A borracha está cotada de treze a vinte cruzeiros o quilo, conforme o tipo. Tomando por base o tipo mais baixo, ele produzirá diariamente Cr\$ 52,00. Dessa quantia 60%, ou seja, Cr\$ 31,20, lhe pertencem.

Direito livre à caça e pesca, o que atualmente é concedido pelas leis federais com grandes restrições, mas excepcionalmente concedido aos trabalhadores do SEMTA.

As peles dos animais silvestres abatidos são propriedade exclusiva dos

trabalhadores, obrigando-se os seringalistas a adquirí-las por preços estipulados pela SAVA.

Para entregar-se aos trabalhos nos seringais, o trabalhador receberá o seguinte equipamento: um terçado “Collin”, um machado, uma machadinha, um rifle com munição, um mosquiteiro, uma foice e apetrechos de lavoura. Esse material é fornecido ao trabalhador pelo preço de custo, sob severa fiscalização dos funcionários da SAVA.

Como pudemos ver, é grande o número de vantagens oferecidas para os que desejam colaborar com a Pátria, formando no Exército da borracha.

Para os nordestinos, isso é essencialmente grato, conhecidas que são as dificuldades que esta região atravessa presentemente, proveniente das terríveis secas que a tem assolado. Brasil, Fortaleza. (Museu de Arte da UFC, Arquivo Institucional e Histórico Jean Pierre Chabloz. Página da cartilha do soldado da borracha, p. 158).

No entanto, quando buscamos referenciais para tratarmos do assunto de amparo à saúde dos trabalhadores na conjuntura da “batalha da borracha”, encontramos nos escritos dos pesquisadores Gabriela Alves Miranda e Gilberto Hochman (2021), intitulado “Selecionar, cuidar e encaminhar: os médicos na Batalha da Borracha”, a dimensão de como eram os serviços de assistência à saúde no período:

A imprensa veiculava notícias sobre a assistência médica aos ‘soldados da borracha’ reproduzidas de modo ufanista pela Agência Nacional. A notícia “Um rush que a história não conhecia” (1943), publicada no jornal carioca “A Noite”, destacava o tratamento médico como parte das ações do SEMTA. Diante da desnutrição de grande parte dos recrutados e dos desafios da malária e de outras doenças endêmicas, o periódico informava que os trabalhadores marchariam para os seringais já vacinados, medicados e melhor alimentados (Miranda; Hochman, 2021, p. 11)

Outros escritos reforçam o caráter hiperbólico das progandas disseminadas pelo SEMTA. Alguns, inclusive, enfatizam que com o eminente final da dita “Batalha da Borracha”, em 1944, os migrantes recrutados foram abandonados à própria sorte, resultando em um incontável número de mortes, de sofrimento e de perdas de laços familiares (Campos, 2006; Morales, 2002; Secreto, 2007a). Quanto aos que sobreviveram, muitos teriam permanecido na Amazônia, em decorrência de endividamentos produzidos pelo regime de crédito, característico de suas relações com os barracões dos seringais. Movimentos com tais características expressavam a incapacidade da SEMTA efetivar o que propagandeara, terminando por gerar

diferentes chistes sobre o tema. Em um deles, relata Ernani Braga, médico sanitário que trabalhou no SESP durante o período da guerra, que informalmente o SEMTA era chamado de “Senta-te e Espera, Miserável Trabalhador para a Amazônia” (Lima et al., 2004, p. 135; Miranda, 2013).

Para enriquecer o nosso trabalho, buscamos também tratarmos sobre a exclusão social, naquele momento em que esses homens e mulheres figuram como um “não-sujeito”. Como já dito, há uma homogeneização em torno da imagem dos migrantes “nordestinos”: “flagelados da seca”, “miseráveis que transitam pelo sertão ressequido”. São eles merecedores de assistência, caridade e favor, mas não de direitos, conforme menciona Isabel Cristina Martins Guillen (2002, p. 71). Entre esses direitos negados, ressaltamos o de figurarem na historiografia.

Guillen (2002) compreende a “batalha da borracha” como um acontecimento histórico e sugere que seja comemorado no calendário cívico escolar. Faz então alguns questionamentos: por que a Batalha da Borracha, enquanto acontecimento histórico, não serviu para ser comemorado, não entrou no calendário cívico escolar? Por que os soldados da borracha não puderam ser heróis da Pátria como os soldados da FEB e nunca ganharam medalhas, monumentos e poesias enaltecendo seus feitos?” Ao que parece, Guillen (2002) sugere que se confronte com os processos de silenciamento, aos quais foram submetidos homens e mulheres que migraram para a Amazônia na década de 1940, para atuar na extração do látex e produção da borracha, como parte de um “esforço de guerra”.

CAPÍTULO II - Outras possibilidades de diálogos com os/as participantes da “batalha da borracha”

Neste segundo capítulo busco o diálogo com os personagens entrevistados que viveram/vivenciaram diferentes experiências nos seringais amazônicos, juntamente com suas famílias. São relatos atravessados por outras simbologias e percepções, que muitas vezes podem ser pensados como contrapontos a categorias ou rotulações já citadas. Buscando o confronto sugerido por Guillen (2002), é que visitamos inicialmente a senhora Maria Floriza de Lima Guimarães, de 83 anos, originária da cidade de Limoeiro do Norte, Ceará. Foi ela quem nos disse que escutava de sua mãe as notícias que chegavam no Ceará sobre o Acre, afirmando que era lugar de juntar dinheiro com “Cambito” e que, se para lá fossem, logo voltariam para casa, e ricos.

Diferente da concepção que define todos os migrantes vindos do Nordeste para o Acre na década de 1940 como refugiados da seca, da miséria e da fome, a família de Maria Floriza, segundo ela, não passava necessidades financeiras, pois era proprietária de um comércio. Não vieram para as terras acreanas “escapar da fome” como muitos acreditam. Essa família veio movida pela curiosidade, pela novidade, para ganhar um pouco mais de dinheiro e se estabilizar financeiramente. Paradoxalmente, relatou que só vieram conhecer a fome na “terra da fartura”, especificamente quando chegaram a um seringal no rio Envira. Contou então que comeu muita “jacuba” (farinha com sal) para amenizar a fome.

Segundo Maria Floriza, sua mãe Raquel Maria de Lima lhe contou que o esposo Sabino José de Lima já veio doente de apendicite e morreu três anos depois. No entanto, seus avós insistiram para que a família não viesse, considerando que não havia necessidade para tanto. Mesmo assim migrou até o Acre, juntamente com a esposa e filhos, impulsionado pelo sentimento de conhecer o “novo”. Vejamos alguns recortes de seus relatos quando nos conta a experiência de sua família no seringal de Feijó, com destaque para a insegurança que sentiram com o falecimento do seu pai e as dificuldades encontradas.

Meu pai veio para cá já doente, mas veio. Onde encontramos em Belém um monte de barcos cheios de arigó. Papai morreu três anos depois. Fomos morar no seringal Estrela Dalva, onde todos vinham da banda de fora. Quando ele morreu, nós ficamos abandonados lá no seringal, aí foram avisar para o patrão que ele tinha morrido. Então o patrão mandou buscar minha mãe e as crianças e fomos morar na cidade numa casinha. Minha mãe não quis voltar pro Ceará, e ela foi lavar roupa pra criar nós tudinho.¹⁴

Maria Floriza nos relata ainda que sua mãe não cortava seringa, somente colhia, fazia fornalha, defumava e mexia com plantações na colocação de seringa. Isso nos remete ao fato de que o papel feminino na sociedade dos seringais era de fundamental importância, pois elas exerciam diversos ofícios para ajudar no sustento da família. Sobre o tema, Agda Lima Brito (2017), destaca o papel feminino em seus escritos, pois, a história dos “nordestinos” no Acre é caracterizada com enfoque no trabalho dos homens, a ponto de não percebermos a própria presença dos corpos femininos nestes espaços.

A luta pela inserção das mulheres na sociedade atual é constante, e isso tem sido demonstrado através de diferentes reivindicações por direitos que estão sendo efetivados no decorrer do tempo. Mas aqui estamos nos referindo a década de 1940, e o papel feminino está permeado por preconceitos e tabus, pois viviam/vivem em uma sociedade patriarcal. Não podemos esquecer que elas exerciam atividades laborais que não se limitavam as atividades características existentes em um seringal, no entanto, foram excluídas de algumas produções historiográficas. Existem, no entanto, contrapontos a tais processos de silenciamento, como podemos observar no trabalho de Britos:

Ao passo que essas trabalhadoras cortam seringa, também são agricultoras, coletoras de castanhas, coletoras de frutas, defumam borracha, realizam diversas tarefas, que seus maridos ou os homens da família entendem que são “serviço de mulher”, reforçam essas relações de gênero onde o trabalho feminino é visto como algo menor (Brito, 2017, p. 85).

¹⁴ Entrevista realizada com dona Maria Floriza de Lima Guimarães, de 83 anos, na cidade de Sena Madureira, em 13 de março de 2024

Também conversamos com Manoel Ferreira de Oliveira sobre a vida de homens e mulheres que vieram para a Amazônia acreana. A partir de suas narrativas podemos perceber que, diferente dos mundos do trabalho “visitados” pela mãe de Maria Floriza, sua mãe dedicava-se fundamentalmente aos afazeres domésticos, não exercendo outras atividades laborais, a exemplo da extração do látex e fabrico da borracha. Neste caso, Manoel Ferreira de Oliveira explicou que tal situação decorria do fato de que o papel feminino era menosprezado para estas atividades, caracterizadas como “trabalho de homem”.¹⁵

Significativo trazermos ao debate o papel social feminino nesse contexto. Nos relatos de seu Manoel, também podemos perceber uma forte hierarquização masculina, no tocante à liberdade feminina, pois as meninas não podiam sair de casa sozinhas, executar serviços considerados masculinos e tinham suas funções restritas a cuidar da casa e dos filhos.

Quando tinha festa, que era muito difícil, o papai não deixava minhas irmãs irem, somente os meninos tinham direito de ir. Íamos de varejão de um seringal a outro. Era longe, mas a gente nem ligava, porque a gente trabalhava tanto que pedia a Deus ter alguma coisa pra se divertir. Mas quando a gente ficava doente, principalmente de malária, tinha que esperar o regatão passar e trazer o remédio chamado quinino. Mas a gente tomava muito chá do mato que minha mãe fazia, e com muita fé que a gente tinha, ficava bom. Acho que Deus dá o frio conforme a roupa.¹⁶

Da mesma forma, suas falas indicam outros processos que perpassam o cotidiano de sua família, a exemplo das práticas alternativas de cura, ancoradas em saberes tradicionais e não na medicina acadêmica.

¹⁵ Entrevista realizada com o senhor Manoel Ferreira de Oliveira, de 78 anos, em Sena Madureira, em 18 de maio do ano de 2024.

2.1 – Estratégias para distanciar-se do barracão: resistências no cotidiano

No seringal onde Manoel Ferreira morava com sua família não era vendida a borracha somente para o barracão, movimento que caracteriza uma quebra do monopólio do seringalista. Por lá também circulavam e realizavam atividades comerciais alguns regatões¹⁷, tendo o mesmo nomeado Alle, Américo Magalhães e Góes. Auxiliando o pai nas atividades extrativas, Manoel nos relata que andava “dois rodos de estrada (retorno da estrada de seringa) com uma trepeça (escada) nas costas”. A escada era para ajudar na subida da seringueira. Também nos disse que a vida no seringal era difícil, mas sua família nunca passou fome, pois era bom de caça, tinha muito peixe no rio, e eles plantavam mandioca, feijão, arroz, milho, além da castanha que era retirada da própria floresta e vendida para o regatão nos meses de janeiro a maio. Assim, conforme disse, “no inverno era a castanha e no verão era a borracha”. Aqui percebemos uma diversificação econômica, pois além da extração do látex, também incorporam práticas da coleta da castanha, caça, pesca e cultivo para a sobrevivência. Este movimento foi por nós compreendido como um processo de reinventar-se, de (re)existir buscando saídas às dificuldades encontradas nesse novo contexto.

Consideramos relevante trazermos os escritos de David Gibbs McGrath (1999) em “Parceiros no crime: o regatão e a resistência cabocla na amazônia tradicional”, onde apresenta um debate sobre o papel do regatão na economia amazônica. Suas abordagens enfatizam os processos que diferenciam o comércio exercido pelo regatão, pelo patrão (dono do seringal) e pelos comerciantes locais na economia extrativista amazônica e no sistema de aviamento¹⁸. Suas análises nos ajudam a entender que existiam alternativas econômicas para além daquele comércio realizado entre o dono do seringal e seus trabalhadores. Assim, considera que “os seringueiros

¹⁷ Comerciante isolado que, uma vez abastecido de artigos manufaturados nas principais vilas da região, descia os rios em busca de produtos do extrativismo, utilizando esses artigos em trocas com ribeirinhos ou mesmo com tribos indígenas locais (Henrique; Morais, 2014; McGrath, 1999).

¹⁸ Dentro do contexto do sistema de aviamento, aviar significa fornecer mercadoria a prazo com o entendimento que o pagamento será feito em produtos extrativos dentro de um prazo especificado. O fornecedor da mercadoria é o aviador, a pessoa que está recebendo a mercadoria é o aviado. (MCGRATH, D. G. Parceiros no crime: o regatão e a resistência cabocla na Amazônia tradicional. P. 59, 1999)

e regatões montaram uma resistência formidável à monopolização da atividade econômica pela elite local e regional” (McGrath, 1999, p. 64).

As narrativas de McGrath evidenciam os “seringueiros” encontravam diversas soluções para resistir à opressão. O comércio com regatões era uma delas. Contudo, o historiador Carlos Alberto Alves de Souza (2013, p. 65) nos faz a seguinte afirmação: “Deus estava no céu, o governo federal estava longe e no seringal mandava o seringalista”, levando-nos a compreender que processos intensos de vigilância eram realizados e severos castigos impingidos aos que rompiam com as normas e monopólio exercido pelo barracão.

Importa ressaltar que os seringalistas cobravam preços abusivos nos processos de comercialização dos produtos expostos nos barracões. De acordo com McGrath (1999, p. 67), “faz-se a conta: a borracha é a moeda. O seringueiro reclamava contra o preço alto dos gêneros que comprou e contra o preço baixo oferecido pela borracha”. Esse seria um dos motivos que levava os “seringueiros a buscarem outras alternativas para a venda da borracha e aquisição de produtos diversos, parecendo-lhe o regatão uma alternativa para tanto. Sobre o tema, observe-se o relato de McGrath:

Conseqüentemente, a relação entre o caboclo e o regatão era completamente diferente de sua relação com o dono do seringal e o comerciante local. O regatão não poderia exercer um poder coercitivo ou controle monopolizador. Para o seringueiro, o comércio com o regatão era um intercâmbio voluntário entre dois indivíduos independentes e iguais, enquanto o comércio com o comerciante era um intercâmbio involuntário entre indivíduos desiguais, um subordinado e seu patrão. Por causa disso, negociar com o regatão, como até Ferreira Penna admite, era uma ocasião festiva para o seringueiro e a sua família, uma oportunidade para ele demonstrar a sua independência face ao controle opressivo da patronagem. (Mcgrath, 1999, p. 67)

Embora ambas as relações fossem marcadas por exploração do trabalho e do trabalhador, o regatão permitia que o "seringueiro" tomasse para si a liberdade de experimentar novas formas de relações sociais e econômicas que não eram possíveis com o barracão, em decorrência do poder coercitivo tradicionalmente imposto. Isso possibilitava ao extrator do látex quebrar um ciclo vicioso de dependência e

exploração, típico da relação entre patrão e seringueiro, que historicamente se baseava em mecanismos de dominação e controle rígidos. Dessa maneira, mesmo diante das desigualdades e injustiças ainda presentes, essas novas relações propiciavam a emergência de formas alternativas de organização social e econômica, que representavam uma ruptura significativa com o sistema vigente na economia gumífera.

Essas novas dinâmicas possibilitavam uma maior negociação das condições de trabalho e uma tentativa de equilíbrio nas relações de poder, ainda que limitadas pelas estruturas econômicas e sociais da época. A possibilidade de experimentar tais formas alternativas de interação social, mesmo que injustas, representava um avanço importante na luta contra a exploração sistemática na qual o extrator estava inserido.

É fundamental compreender que essas transformações não ocorreram de maneira homogênea ou linear, mas sim em meio a tensões, conflitos e contradições. No entanto, o surgimento do regatão e das novas formas de relação entre patrões e trabalhadores indicava a existência de uma resistência ativa e criativa por parte dos seringueiros, que buscavam reinventar suas condições de vida e trabalho, mesmo diante das adversidades. Portanto, a análise dessas relações sociais no contexto da economia gumífera revela não apenas os mecanismos de opressão e exploração, mas também as possibilidades de transformação e emancipação que emergiam a partir das práticas cotidianas dos trabalhadores.

Em suma, embora a exploração do trabalho fosse uma constante nas relações entre patrões e seringueiros, o regatão abriu espaço para a construção de alternativas que, apesar de insuficientes para eliminar todas as formas de injustiça, representavam passos significativos rumo à autonomia dos trabalhadores. Essas experiências históricas nos convidam a refletir sobre as possibilidades de resistência e transformação social em contextos de desigualdade, mostrando que mesmo em situações adversas, há sempre espaço para a criação de novas formas de organização.

2.2 – Alguns passos pelos varadouros da oralidade e da história local: ensaios para uma escrita decolonial

Ao buscarmos trabalhar com a história oral como método, tentamos nos referenciar nos escritos do historiador Alessandro portelli (2001). Em um de seus textos, intitulado “História oral como gênero”, observamos uma diversidade de abordagens que muito contribuíram para o desenvolvimento da nossa pesquisa. Foi através de uma delas que compreendemos que a pesquisa do historiador não reside somente nas informações ditas pelo entrevistado, mas naquilo que irá fazer com estas informações. Isso nos levou a refletir que as fontes orais se apresentam como múltiplas possibilidades a serem exploradas, a depender das intencionalidades de cada profissional e propósitos de cada trabalho a ser apresentado.

Reiteramos que nossas intencionalidades sobre esse trabalho é podermos enfocar experiências de vida de personagens que vieram trabalhar nos seringais da Amazônia no recorte cronológico que abarca a década de 1940, na perspectiva de que os fragmentos de suas memórias narradas nos demonstrem trajetórias e histórias outras, que compreendemos a necessidade de serem ouvidas e evidenciadas na sociedade em que vivemos.

Portelli (2001, p. 10) nos ensina que a história oral como método é uma forma específica de discurso, pois a história evoca uma narrativa do passado e o uso da oralidade indica um meio de expressão. Por esse motivo, entendemos que os diálogos com diferentes sujeitos sociais, tendo por perspectiva o conhecimento de algumas de suas trajetórias, processo que os leva a movimentos de revisitas de suas memórias, nos oportunizam pensar nas multiplicidades de vidas e vivências existentes nos seringais, contribuindo para a produção de outros sentidos. São relatos que nos oportunizaram enxergar em seus olhos a emoção, a demonstração dos valores familiares e o entusiasmo, sendo possível a expressão desses sentimentos através do trabalho com a oralidade.

Nos trouxe ainda Portelli (2001) a informação de que a história oral nos coloca em contato com outras narrativas que demonstram uma diversidade de singularidades

dos modos de vida de diferentes personagens, muitas vezes pouco conhecidas, mas, absolutamente importantes. Atrelado a isso, podemos perceber que estamos diante da perspectiva de mostrar esses relatos sob um outro viés, com olhares e intencionalidades distantes daquelas que mecanizam e forjam valores sobre a historiografia do lugar em que vivemos ao longo da história.

Com o propósito de seguirmos caminhos opostos é que nos valemos da História Oral como criadora de diferentes possibilidades, principalmente por possibilitar a constituição de sentidos que muitas vezes nos ajudam a combater preconceitos, além de remeter nossa caminhada para outras trilhas que privilegiam experiências sociais muitas vezes silenciadas.

Ao dialogarmos com Maria Floriza e Manoel Ferreira, temos a percepção de que estamos contribuindo para a superação de preconceitos e estereótipos negativos que encobrem diferenças e protagonismos. Seus relatos ensinam que existem histórias diversas sobre a “batalha da borracha”, cada uma com suas nuances, particularidades e intencionalidades, mas que parte delas (como as já citadas aqui) suprimem as experiências dos sujeitos aqui tratados e os definem superficial e genericamente, ao ponto de projetar o apagamento de suas existências.

Mas se a história oral como método foi importante para as pesquisas e a escrita desse trabalho, também ressaltamos os diálogos com outros/outras autores e autoras que expressam a importância de revisitarmos o “passado” e reinterpretá-lo. Florisvaldo Paulo Ribeiro Júnior e Ivete Batista Almeida (2022), por exemplo, nos levaram a refletir sobre os escritos historiográficos produzidos por alguns de nossos ancestrais. O fizeram nos fornecendo informações sobre como produções historiográficas perpassam os espaços da escola, insistindo que relatos sobre um certo “passado” precisam ser revisitados com base em críticas ao mundo contemporâneo, para que seja possível espalhar as vozes de todos os protagonistas, distanciando-nos de perspectivas eurocentradas e universalistas. Com isso, entendemos que se faz urgente a perspectiva de analisarmos a historiografia produzida sobre o processo de migração à Amazônia Sul Ocidental, confrontando com abordagens colonizadoras, discriminatórias e preconceituosas de sujeitos sociais dos quais carregamos fortes heranças culturais.

O problema que parece se impor, é que narrativas colonizadoras, como nos dizem Ribeiro Júnior e Batista (2022, p. 7), “assediam-nos diuturnamente. Fazem-se presente em nossas salas de aula, cheias de símbolos da modernidade colonial”. Podemos perceber essas simbologias refletidas em jargões do tipo: “está parecendo um seringueiro”, considerando que costumeiramente nos deparamos com docentes e discentes fazendo uso de termos pejorativos quando se referem a modos de vida pensados em uma perspectiva de negação de suas existências. Lamentavelmente a própria historiografia brasileira reduz a migração nordestina a questões econômicas, como nos explica Guillen (2002, p. 72), o que “contribui para a construção imaginária do tripé Nordeste/seca/migrante”, além de outras mazelas utilizadas nos movimentos de suas configurações. A autora nos diz ainda, que algumas historiografias concorrem para a criação de invisibilidades que não os favorecem. Diante disso, é possível a compreensão da constituição dos estereótipos e rejeições nos ambientes escolares ao longo do tempo.

Na elaboração deste trabalho trazemos Ribeiro Júnior e Batista (2022, p. 7), que nos auxiliaram com seus escritos para percebermos caminhos diversos para o enfrentamento de variadas formas de exclusão, bem como pela busca por espaços de inserção dos sujeitos sociais aqui tratados. Nos apresentaram esses autores importantes reflexões sobre a subjugação e exclusão do “Outro”, como também sobre o negligenciamentos no campo historiográfico para tratar sobre o tema. Além disso, apontaram alternativas para recusas de hierarquias que foram sociais e historicamente produzidas, perpassadas por práticas de poder, no contexto escolar. Nos dizem os mencionados autores que “torna-se uma questão de existência buscar alternativas ao mundo gerido pela necropolítica. A subjetividade manifesta-se unicamente no ato de viver, e para isso é preciso que recusemos com veemência nossas vestes de colonizados” (2022, p. 8). Diante disso, pensando no contexto da sala de aula, quando não há contraposições a exclusões e subalternização de certos sujeitos sociais, estamos contribuindo para o apagamento de suas existências.

Para nos aprofundarmos nessa temática, também utilizamos a obra organizada por Dina Maria Martins Ferreira e Lucineudo Irineu Machado (2022), intitulada “Suleando conceitos e linguagens: decolonialidades e epistemologias outras. Essa obra oferece uma análise sobre como a colonialidade do poder, do saber e do ser

saber buscam estruturar os processos de produção de conhecimentos a partir de perspectivas eurocêntricas/etnocêntricas, evidenciando a necessidade de reconhecer e valorizar epistemologias alternativas que emergem das experiências e saberes dos povos originários, afrodescendentes e outras comunidades historicamente marginalizadas. Ferreira e Machado (2022) destacam que a colonialidade não é apenas um fenômeno histórico, mas um sistema persistente que permeia as instituições, as práticas acadêmicas e os processos de produção de conhecimento, mantendo uma hierarquia que privilegia saberes eurocêntricos em detrimento de outras formas de conhecimento.

Dessa forma, a obra convida à reflexão sobre a importância de decolonizar as epistemologias vigentes, promovendo um diálogo intercultural que reconheça a pluralidade de saberes e contribua para a construção de uma América Latina mais justa e inclusiva. Além disso, o livro enfatiza a urgência de repensar as metodologias de pesquisa e os critérios de validação do conhecimento, incorporando perspectivas que rompam com a colonialidade e valorizem as práticas culturais e cognitivas locais. Essa abordagem crítica é fundamental para superar a invisibilização e a subalternização de saberes que, historicamente, foram silenciados e marginalizados, abrindo caminho para uma produção de conhecimentos que possibilitam a pluralidades de vidas e vivências.

Os autores, a partir de diálogos com o sociólogo peruano Anibal Quijano, nos mostram que o processo de colonização da América do Sul não se dá exclusivamente pela “retirada de bens materiais”, vai além, considerando que junto com a exploração material agrega também a imposição cultural europeia, as negações de identidades e as classificações que se fizeram presentes da América do Sul. Percebemos estes movimentos quando observamos alguns escritos sobre as histórias dos “ex-seringueiros e ex-seringueiras”. Transformados em homens e mulheres em corpos sem nomes, cor e culturas, foram produzidos discursivamente por um outro, um estranho, sem que movimentos de mediação e alteridade fossem desenvolvidos. Tal fato resultou na produção de conhecimentos que, muitas vezes, produzem imagens estereotipadas de nossos ancestrais.

Em “Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina”, Anibal Quijano (2005, p. 124) nos esclarece que “o futuro é um território temporal aberto”, portanto

não é somente a “extensão do passado”. Nos fazendo entender que existem perspectivas de transformações sobre o futuro, “já que é o único território do tempo no qual podem ocorrer as mudanças”. Ele nos chama atenção para as percepções de mudanças que levem à ideia de futuro, não como uma mera e paulatina repetição de um passado em si. Mas, um reflexo de sentidos diversos constituídos em saberes que podem estar presentes na escrita historiográfica. Quijano (2005, p. 124) também nos faz pensar sobre algumas questões como: “o tempo pode ser novo” e que “a história pode ser produzida pela ação das pessoas”, pelas subjetividades, posicionando-se distante dessa visão centralizadora, reducionista e limitadora que permeiam, por exemplo, as migrações nordestinas da década de 1940. Compreendemos então a importância de dialogarmos com perspectivas múltiplas, como possibilidade de nos desenlaçarmos de preconceitos e marcas que remetem a conceitos hierarquizados e racializados.

Em seu trabalho, Quijano (2005, p. 127) nos mostra quando os ibéricos conquistaram, colonizaram e nomearam a América, encontraram distintos povos, com suas próprias histórias, suas diferentes culturas e memórias. No entanto, todos esses povos foram reduzidos a “índios”, identidade essencialmente “racial”, “colonial” e “negativa”. Da mesma forma os povos africanos, que “no lapso de trezentos anos todos eles não eram outra coisa além de negros”.

Essa classificação social reducionista, historicamente construída e padronizada, também enxergamos em relação a homens e mulheres que trabalharam como extratores de látex e produtores de borracha, ou, de alguma maneira, participaram desse processo produtivo. Isso nos leva ao entendimento de que não podemos nos conformar/aceitar classificações depreciativas, apagamentos e silenciamentos culturais que rodeiam as histórias dos sujeitos sociais aqui tratados. Essas perspectivas estão presentes no ambiente escolar, onde nota-se a ausência de articulações entre variadas formas de existências e resistências.

2.3 – Reflexão sobre o currículo em uma perspectiva decolonial

Quando falamos em opressão, disputas por espaços de poder e decolonialidade e como isso se apresenta nos currículos escolares, faz-se pertinente a perspectiva da professora Cristiane Landulfo (2022, p. 101) em “Currículo e decolonialidade”. Aqui, ela nos mostra conceitos sobre o tema, que tentamos nos apropriar, a exemplo de que “a decolonialidade não é um conteúdo a ser estudado, mas um projeto de enfrentamento a todas as formas de opressão colonial que nos violenta quotidianamente” (Landulfo, 2022, p.101). E isso nos estimula a questionarmos os currículos escolares diante da nossa pretensão enquanto educador, pois queremos pensar um currículo diferente daqueles que hierarquizam e silenciam vozes, saberes e experiências.

Landulfo (2022, p. 101) analisa que ao dialogarmos com o currículo “devemos pensar qual sociedade queremos legitimar e construir”, pois “o currículo é espaço de poder, considerando que legitima vozes e, assim, determina quem pode dizer algo ao mundo”. Pensamos então que torna-se necessário a inserção nos espaços escolares de narrativas que abordem outras existências de uma maneira que promova a criticidade, a reflexão, através da amplitude de indagações entre os estudantes. Vejamos os questionamentos da professora Cristiane Landulfo sobre currículo:

Currículo e decolonialidade” é entender que não devemos somente nos indagarmos sobre: 1) o que será ensinado, para quem será ensinado, por que será ensinado, o que se espera que os alunos venham a ser ao final do curso? Mas, porque ensinar determinado conteúdo e não outro?” ou “por que privilegiar esse tipo de identidade e não outra?”. Fazemos, ainda, o que nos sugere Kilomba (2019, p. 49): de quem é esse conhecimento? Quem se reconhece ter esse conhecimento? E quem não se reconhece? Quem pode ensinar esse conhecimento? E quem não pode? Quem está no centro? E quem fica fora, nas margens? (Landulfo, 2022, p. 101.)

Quando ousamos falar em representatividade e colonialidade, não poderíamos deixar de mencionar que a escritora e filósofa argentina Maria Cristina Lugones (2014) tece críticas ao eurocentrismo e à colonialidade de gênero, mas não somente isso. Ao abordar a temática da decolonialidade, ela nos instiga a reflexões acerca da vida

Íntima. Diz-se intimidade, segundo Lugones (2014, p. 936), não em relações íntimas por meio da sexualidade, e sim “pensando na vida social entretida entre pessoas que não estão atuando como representativas ou autoridades”. Sendo assim, fazemos alusão à nossa temática proposta e as pessoas que são representadas com pouco ou nenhum protagonismo na “batalha da borracha”, que não estão “intimamente” observados em suas subjetividades.

Lugones (2014, p. 940) quando nos fala em subjetividades, nos diz que “legitimidade, autoridade, voz, sentido e visibilidade são negadas à subjetividade oposicionista”, deixando-nos entender que diante da perspectiva decolonial a exploração das subjetividades dos sujeitos reflete uma forma de resistência. Trazemos aqui alguns exemplos de confrontos quando queremos caracterizar as resistências às abordagens de experiências de sujeitos sociais que não encontram-se expostas em alguns escritos.

Ao estabelecermos relações com os escritos de Lugones (2014), nos deparamos com conceitos de infrapolítica¹⁹, caracterizado enquanto uma política de resistência a opressões contra a colonização, e isso nos fornece amparo para uma abordagem crítica. Vejamos o que diz a mencionada autora:

A infrapolítica marca a volta para o dentro, em uma política de resistência, rumo à libertação. Ela mostra o potencial que as comunidades dos/as oprimidos/as têm, entre si, de constituir significados que recusam os significados e a organização social, estruturados pelo poder. Em nossas existências colonizadas, racialmente gendradas e oprimidas, somos também diferentes daquilo que o hegemônico nos torna. Esta é uma vitória infrapolítica (Lugones, 2014, p. 940).

Além da significativa perspectiva de Lugones (2014), também nos referenciamos com a historiadora Circe Maria Fernandes Bittencourt (2008) em “Ensino de história: Fundamentos e métodos”, quando queremos falar do ensino de história nas escolas básicas.

¹⁹ Infrapolítica: ações e práticas cotidianas, por meio das quais os grupos subalternos da sociedade buscam resistir à exploração material e às formas de dominação política e simbólica, de forma a manter a resistência viva, questionar os limites do permissível e fomentar valores. Fonte: <https://www.scielo.br/j/ln/a/zPLpJxHkCYxtnzJZng5D87w/?lang=pt>

Analizamos nos escritos desta autora atitudes que ela denomina como limitadora, pois ao problematizar conceitos como “história como narrativa”, nos mostra que essa abordagem tem sido utilizada para criar limitações e que tende a distanciar o aluno de reflexões e compreensões de significados, pois tem sido aplicada para aguçar o interesse dos alunos pelo passado em si mesmo. Bittencourt (2008, p. 144) estabelece confrontos a esse tipo de abordagem quando nos fala que “A narrativa histórica é ponto inicial, e a partir dela existe a possibilidade da compreensão dos acontecimentos por meio das ações dos sujeitos”.

Em seus escritos, Bittencourt (2008) nos mostra que os alunos não são instigados a reflexões e debates. Isso nos leva a compreender que as narrativas históricas devem criar possibilidades para o começo de uma amplitude de interpretações e questionamentos, e não nos conduzir ao simples interesse por contemplar o passado sem entendê-lo, tornando-se necessário, por tanto, levar nossos alunos a compreender os acontecimentos, contextualizá-los e interpretá-los. Pois, a partir do momento em que os sujeitos compreendem determinados acontecimentos, conseguem interpretar e fazer questionamentos com sentidos de estabelecer conexões com o mundo em que se vive.

Queremos aqui discutir, que a apresentação da história do cotidiano não é algo novo nos currículos escolares, como menciona Bittencourt (2008). No entanto, torna-se fonte de preocupação a maneira como algumas produções apresentam os sujeitos sociais, pois a história dos “ex-seringueiros e ex-seringueiras” são pouco difundidas e quando são contempladas, manifestam-se, majoritariamente, de forma depreciativa. Mas aqui nos interessa que essa historiografia esteja interconectada com nossas bases culturais e sociais, de modo que o ensino de história possibilite a construção de um passado histórico coerente com os valores, práticas culturais e trajetórias de nossos sujeitos sociais. Sendo assim, haverá a possibilidade de compreensões, contextualizações de vivências, lutas e resistências de modo a despertar a consciência coletiva de parte de nossa sociedade.

A associação entre cotidiano e história de vida dos alunos possibilita contextualizar essa vivência em uma vida em sociedade e articular a história individual a uma história coletiva. Uma articulação dessa natureza requer concepção de cotidiano que não se apresente como mera motivação para o estudo do passado, selecionando as experiências amorosas de reis e rainhas

ou o dia-a-dia de pessoas comuns ou famosas pautados por meras descrições curiosas e desligadas do contexto social da existência desses indivíduos. A opção pela história do cotidiano e pela história local merece uma reflexão a respeito de seus pressupostos, para uma seleção de conteúdos coerente com os objetivos centrais da disciplina (Bittencourt, 2008, p. 165).

Isso nos remete a pensar que as experiências cotidianas, sociais, culturais e suas transformações estão interconectadas e não desarticuladas com o contexto histórico, pois os sujeitos e suas famílias aqui tratados estão de forma direta ou indireta envolvidos nos trabalhos com a seringueira e, portanto, formam a base econômica, cultural e social da “batalha da borracha” da década de 1940.

A autora ainda nos traz informações de como podemos explorar as possibilidades da introdução da história do cotidiano no ambiente escolar, como ideia de transformação:

O cotidiano deve ser utilizado como objeto de estudo escolar pelas possibilidades que oferece de visualizar as transformações possíveis realizadas por homens comuns, ultrapassando a ideia de que a vida cotidiana é repleta e permeada de alienação (Bittencourt, 2008, p. 168).

Busco aqui associar os estudos de Bittencourt (2008) com parte da historiografia acreana quando parte dela exclui as vivências de muitos homens e muitas mulheres. Tal ato, de certa forma, tende a “alienar” a percepção histórica dos alunos. Com isso, pretendemos fornecer contribuições para que os nossos alunos possam contemplar outras visões e possam interpretá-las a partir de saberes e culturas que foram silenciados, marginalizados na história de formação do lugar em que vivemos, e desta forma criar possibilidades para o desenvolvimento de sentimentos de identidade e relações de pertencimento com o nosso passado.

Diante disso, observamos uma diversidade de percursos metodológicos e linguagens que podem ser utilizadas como contrapontos a esses silenciamentos. Fernanda Salvo (2023), por exemplo, em “Filmes de arquivo e reinvenções da memória na Amazônia: remontar o passado, imaginar o futuro”, nos mostra as contribuições dessas fontes para abordarmos com criticidade as questões indígenas no Brasil. Ela nos fala das informações e relatos a respeito da importância da

contestação de narrativas que buscam reinscrever corpos, subjetividades e territorialidades completamente invisibilizados pela memória oficial.

A construção da memória converte-se em elemento de disputa. Resulta daí a importância da existência de narrativas e representações contestatórias que busquem reinscrever em novos espaços de produção simbólica corpos, subjetividades e territorialidades completamente invisibilizados, ou incluídos de maneira problemática e equivocada nos discursos preservados pela memória oficial. Nesse quesito, filmes de arquivo têm prestado importante contribuição para o redimensionamento e reinserção, no debate público, das vozes dos grupos silenciados pelas narrativas oficiais (Salvo, 2023, p. 434).

Já Manoel Messias Feitosa Soares e Fernando Simplício dos Santos (2023) nos explicam o poder da narrativa. Destacam que o tempo e o espaço só passam a existir a partir das narrativas humanas, reforçando a impossibilidade de se pensar algo fora delas. Mas, o grande desafio está em como narrar e nomear. Os autores destacam em seu trabalho intitulado “Mitos e lendas amazônicas: relatos de experiências de educação socioambiental”, análises sobre a importância da constituição das narrativas como forma de atender às necessidades de uma sociedade que se quer legitimar. Ressaltam significativas construções de identidades que atribuem valores e referências, que refletem ideologias, que determinam formas de agir e pensar.

Torna-se oportuno a construção de narrativas que evidenciem as experiências de sujeitos com os quais possuímos estreitos laços afetivos e familiares, e que isso deve ser debatido em nossas salas de aula. Consideramos este movimento importante para nossos alunos desenvolverem a consciência crítica de que a história de nossos antepassados, em suas multiplicidades de experiências, em especial as histórias de “ex-seringueiros e ex-seringueiras” no Acre na década de 1940, têm muito a nos contar. É fundamental que se tornem conhecidas, valorizadas, discutidas e, acima de tudo, sejam temas corriqueiros nos currículos escolares do Acre, como forma de reparação histórica ao processo de apagamento, invisibilidades e impercepções às quais alguns de nossos antepassados foram submetidos, excluídos e que deixaram marcas profundas em suas/nossas histórias.

Também trazemos aqui, as contribuições de Dina Maria Martins Ferreira e Lucineudo Irineu Machado (2022) sobre a “Colonialidade do saber”. Em seus escritos, nos falam sobre territorialidades, em intersecções com diferentes representações e pertencimentos. Nos apresentam que essas representações, evidenciadas por relações de pertencimento, não se fazem presentes no ambiente escolar, pois essas apropriações/valorizações simbólicas não estão representadas em nossas raízes culturais, e sim uma representação motivada por uma elite que menospreza, hierarquiza, interdita saberes, culturas em que grupos minoritários perdem espaço para um grupo que constrói “conhecimento alinhavado a bases coloniais.”

A noção de territorialidade traz à tona a identidade de pertencimento, já que é constituído por representações sociais, políticas, econômicas e culturais, pertencimento este chamado de “simbólico-cultural que “prioriza a dimensão simbólica em que o território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido (Ferreira; Machado, 2022, p. 68).

Queremos aqui discutir como algumas abordagens historiográficas sobre um certo passado do Acre são reproduzidas nas escolas. Podemos considerar que isso tem se apresentado atravessada por classificações simplistas, permeada por um viés colonizador em que escritos se sobrepõem a singularidades múltiplas de pessoas que merecem ser respeitadas e enxergadas em suas contribuições e saberes, estes essenciais à compreensão de nosso lugar enquanto um espaço marcado pela pluralidade. Identificamos, porém nos escritos dos autores de “colonialidade do saber” (2022), explicações de como a colonialidade está ligada ao nosso modo de agir, pois estamos diariamente sendo influenciados por esse fenômeno que, principalmente no meio escolar, encontra-se evidenciado por preconceitos e desvalores, produzidos e influenciados por narrativas que não possibilitam uma criticidade à colonialidade. Diante disso, os referidos autores nos dizem que “o fenômeno de colonialidade, até os dias atuais, afeta o nosso modo de pensar e agir em sociedade” (Ferreira; Machado, 2022, p. 71), fazendo referência ao eurocentrismo como um padrão cultural universal e superior, em que os sujeitos e culturas vivenciam processos hierarquizadores.

Destacamos em colonialidade do saber (2022) as contribuições dos pensadores decoloniais no tocante ao desenvolvimento do pensamento crítico, reflexivo e problematizador em que se busca refletir sobre valores eurocêntricos que são posicionados como “inquestionáveis”, produzindo um “Outro” antagônico como parte do que chamamos de modernidade. Neste caso,

[...] a grande contribuição dos pensadores da descolonialidade é problematizar o conceito de modernidade que, na verdade, surge como fruto do processo de colonização, em que o colonizador dependia de um “outro”, o seu contrário, o atraso (Ferreira; Machado 2022, p. 71).

Isso reflete a associação que fazemos com a historiografia dos sujeitos sociais que trabalharam na extração do látex na década de 1940, pois o que está sendo observado em algumas produções historiográficas, não são os trabalhadores que migraram até os seringais amazônicos, construíram e reconstruíram novos modos de vida com pluralidades de saberes. Mas, sujeitos e grupos de classes elitizadas, como os políticos, os seringalistas, os grandes empresários que excluem o “outro” com sua “colonialidade” e despontam como o centro e visibilidade de todo o processo da “batalha da borracha”, onde essa cultura elitizada, acaba por sua vez, prevalecendo na organização de currículos e materiais didáticos no contexto escolar.

2.4 – Desdizer o dito: contrapontos à estereótipos produzidos pela literatura e historiografia

Consideramos relevantes os relatos de Guillen (2002), quando faz uma crítica à representação do migrante nordestino vinculado ao fenômeno da seca, onde se privilegia o aspecto ambiental, determinando com isso a migração como um acontecimento trágico. O que torna o migrante um ser desestruturado e deteriorado em “sua essência”. Destacamos aqui, que fatores como este contribuem para uma replicação de imagem negativada do “ex-seringueiro” e “ex-seringueira”, que excluem seus protagonismos e contribuições culturais.

Observemos alguns recortes dessas palavras grafadas. O escritor Euclides da Cunha (1999, p. 127), por exemplo, ao descrever a rotina nos seringais no que se convencionou a chamar de “primeiro ciclo da borracha”, nos diz que se tratavam de homens envoltos em um sistema anômalo, onde “o homem trabalha para escravizar-se”. Após, ao nomeá-los como “bravos”, menciona que são facilmente amansados, não demorando este processo mais que um ano para se consolidar. Nos escritos de Cunha (1999) se faz presente uma referência à Semana Santa nos seringais, onde esse autor cita que os dias nesses espaços são marcados por forte sofrimento e melancolia vivido pelos “seringueiros”. Esses personagens assim nomeados, então se martirizam por viverem em um mundo onde não existe história, onde o tempo é reduzido a uma repetição ininterrupta. Assim, observamos que em narrativas com tais características, prevalece uma certa presença-ausente:

Não tiveram missas solenes, nem procissões luxuosas, nem Lavapés tocantes, nem prédicas comovidas. Toda a Semana Santa correu-lhes na mesmice torturante daquela existência imóvel, feita de idênticos dias de penúrias, os meios jejuns permanentes, de tristezas e de pesares, que lhes parecem uma interminável Sexta-feira da Paixão, a estirar-se, angustiosamente, indefinida, pelo ano todo afora (Cunha, 1999, p. 101).

Narrativas semelhantes, podemos encontrar no livro de Antônio José Souto Loureiro (1981), intitulado “Scenas de uma época”. Nos percursos que percorre para inventar o extrator de látex, o representa através de concepções reducionistas e limitadoras, quando o descreve sempre em cenário desolador. Para tanto, oferece relatos retirados de alguns periódicos da época, como “A gazeta do Purus”, para ajudá-lo na produção discursiva sobre uma certa Amazônia e suas gentes:

Em uma localidade do Macauã nasceram e morreram doze crianças. A mortalidade infantil atingira 90% dos recém-nascidos, por falta de alimentação, sobrevivendo uns poucos alimentados com leite de castanha. Contudo, o estado de miséria era geral e desesperador. Grande parte dos seringueiros estava doente. Os patrões, em viagens ao centro, avisavam sua chegada, com antecedência, para que “as mulheres nuas se recolham ao interior das choupanas” (Loureiro, 1981, p. 105).

Observemos que o recorte cronológico do referido jornal não é o mesmo do proposto nesta dissertação (1940 – 1949), mas, nossa pretensão é estabelecer relações e demonstrarmos que tanto os escritos relativos à década de 1940, quanto em outros momentos têm como ponto de partida construções assentes em certos padrões, que terminam por subalternizar determinados grupos sociais. Ressaltamos que tais escritos estão associados a situações vexatórias e humilhantes, em sua maioria, que se distancia da nossa pretensão de contribuir para a desmistificação da imagem dos ex-extratores do látex como fugitivos do sertão, sem esperanças e ávidos pela riqueza.

Não intencionamos aqui demonstrar que a vida nos seringais na década de 1940 era glamourosa, abundante e afortunada. O que questionamos são os processos de homogenização desses homens e dessas mulheres invisibilizados em suas singularidades. O que problematizamos é a ausência de mediações, no ato de poder de dizer o que é o “Outro. O que queremos é confrontar com o emolduramento de sujeitos sociais, ação desenvolvida sem considerar suas múltiplas formas de vidas e vivências.

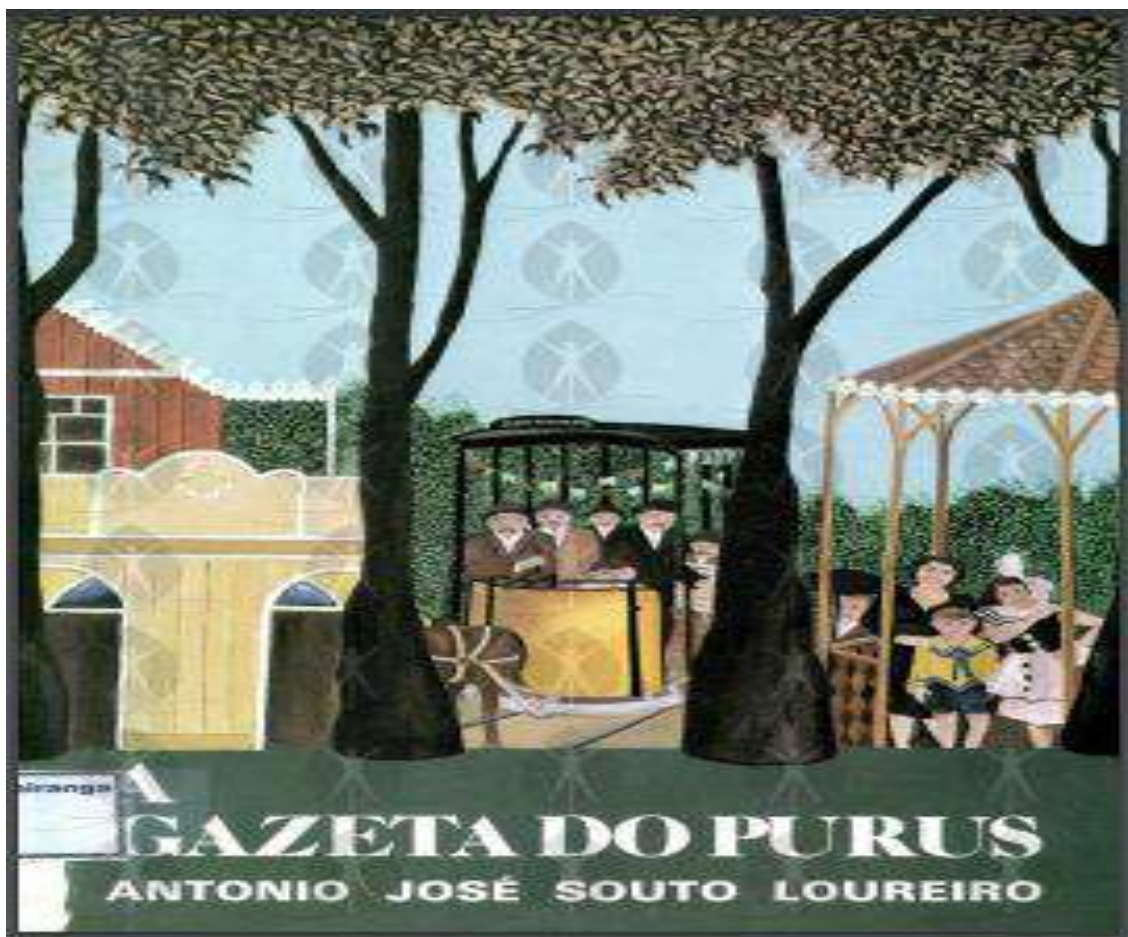
Ousamos aqui nos contrapormos às perspectivas depreciantes de Cunha (1999) e Loureiro (1981), propondo questões em que esses sujeitos possam estar configurados com recortes que privilegiem suas outras experiências, de forma que possam ser observados como pessoas que contribuíram nos trabalhos com a seringueira, mas que também possuem múltiplos saberes que precisam ser ouvidos, e valorizados. Onde nossos estudantes tenham a oportunidade de se sentirem pertencentes/vinculados a estas experiências. Oportunidades estas não observadas nos escritos de Antônio José Souto Loureiro:

Em março de 1922 a “Gazeta” noticiava a chegada de 18 flagelados de fome, pelo vapor Guanabara, dos quais 9 eram crianças. Um pai de família morrera ao alimentar-se, pela primeira vez, em dias. “Ontem 2 pessoas desceram o Purus abaixo. Para onde? Não de sabe”. (n.º 105, de 26 de março de 1922 – “Gazeta do Purus”). (Loureiro, 1981, p. 106).

No recorte apresentado acima, está evidenciando o declínio dos preços da

borracha no chamado “primeiro ciclo” e as más condições de sobrevivência dos extratores do látex naquele momento. Porém, o autor insiste em enfatizar os extratores do látex nas páginas de sua obra de sobremaneira incipiente, em um ambiente desolador, doloroso e miserável. Também encontramos na capa do livro de Souto Loureiro (1981) intitulado “A gazeta do Purus”, nuances depreciantes e olhares que em nada favorecem esses sujeitos sociais. Nuances que reduzem seus protagonismos e refletem desconsiderações tradicionalmente vinculadas a sua existência.

Imagem 6: capa do livro: A gazeta do Purus de Antônio José Souto Loureiro



Fonte: omeka.cultura.am.gov.br

Ao analisamos a imagem acima, percebemos que Souto Loureiro nos apresenta caricaturas de pessoas em um centro urbano, possivelmente famílias ricas, em que homens, mulheres e crianças aparecem bem vestidas e sorridentes,

aglomerados no bonde com tração animal. Percebemos também que os sentidos produzidos por esta iconografia parece expressar que na cidade de Sena Madureira não há espaços para a inclusão do extrator do látex. Isso nos leva ao entendimento de que os sujeitos excluídos na referida imagem não constituem e não estão inseridos em preceitos de bem-aventurança, da modernidade capitalista e da riqueza que ora pretendiam demonstrar.

Torna-se também a imagem fonte de apreensão, ao pensarmos que estudantes da educação básica, ao analisarem obras como esta, venham vinculá-las com os “ex-seringueiros e “ex-seringueiras”, suas vivências nos seringais, ou melhor, como foram as experiências destes sujeitos que se dedicavam ao fabrico da borracha, remetendo-os a ligações que relacionam esses homens e mulheres a pobreza, miséria e infortúnios. O silenciamento foi produzido, portanto, não se trata de mero esquecimento, mas de escolhas. Os “seringueiros” não representam para Souto Loureiro a “modernidade” que busca expressar com a imagem. O que, por sua vez, nos oferece compreensões da pretensão de sobressairem-se ideais exitosos, de prosperidade e bem-aventuranças de uma sociedade elitizada em que grupos sociais disputam espaços.

Em contrastes às narrativas euclidianas e perspectivas depreciativas sobre os sujeitos sociais observados em Loureiro (1981), Bittencourt (2008) nos auxilia a adotarmos um trabalho na sala de aula pautado na reflexão dos estudantes, contrapondo as expectativas já observadas. A citada historiadora nos oferece contribuições a respeito do reconhecimento da importância das representações sociais no ambiente escolar. Em seu conceito, representações sociais são as relações entre os conhecimentos prévios dos alunos com os conhecimentos novos, além de seu dinamismo, se modificam constantemente e o professor deve estar atento em utilizá-la na construção do saber escolarizado. Também destaca que, a partir de uma avaliação inicial, torna-se possível identificar erros conceituais e lacunas, além de proporcionar o surgimento de divergências de opiniões. Assim, seguindo o pensamento de Bittencourt (2008), torna-se necessário a adoção de posturas questionadoras em nossos alunos em relação a temática a ser estudada.

Portanto, é significativo o despertar nos estudantes da prática problematizadora. Como por exemplo, o porquê da não contemplação dos

trabalhadores da seringueira na capa do livro de Loureiro (1981) ou da forma como o autor produz suas abordagens, carregadas pela dureza e privações que violenta diferentes modos de vida, diante da homogeneização sustentada na referida obra.

2.5 – Questões sobre as representações sociais e escolhas dos materiais didáticos

Circe Bittencourt enumera alguns critérios que podemos utilizar como base nos diagnósticos escolares, de forma que venha a investigar, ou seja, fazer um levantamento prévio a respeito do objeto a ser estudado e, diante disso, identificar as informações, “lacunas” diante daquilo que precisa ser explorado e ainda valorizar o seu conhecimento extra-classe. Compreendemos que tal movimento se constitui em importante trajeto para motivar a criação da capacidade de argumentação, contemplando uma visão crítica:

O diagnóstico baseia-se principalmente no conteúdo informativo da representação e visa realizar um levantamento sobre os conhecimentos dos alunos sobre o objeto de estudo em questão e as atitudes intelectuais deles em face desse objeto. Pode-se então perceber seus erros conceituais e omissões e verificar como tal objeto de estudo é capaz de motivá-los e fazer surgirem as opiniões diversas existentes na classe. Ao destacar o que o aluno percebe a ser estudado, o professor trata-o como um sujeito apreendendo dada realidade ou determinado fenômeno e dá validade ao seu conhecimento, ao mesmo tempo que pode sublinhar e destacar as grandes falhas e lacunas (Bittencourt, 2008, p. 241).

A autora ainda nos alerta quanto à escolha dos materiais didáticos, pois torna-se importante, uma boa seleção dessas ferramentas, por estarem diretamente relacionadas a “um instrumento de trabalho do professor e igualmente instrumento de trabalho, também de alunos”. Contudo, Bittencourt (2008) faz observações ao comprometimento do professor e da escola, quanto à escolha e seleção desses materiais, considerando que se trata de “uma questão política e torna-se um ponto estratégico que envolve o comprometimento do professor e da comunidade escolar

perante a formação do aluno (Bittencourt, 2008, p. 300). Diante disso, a mencionada autora levanta questões acerca do livro didático como uma ferramenta importante na sala de aula. Nos esclarecendo que “é um objeto de muitas facetas”, a depender do lugar, do momento e objetivo de sua produção, destacando-o como um “objeto cultural” em que existem muitas “interferências” e interesses em sua elaboração.

Bittencourt (2008, p. 302) também faz observações quanto aos seus propósitos, nos dizendo que se trata de um “suporte de conhecimentos escolares”. Destacamos, porém, que apesar do livro didático ser um suporte na sala de aula, professores e alunos devem exercer um posicionamento crítico e eficaz em sua utilização, pois o livro “torna-se um instrumento fundamental na própria constituição dos saberes escolares”, contudo, Bittencourt (2008) ainda levanta alguns questionamentos sobre como professores e alunos podem utilizá-lo em toda sua criticidade e compreensão

A interferência de professores e alunos também fazem parte da compreensão do livro didático. Como seu público-alvo, professores e alunos, utiliza os conteúdos, os instrumentos de aprendizagem, a ideologia e os valores nele contidos (Bittencourt, 2008, p. 302).

Isso nos remete ao fato de que os livros didáticos devem ser observados em uma perspectiva crítica, considerando que são perpassados por diferentes subjetividades. Isso nos oferece uma ampla possibilidade de análises sobre como impactam o cotidiano dos ambientes escolares, de pensarmos os diferentes interesses da indústria ligada à produção de livros no país e, principalmente, o desenvolvimento de valores e ideais propostos. Segundo Bittencourt:

No Brasil os livros didáticos de História têm sido os mais investigados pelos pesquisadores, e foram igualmente muito comuns análises dos conteúdos escolares em uma perspectiva ideológica. Aos poucos, as abordagens ideológicas foram sendo acrescidas de outros aspectos referentes aos conteúdos, como defasagens ou clivagens entre a produção acadêmica e a escolar ou ausências ou estereótipos de grupos étnicos ou minoritários da sociedade brasileira (Bittencourt, 2008, p. 304).

Diante dos apontamentos de Bittencourt (2008) sobre os materiais didáticos

utilizados nas escolas e a importância de dedicar-se às escolhas e seleções, entendemos que estes podem se relacionar com a constituição de identidades, mas que também produzem exclusões, silenciamentos e marcas de hierarquização. Portanto, os professores devem estar atentos a estas escolhas, de modo que seja possível a produção de espaços em que os estudantes possam dialogar de maneira crítica, selecionar informações que venham a contribuir para sua formação como sujeito emancipador e capazes de não reproduzir discursos que invisibilizam sujeitos e histórias de vida.

Bittencourt (2008, p. 304) destaca que “existe a tendência de identificar as lacunas relativas a determinados temas ou sujeitos históricos nos livros didáticos”. Além da renovação de interpretações acerca de assuntos e temáticas sociais relevantes, aí incluso o respeito às diferenças e perspectivas de pensamentos em que que seja possível o diálogo com outras possibilidades de “experiências de milhares de mulheres e homens que foram jogados nas margens do espaço/tempo da história”, como os já citados aqui.

Para falarmos sobre hierarquizações culturais nos ambientes escolares, trazemos ao debate os escritos das professoras da Universidade Federal do Acre (UFAC) Valda Inês Fontenele Pessoa e Tânia Mara Rezende Machado (2016), em “Culturas escolares”. Neste trabalho elas discutem a dualidade entre cultura e escola. A partir disso, identificam a desarticulação entre o currículo e a multiculturalidade presente nesses ambientes. Apresentam a presença de várias culturas nos ambientes escolares, em especial, nas escolas do estado do Acre onde estão inseridos alunos com distintas realidades e condições sociais diversas. No entanto, nos mostram que também se fazem presentes nestes espaços as desconsiderações que “não dão conta de compreender” as diferenciações culturais e acabam por uniformizar e impor valores que criam sistemas simbólicos que tendem a constituir preconceitos, hierarquizações no apagamento das diferenças. Machado e Fontenele (2016) nos ensinam que devido a diversos fatores históricos, as instituições escolares acreanas democratizaram os espaços e isso possibilitou o acesso de diversos grupos sociais nestes espaços, mas,

[...] em que pese o híbrido cultural dessas instituições na contemporaneidade, ainda permanecem nelas aparatos discursivos, que engendram formas de

tecer o cotidiano de tal forma, que não dão conta de compreender o cruzamento cultural que lá existem e dessa maneira, mantendo as alternativas que tomam como ponto de partida a uniformização de todos, tratando de forma igual os diferentes sujeitos e unidades escolares. De maneira continuada, insistem em impor valores, significados e sistemas simbólicos de um determinado grupo nas práticas educativas que mais oprimem e cultivam a construção de identidades, permeadas por preconceitos e discriminações (Machado; Fontenele, 2016, p. 131).

Entendemos com isso, que mesmo com a democratização dos espaços escolares, permaneceram imposições culturais que, de certa forma padronizaram sujeitos com variadas significações em identidades únicas, sem levar em conta suas infinitas possibilidades de representações.

Diante dessa perspectiva, compreendemos que as culturas existentes no ambiente escolar “devem ser vistas como um dos principais fatores constitutivos e geradores do fazer e entender o que se passa nas instituições” (Machado; Fontenele 2016, p. 134). Isso se reflete na compreensão de que as instituições de ensino não foram capazes de evidenciar a “diversidade que marca o espaço escolar, alterando substancialmente as suas identidades” (Machado; Fontenele 2016, p. 135). E mais ainda, a “lógica monocultural” não abrange “os grupos populares, representados por ribeirinhos, indígenas, originários dos seringais, afrodescendentes e sitiante reduzidos perversamente diante das estruturas de poder tradicionalmente presentes na escola.

Essa perspectiva de cultura única tem levado a uma padronização das temáticas selecionadas para o currículo escolar e homogeneizado a percepção dos sujeitos, ignorando origem, história e culturas às quais estão vinculados. Isso tem trazido sérias consequências aos processos de ensino e aprendizagem, denunciando a fragilidade e insuficiência desse modo de perceber a cultura escolar, próprio dos ideais da modernidade. Os grupos culturais presentes na escola carecem de outras visões que provoquem o deslocamento do olhar para a diversidade de possibilidades que o próprio universo escolar sugere, desconstruindo a mesmice e o sequenciamento rotineiro das práticas escolares (Machado; Fontenele, 2016, p. 135).

As autoras nos ensinam como reconhecer o entrecruzamento cultural nos espaços escolares, pois nos falam das análises do professor Pérez Gómez sobre “cultura experiencial” dos alunos nos espaços escolares.

Perez Gómez sugere compreender a escola como um ambiente de “cruzamento de culturas”. Para isso, é necessária uma nova postura mobilizada por outras perspectivas que potencializem a capacidade de identificação do arco-íris cultural que povoam e se entrecruzam nas culturas escolares. Não parando por aí, propõe uma reinvenção da escola, de modo que seja possível reconhecer no seu arcabouço o que a caracteriza, identifica e a diferencia de outros universos de socialização. Segundo ele, é a “mediação reflexiva” que faz parte de todas as escolas. Além desse atributo, outro que lhe é emblemático é que as “mediações reflexivas” se dão em meio às interações e influências constantes das múltiplas culturas presentes no espaço escolar. (Machado; Fontenele, 2016, p. 135)

O fato de encobrir as “culturas trazidas pelos estudantes” ajuda a reforçar preconceitos, acaba por sobrepor saberes legitimando grupos que desconsideram as diversidades. Desta forma, o olhar diferenciado para a “diversidade de possibilidades” de abordagens que versam sobre o universo cultural dos “indígenas, dos ribeirinhos e originários dos seringais” por exemplo, torna-se necessário estar presente nos currículos escolares, de maneira que venha a potencializar valores e possa representar os indivíduos e grupos que encontram-se essencialmente marginalizados pela história.

Reforçando essa temática, Maria Betânia Barbosa Albuquerque e Márcio Barradas Souza em “Saberes culturais” (2016, p. 243) nos mostram que “os saberes culturais são, em geral, fundados na oralidade, fato que os coloca, quase sempre, de fora do mundo da escola, limitada aos saberes escritos”. Os referidos professores nos explicam que “além dos códigos escritos” é possível levar em consideração outras possibilidades de fazer uma leitura do mundo, variações estas que ocorrem nos espaços culturais de cada indivíduo. Através desses discursos, pode-se evidenciar todo um sistema de símbolos e significados que passam a nos representar socialmente. Nos explicam ainda, que refletir sobre saberes é uma ação que relaciona-se com reflexões e questionamentos sobre o poder.

É preciso fazermos uma reflexão sobre o termo “saberes”, pois, no ambiente escolar nos deparamos com disputas, com certas práticas escolares terminando por contribuir para o predomínio de “saberes culturais” que subordinam indivíduos. E isto decorre da não valoração de experiências de “outros” sujeitos, tendenciando imposições culturais, a busca por identidades essencializadas e o predomínio pela

não adesão às particularidades e diferenças.

Stuart Hall (2006) nos oferece suporte na discussão sobre estudos culturais, identidade, globalização e pós-modernidade. Ao falar sobre representações, identidades e significados culturais, nos demonstra que a globalização ajuda a difundir os fundamentos das culturas dominantes, padronizando-as. Isso nos permite dizer que o predomínio de uma cultura impõe padrões a serem seguidos como formas de representações, ou seja, uma imposição de domínio que Hall (2006) chama de “cultura homogênea” e mantém instituições culturais nacionais, a exemplo do sistema educacional nacional. Contudo, Hall (2006) faz questionamentos a respeito dessa unicidade cultural nacional, nos dizendo que

Não importa quão diferentes seus membros possam ser em termos de classe, gênero ou raça, uma cultura nacional busca unificá-los numa identidade cultural, para representá-los todos como pertencendo à mesma e grande família nacional. Mas seria a identidade nacional uma identidade unificadora desse tipo, uma identidade que anula e subordina a diferença cultural? (Hall, 2006, p. 59).

Com isso, analisamos que o termo culturalidade se assenta em uma amplitude de discursos que constituem diferenças entre sujeitos sociais. Mas que são atravessados por profundas generalizações e deixam marcas que anulam, subjagam e reduzem vidas, histórias e experiências nos mais diversos contextos. Isso se reproduz nos espaços escolares, pois toda essa “centralidade cultural” e dinâmicas de poder dos grupos dominantes acabam por interferir na concretização de abordagens, nas quais os sujeitos venham demonstrar seus valores, suas tradições e ensinamentos nesse exercício de liberdade.

Entendemos assim, que quando os sujeitos sociais são silenciados, também se oculta uma gama de conhecimentos que vão repercutir para além da escola, pois crianças e adolescentes encontram-se em processos de maturação. Estão desenvolvendo diversas formas de associações e interpretações cotidianamente de seu passado histórico. No entanto, muitas vezes essas representações são apresentadas aos nossos alunos de forma deturpada, com significações

desfavorecidas, desligadas de processos históricos de resistências e ensinamentos. No entanto, sempre podemos nos desvencilhar de determinadas dominações através de estratégias de enfrentamentos contínuos e diversos, e a valorização das diversas culturas extra-escolares apresenta-se como uma delas.

2.6 - O uso do livro didático na escola

Bittencourt (2008) analisa que o livro didático se coloca de maneira impositiva, por não dar margem a reflexões e contestamentos. E isso está evidenciado pela representação de uma “transmissão de conhecimentos” reproduzidos por professores e alunos ainda de forma limitada. A historiadora tece críticas quanto ao uso dos textos didáticos escolares. Em sua análise, os elaboradores desses manuais recorrem a uma linguagem acessível em que procuram “universalizar leitores distintos”, sintetizam muitas informações, o que por sua vez, colabora para a dificuldade de estabelecer comparações, identificar semelhanças e diferenças entre os acontecimentos e fornecer pistas em outras fontes de informação.

Com isso, a autora nos remete a analisar os textos didáticos dotados de limitações que não deixam margem a variadas formas de interpretações, pois simplesmente,

[...] transmitem determinados acontecimentos históricos”. Contudo, nos esclarece que o livro didático é uma ferramenta valiosa, além de se apresentar como “um material importante e de grande aceitação porque, além de fornecer, organizar e sistematizar os conteúdos explícitos, inclui métodos de aprendizagem da disciplina”, Bittencourt (Bittencourt 2008, p. 315).

No entanto, torna-se essencial o papel que o professor exerce diante da problemática, pois a autora nos oferece um aporte quando nos diz que o professor exerce autonomia na escolha e seleção dos capítulos a serem lidos e as respectivas orientações de como devem ser lidos. Isso nos auxilia a pensar no papel que o professor exerce ao ensinar aos seus alunos a buscarem reflexões sobre as informações apreendidas, variadas formas de ampliação do conhecimento e, principalmente, o auxílio na busca por formas de compreensão que não sejam únicas,

limitadoras de pensamentos e restritas a entendimentos objetivos.

Quando Bittencourt (2008) fala de análises de documentos sob uma perspectiva de desenvolvimento da autonomia intelectual nos educandos, enfoca no desafio do professor em estabelecer critérios para selecionar tais documentos. Quer sejam “motivadores”, “atrativos”, ou como “ilustração” de reforço de uma ideia, e ainda não sejam de difícil compreensão. A autora nos traz informações a respeito da análise e cuidados do uso de documentos para as práticas na sala de aula, pois o jornal por exemplo, pode se apresentar como formador da opinião pública e faz parte de um jogo político de poder.

Intencionamos trazer essas informações com o objetivo de focalizarmos que existem diferentes mecanismos de identificações e registros de marcas do passado. Para tanto, ela nos diz que

Para que o documento se transforme em material didático significativo e facilitador da compreensão de acontecimentos vividos por diferentes sujeitos em diferentes situações, é importante haver sensibilidade ao sentido que lhe conferimos enquanto registro do passado. Nessa condição, convém os alunos perceberem que tais registros e marcas do passado são os mais diversos e encontram-se por toda parte: em livros, revistas, quadros, músicas, filmes e fotografias (Bittencourt, 2008, p. 331).

Diante disso, podemos analisar que os alunos podem fazer identificações de que os registros do passado deixam marcas das mais distintas formas, sem contudo deixarmos de perceber que tais documentos são dotados de intencionalidades, de parcialidades e implicados por “interesses de poder”. Além de evidenciarmos as diferentes possibilidades dos nossos educandos analisarem criticamente os mais variados documentos, escritos ou não, por uma perspectiva questionadora.

Com isso, queremos aqui pontuar que existem as mais variadas fontes sobre a história da “batalha da borracha” como já citados anteriormente. Mas é preciso destacar que é essencial o olhar diferenciado do professor enquanto profissional comprometido com o ensino de história, pois existe a necessidade de envolvimento do olhar questionador/reflexivo nos alunos de forma que não venham a reproduzir

estereótipos, preconceitos e discriminações diante de suas considerações e análises.

É significativo que esses educandos consigam relacionar, de forma prazerosa, suas histórias de vida com um passado alicerçado em contribuições exitosas em que os sujeitos invisibilizados e discriminados na historiografia aportem e se façam presentes em seus contextos de vida das mais variadas formas possíveis.

O professor Fernando Seffner (2018), em seus escritos, nos mostra a relação entre combinar elementos do passado como forma de entrelaçarmos nosso presente para constituição ou ainda identificação daquilo que somos. Portanto, é imprescindível analisarmos como esses signos são emitidos ou como se apresentam aos estudantes como suporte do estabelecimento do elo de identificação com suas distintas realidades.

O momento presente é sempre tecido com fios de acontecimentos do passado e fios de projetos para o futuro. É desta combinação entre elementos do passado e desejos de futuro que cada um de nós costura o seu presente. Entretanto, oscilamos entre a necessidade de lembrar e a vontade de esquecer as histórias passadas. Lembrar nem sempre é tarefa agradável. Pode ser experiência dolorosa, constrangedora ou indagadora (Seffner, 2018, p. 21)

Ele nos explica que uma aprendizagem significativa em história inaugura-se com perguntas sobre o tempo presente. Assim, é necessário selecionar temas atuais e buscar na história elementos para sua compreensão. Trata-se portanto, de darmos oportunidades aos nossos alunos de pensar historicamente, de criarem seus conceitos e darmos a oportunidade de construir suas interpretações e encontros nos quais eles se sintam capazes de fazer suas leituras de mundo e entender as realidades presentes. O autor nos diz que “Pensar historicamente é dispor-se em abertura, é constituir uma subjetividade como abertura o que se realiza com um exercício de padecimento e amor diante de um passado sempre reconstruído” (Seffner, 2018, p. 13).

Com isso, compreendemos que a depender de como esse passado se apresenta aos nossos alunos, é que podemos dimensionar que faz toda uma diferença

o modo como esses educandos irão perceber essas experiências, seja de uma forma “dolorosa, constrangedora” ou ainda “indagadora”. Este último, nos chama atenção, pois priorizamos a formação de perfis investigativos e hesitantes em nossos alunos, com os quais eles sejam capazes de questionar o que está imposto e as intencionalidades presentes.

Seffner (2018) nos fala a respeito de como os fatos se apresentam para nós, pois deve-se à ação humana tanto a permanência quanto às modificações que os sujeitos podem provocar. Ele fala no despertar do aluno pela “percepção de que cada um pode se transformar num sujeito histórico.”

Afinal de contas, se foi a ação dos homens que construiu tudo o que está feito, o aluno deve compreender que é também a ação humana, a sua incluída, que pode modificar determinadas coisas ou fazer com que outras permaneçam como estão. E na história temos o registro dos esforços para mudança ou permanência, em situações determinadas. A percepção de que cada um pode se transformar num sujeito histórico é com certeza um aprendizado significativo da aula de História (Seffner, 2018, p. 39).

Isso remonta o papel desempenhado pelo professor na constituição do alunado ativo, crítico e participativo na construção de seu próprio conhecimento. Cruzando uma autonomia intelectual em que eles sejam capazes de desenvolver um raciocínio histórico na busca por outras fontes de pesquisa, outros referenciais, quer sejam fontes orais, bibliográficas, imagéticas etc, em que tais ações lhes oportunizem aprendizagens com sentidos para que possam reconstruir seus respectivos conceitos.

Seffner (2018) nos chama atenção para a priorização da formação do aluno interrogativo. Para tanto, ele considera uma aprendizagem verdadeiramente significativa como sendo aquela pautada em criar capacidades para que o aluno se torne um ser reflexivo acerca de si e do mundo que o rodeia.

Isto se aplica ao nosso contexto educacional, enquanto professores comprometidos na busca pela oportunização do desenvolvimento do intelecto autonomista em nossos alunos. Cabendo a nós professores, buscarmos o despertar pelo olhar de criticidade quanto a sua própria historicidade, para que haja conexões

com a realidade em que se vive. No entanto, muitas vezes algumas narrativas, conforme mencionamos, se apresentam de forma unitária e restrita a interpretações que maculam nossas histórias e obscurecem o protagonismo dos sujeitos sociais.

Seguindo as reflexões do professor Diogo José Alves Alexandre em “Vozes do Sul” (2022, p. 397), o ambiente escolar se apresenta como um campo de reflexão, que “ultrapassa a mera noção didática, disciplinar e curricular.” Sendo portanto, necessária a ampliação de narrativas e vozes imperceptíveis que historicamente têm se apresentado no campo escolar, significando assim, um silenciamento do Outro em sua representatividade. Ele nos diz que

As Vozes do Sul, contextualizadas na e a partir da contestação de paradigmas ditos fixos ou intrincáveis, abrem espaço de acolhimento para um pensamento mais holístico e mais humano, que abraça, por exemplo, questões de gênero, de raça, de representatividade, de identidade, de classes sociais, de políticas públicas e linguísticas etc. (Alexandre, 2022, p. 397).

Nos atentemos para a compreensão do termo “Vozes do Sul”, em que o autor nos oferece um posicionamento crítico em relação às significações do “Outro”. Pois quando o autor oferece destaque ao termo, entendemos que também estão incluídas as vozes e representações de sujeitos sociais que inúmeras vezes têm suas histórias padronizadas. Este “Outro” merece outras projeções, de maneira que consiga expressar suas individualidades conduzindo a significados distintos daqueles produzidos por estereótipos que os empobrecem e os reduzem. Pois,

As Vozes do Sul, articuladas às pesquisas e reflexões da LA (Linguística Aplicada), são importantes para o re-narrar as histórias pelo ponto de vista dos grupos sociais que fazem parte das minorias, e para descolonizar as noções do conhecer, do saber e do fazer. (Alexandre, 2022, p. 396)

Além disso, o professor Diogo José nos oferece contrapontos que cedem lugar a uma complexidade de saberes e potencialidades de pessoas ou grupos que precisam ser ouvidos, de maneira que consigam expressar suas subjetividades a partir de suas significações de mundos e realidades vividas.

Portanto, torna-se necessário um deslocamento de olhar para as diversidades existentes dentro do contexto da escola, pois a maioria, principalmente nas escolas acreanas, são dotadas de “pré-conceitos”, que por sua vez, desencadeiam ações discriminatórias, imbricados pela ausência de representatividade constituídas por abordagens essencializantes que não acolhem diferenças e desencadeiam desconsiderações e desconhecimentos.

Seguindo o mesmo raciocínio, o professor Antônio Carlos Silva Júnior em “Sulear” (2022), discute o referido termo e nos apresenta alguns contrapontos, em que diz: “um posicionamento crítico às representações geradas pelo caráter ideológico do termo nortear, fruto de um pensamento eurocêntrico dominante, a partir do qual o Norte passou a ser representado como referência universal”.

Torna-se possível relacionarmos a temática discutida ao contexto da escola, pois as representações ideológicas de norte e sul se faz presente no cotidiano educacional, já que se referencia a cultura eurocêntrica dominante como universal e a mais adequada em detrimento da cultura “inferior” do Sul.

Mas o presente ensaio nos oferece uma reflexão e contrastes que propiciam a visibilidade do termo “sulear”. O autor apresenta outras direções, amplia abordagens para nos ajudar a desconstruir padrões de domínios que não estão sintonizados com as perspectivas de sujeitos sociais que aparecem relegados ao segundo plano nessas relações de poder.

O presente ensaio nos faz perceber expressões que utilizamos até hoje. Portanto, são expressões do cotidiano que refletem a uma lógica de dominação que “ultrapassa as questões espaciais” como por exemplo: “você precisa tomar um norte em sua vida./ Estou desnortado./ Já definimos as questões norteadoras da pesquisa.” Isso evidencia uma direção universal em que a dimensão do Outro, do Sul e suas leituras de mundo, tornara-se algo inferiorizado e equivocadamente insignificante.

Nesse sentido, o professor Diogo José Alves Alexandre, quando escreve “Vozes do sul” nos oferece apontamentos com possibilidades de se incluir os estudantes lateralmente, onde o ponto de partida seja o “sul”. Em que o referencial

seja a nossa própria realidade. E a partir dessa amplitude de possibilidades de construções de conhecimentos e contestações ocorrem transformações de realidades, diante das quais possamos nos reconhecer como sujeitos ativos, participantes e incluídos. Isto implica o “sulear” como forma de compreensão de uma nova forma de pensar o processo educacional, as problematizações na sala de aula, as contestações de paradigmas e culturais dominantes das quais tornam sujeitos, narrativas e vozes excluídas e suas representações.

Assim, o autor nos fala que

Nesse sentido, Freire considera o “Sul” como referencial principal de orientação no ato de educar e inclui os estudantes nessa posição de forma horizontal, pois partindo dele, do Sul, e voltando-se para a realidade daqueles que dele fazem parte, para o Sul, pode-se promover a transformação, o reconhecimento do próprio mundo, o autoconhecimento, assim é possível promover a leitura desse mundo pelos próprios participantes e “suleá-los” (Júnior, 2022, p. 344).

O propósito de trazermos os conceitos de “sulear” e “vozes do sul” vão além de abordagens geográficas. Pois nos vale como referenciais para evidenciar realidades que infelizmente, estão presentes no meio escolar como formas de exclusão em que aspectos culturais do “norte” sobrepõem-se ao “sul” evidenciando formas de domínios e imposições.

Podemos compreender que o termo SULEar constitui um verbo que aciona um giro em direção a um SUL que não é apenas geográfico, geopolítico e ideológico, mas também epistêmico. Um giro que nos posiciona de frente para nosso horizonte, nossa realidade e, também, amplia nosso olhar voltando-nos para aqueles que são colocados em uma posição de desprestígio nas variadas e injustas hierarquias sociais, culturais, políticas e econômicas. (Júnior, 2022, p. 348)

São simbologias marcadas pela exclusão e desvalorização de culturas múltiplas que se encontram desprestigiadas, a exemplo dos modos e experiências vividas de nossos antepassados “ex-seringueiros e seringueiras” de nosso estado e o modo como isso se apresenta no meio escolar.

CAPÍTULO III – Ensino de História e o Currículo Único de Referência do Acre (CRUA)

Neste terceiro capítulo procuro desenvolver uma abordagem entre o Currículo Único de Referência do Acre (CRUA), com o Ensino de História na Educação Básica nos anos Finais do Ensino Fundamental. Para isso, dialogo com autores que debatem sobre o currículo de história do Acre, o uso da história oral para o ensino de história, além da apresentação do material paradidático, onde utilizaremos o book creator como ferramenta online que podem ser usadas por professores e alunos para o enriquecimento de suas pesquisas.

Para tanto, busco analisar como o Currículo de Referência Único do Acre, destinado ao Ensino Fundamental dos Anos Finais aborda a temática da história local em seus objetivos e habilidades. Analisamos também, as invisibilidades, as ausências e o enfoque que o mesmo disponibiliza sobre as experiências dos sujeitos sociais aqui tratados.

Mostraremos ainda as abordagens de autores que tratam sobre a temática do currículo alinhada à história local, os desafios do trabalho com a oralidade na sala de aula e ainda como o livro didático se apresenta nesse contexto.

Iniciaremos fazendo uma análise sobre o quadro organizador do 9º ano, pois é onde encontramos conteúdos que tratam de temática Acre. Na p. 1837 do Currículo de Referência Único do Acre disponibilizado pela Secretaria de Educação, encontramos em um dos seus objetivos a seguinte redação: “Conhecer aspectos da História Acreana, desde a Questão do Acre, no final do século XIX, até a época atual”.

Compreendemos, porém, que para atingir esse objetivo, foi necessário o estabelecimento da seleção de alguns fatores ditos como “relevantes”, para que estas abordagens fossem efetivadas. No entanto, percebemos uma priorização pelos fatores econômicos e políticos para a conclusão desses propósitos. Vejamos:

Identificação de contextos históricos mais relevantes para o entendimento da História política e econômica do Acre, tais como o Tratado de Petrópolis, o Segundo Ciclo da Borracha, a elevação à categoria de estado e a disputa territorial com o Amazonas (Currículo Único de Referência do Acre, CRUA para o Ensino Fundamental. P. 1837).

Embora, seja importante entendermos que parte de nossa história esteja ligada diretamente às questões econômicas e políticas, não foi possível identificarmos uma abordagem que contemple as relações sociais, em que se priorize produções de conhecimentos através da valorização de experiências vividas. No entanto, nitidamente o enfoque se resume na abordagem tradicionalmente política e econômica focada na memorização do aluno em detrimento do desenvolvimento de uma consciência crítica e reflexiva.

Identificamos ausências quando deixam de priorizar a escuta das vozes dos sujeitos em suas experiências culturais. Pois nosso alunado perde a oportunidade de ser instigado a fazer reflexões e a estabelecer associações com esse passado histórico. No entanto, se enfatiza o caráter político e cronológico como parte dos objetivos propostos. Podemos citar como exemplo, “Conhecer aspectos da História do Acre, desde a Questão do Acre, no final do século XIX, até a época atual”, (Acre, 2023, p. 1837). Nitidamente há uma preferência por características tradicionais e conservadoras, refletidas em textos escritos, focados na memorização do aluno em seu quadro organizador.

Entendemos que além do caráter político, existem características que objetivam a preferência pela linearidade, por uma história objetiva e evolutiva, próprias desse determinismo limitado e acabado.

Para tratarmos sobre o ensino de história no Acre e a relação com o currículo, trazemos ao debate os escritos da professora da Universidade Federal do Acre (UFAC) Flávia Rodrigues Lima da Rocha em, “Revisitando o currículo de história do Acre na educação básica através da história oral” (2016; 2017).

Em seu artigo, afirma que os currículos privilegiam os textos escritos como documento oficial, pois se constituem como detentores da verdade absoluta sobre as diversas histórias a serem estudadas, e que desta forma, excluem-se diversos saberes, memórias e relatos de experiências vividas.

É possível identificarmos no quadro organizador do Ensino Fundamental do 9º ano, propostas de conteúdos que apreciam a unicidade da história, posturas lineares caracteristicamente tradicionais, em que se diz: “Posicionamento crítico em relação

aos interesses políticos e econômicos internacionais concernentes à região amazônica e ao Acre em particular” (Acre, p. 1837). Conteúdos como estes, deixam de lado o caráter problematizador, pois não estão incluídas as experiências vividas como descreve a professora Flávia Rocha.

Como reforço dessa perspectiva, insere-se o livro didático como prepulsor de hierarquizações e invisibilidades, nos dizendo a autora que a ferramenta em questão, “é construído a partir das histórias elitistas dos vencedores, que pouco ou nada insere a perspectiva do aluno como sujeito histórico do conhecimento”.

As invisibilidades presentes no livro didático podem ser confrontadas na utilização da história oral, que por sua vez, é constituída como forma de investigação de saberes, memórias, relatos de experiências vividas e de muito valor para a formação dos espaços em que vivemos.

A professora Flávia (2016; 2017, p. 2) destaca que o livro didático é constituído em bases/histórias elitistas de vencedores, e desta forma se distancia do protagonismo do aluno como sujeito histórico, sugerindo um afastamento com as realidades vividas. Contudo, a utilização da oralidade no contexto escolar conduz a uma pedagogia revolucionária segundo a autora, pois “se conduz o trabalho muito mais pelas perguntas do que pelas respostas”. Sendo assim, a história oral encontra reflexos nas histórias das pessoas comuns, da nossa ancestralidade cultural, dos invisibilizados, dos ausentes de parte da historiografia ora analisada. Com isso, a autora nos fala das contribuições que a história oral pode proporcionar ao ensino de história

Entretanto, como nos afirma Prins (1992) a história oral nos dá a oportunidade de conhecer outras versões de histórias oficiais, consideradas como verdadeiras, passando-se a levar em consideração então a “história vista de baixo”, que dá voz a personagens históricos dantes silenciados por correntes historiográficas tradicionais e preocupadas com temáticas não pertinentes à história oral. Além disso, como nos afirma Schmidt (2004), a história oral em sala de aula pode contribuir para a percepção de que o educando seria partícipe da História, tomando a consciência de que a história é parte integrante de sua vida, pois ele mesmo e os que o cercam são construtores da mesma. (Rocha, 2016; 2017, p. 3)

Alinhado à perspectiva da professora Flávia Rocha (2016; 2017), identificamos

no artigo da professora Selva Guimarães Fonseca intitulado, “História local e fontes orais: uma reflexão sobre saberes e práticas de ensino de História”, considerações importantes acerca da história local e as relações do local com as questões globais. Onde nos traz um questionamento relevante a respeito de enfatizar as questões locais por meio das fontes orais. Ela nos fala que as práticas educativas sofreram processos de modificações ao longo do século XX, se referindo às séries iniciais do ensino fundamental que assumiam práticas de difusão de uma política controladora no país durante o período ditatorial brasileiro.

Existem dificuldades em relacionar a história local à história global, pois é desafiador desenvolver o protagonismo no estudante e levá-los a acreditar em suas potencialidades dentro do contexto em que se vive. Para tanto, o professor deve assumir posturas com o desenvolvimento de ações que se alinhem as suas próprias vivências como uma das maneiras de se trabalhar uma aprendizagem com perspectivas significativas.

Fonseca (2006, p. 126) traz importantes questionamentos refletidos nas dificuldades de abordagens do ensino de história local nos anos iniciais, por exemplo: “o que é ser mineiro, gaúcho ou nordestino no nosso País uno, diverso e plural? “Como focalizar as questões locais por meio das fontes orais?”

Ela nos explica a importância de refletirmos sobre as experiências dos diferentes sujeitos que estão presentes no cotidiano, explicitado no processo de construção e reconstrução de identidades, de manter vivo os nossos hábitos, os ensinamentos e as diversas formas de escuta. Diante disso, “podemos refletir sobre as experiências vividas no passado e no presente, no local, na região, no País; Podemos organizá-las, registrá-las, reconstruí-las, de forma que elas não se percam e passem a fazer parte da nossa cultura, das nossas tradições”. (Fonseca 2006, p. 126)

Sobre isto, destacamos as diferentes possibilidades de trabalho com história oral focalizados no entendimento de que o tempo e o espaço se relacionam de maneira viva, ativa e interligados.

Reiteramos nosso posicionamento diante da importância do ensino de história

como possibilidade de formadora de uma consciência histórica em que sujeitos possam produzir reflexões e se tornem capazes de pensar sobre sua diversidade cultural que se faz presente na história local.

Diante disso, Selva Guimarães enfatiza o local e o cotidiano da criança e do jovem como constituidores das problematizações e das temáticas a serem abordadas no cotidiano da sala de aula, a partir de uma abordagem ativa e crítica. Salienta ainda, a importância do papel do professor como constituinte direcionador neste contexto, nos dizendo que: “Nós, professores, temos o papel de, juntos com os alunos, auscultarmos o pulsar da comunidade, registrá-lo, produzir reflexões e transmiti-lo a outros. (Fonseca, 2006, p. 132).

Nas palavras de Selva Guimarães encontramos considerações acerca das propostas que privilegiam os estudos do local e do cotidiano, no processo de ensinar e aprender a pensar historicamente, rompendo com fragmentações acerca dos espaços, tempos e sujeitos. Para isso, destaca o papel central do professor em desenvolver a seleção de distintas fontes, escolha das linguagens, estratégias e metodologias a serem desenvolvidas na sala de aula sempre de uma maneira crítica, que instiguem os alunos a reflexões acerca das realidades vividas.

Fonseca (2006) destaca em seu texto as ideias defendidas por autores que destacam as possibilidades do trabalho com as fontes orais no trabalho pedagógico. Enfatizamos ainda a complexidade de mecanismos a serem desenvolvidos diante do trabalho com a oralidade, como por exemplo, o desenvolvimento do perfil investigativo do aluno, para a compreensão de si mesmo e do mundo que os cerca.

A autora faz algumas considerações do trabalho com a oralidade

Os alunos são motivados a levantar os testemunhos vivos, as evidências orais da história do lugar, buscando explicações: por que esta situação é assim? Por que isto mudou e aquilo permaneceu? As interrogações sobre o local em que vivem podem levar à busca de sentido, à compreensão do próximo e do distante, no espaço e no tempo. A História tem o papel de auxiliar o aluno na busca de sentidos para as construções e reconstruções históricas. Espaço e tempo não são duas categorias abstratas, mas preenchidas de historicidade. (Fonseca, 2006, p. 137).

Diante destes questionamentos podemos perceber a complexidade do

trabalho com a história local refletidas na oralidade. Compreendemos que através da oralidade é possível vislumbrarmos entendimentos sobre questões que perpassam as experiências de maior parte da população acreana que aqui vive/viveu, em que seja possível o desenvolvimento de propostas de ensino que enfatizem a busca por questões que valorizem o nosso passado histórico, e desta forma possamos dar ressignificados a esse presente.

Quando buscamos analisar o Currículo Único de Referência do Acre para identificarmos como a “história do Acre” é abordada, nos deparamos com silenciamentos da história local, dos homens, mulheres e crianças e suas experiências individuais. Percebemos a oportunidade de vislumbrarmos o aprofundamento das trajetórias desse passado, que encontra-se reduzido a questões econômicas e políticas.

No entanto, em seu texto introdutório do Currículo de Referência Único do Acre (CRUA) encontramos no subtítulo 1.2.2, p. 20, como um dos propósitos do ensino fundamental, uma redação que afirma a prioridade dos alunos a desenvolverem o sentido de pertencimento social e cívico-político.

É notável o enfoque dispensado aos valores de uma história política em detrimento de uma história pautada no social. Apreciamos características de uma história que não se reduza somente aos ciclos econômicos e políticos que marcadamente assumiram protagonismos ao longo do tempo. E isso é discutido ao longo de praticamente toda a redação do Currículo Único de Referência do Acre, pois não identificamos no texto menção à valorização das individualidades, das subjetividades, modos de vida, processos de resistências e interpretações diversas para que nossos alunos possam pensar criticamente, fazer indagações, construir significados, e sentirem-se sujeitos pertencentes a essa história.

Apesar de, identificarmos o trabalho com a oralidade no Currículo de Referência Único do Acre em uma de suas propostas de atividades do 9º ano, na página 1.837, timidamente está reduzido ao trabalho de entrevistar pessoas mais velhas sobre as transformações das questões políticas e econômicas da história recente do Acre. O que denota o enfoque por questões que não valorizam questões individuais, o que por sua vez, reforçam o papel da construção de estereótipos,

discriminações e apagamentos de memórias e culturas de sujeitos sociais.

Tabela 1- objetivos, conteúdos e propostas de atividades no quadro organizador, a partir do trabalho com a oralidade.

Objetivos	Conteúdos/objeto de conhecimento	Propostas de atividades
Conhecer aspectos da História do Acre, desde a Questão do Acre, no final do século XIX até a época atual.	<p>Posicionamento crítico em relação aos interesses políticos e econômicos internacionais concernentes à região amazônica e ao Acre em particular;</p> <p>Interesses internacionais na Amazônia e no Acre.</p>	Entrevistas com pessoas mais velhas sobre a percepção das transformações políticas e econômicas na História recente do Acre, por parte da população acreana.

Disponível no site eletrônico: <https://pt.scribd.com/document/816031965/Curriculo-de-Referencia-Unico-Do-Acre-Ensino-Fundamental>. P. 1837-1838

Evidenciamos a tabela acima com o propósito de melhor localizar e visualizar a informação no documento. Sendo assim, podemos identificar que no referido texto reúnem-se esforços na tentativa de demonstrar que há uma preocupação com a valorização de experiências sociais, através da escuta dos idosos por exemplo, onde é sugerido o significativo trabalho com a oralidade. No entanto, a redação traz um enfoque econômico e político em sua essência, o que acaba por distanciar-se do caráter cultural, da oportunidade de contemplação das diferentes visões de mundo de sujeitos comuns que contribuíram para a transformação da sociedade em que vivemos, além das distintas histórias e percepções de tempos vividos.

Problematizo com as lacunas de um currículo em que as representatividades, em suas resistências e reinvenções, além das subjetividades e a multiplicidade de sentidos na Amazônia acreana parecem estar silenciadas, onde grupos sociais em suas especificidades não encontram-se priorizados.

A professora Flávia Rocha (2016; 2017) faz colocações importantes acerca do currículo escolar, nos dizendo que o mesmo é utilizado como ferramenta de diversos interesses. Dentre eles, os de ordem política, econômica e cultural. Entendemos com isso, que os currículos escolares são influenciados por interesses de uma classe elitizada, constitutivos de uma disputa por poder. Esses interesses, e concepções ideológicas dominantes como enumera a professora Flávia Rocha (2016; 2017), interferem na reconstrução da memória social, onde a cultura que prevalece é aquela convencional que reverencia as “notáveis” figuras dos heróis, dos grandes políticos, que marcam nossos livros didáticos de história e os currículos oficiais.

De acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) os currículos escolares são formados por uma parte comum e uma parte diversificada, pois esta última está associada com o intuito de atender às demandas das manifestações culturais, regionais e econômicas locais a ser definida em cada sistema de ensino.

Apesar de estarem determinados o atendimento de uma parte diversificada com especificidades do estado do Acre a serem trabalhadas no Currículo Único de Referência do Acre (CRUA), não está demonstrado o interesse pelos reconhecimentos das individualidades das populações acreanas. E sim, encontramos forte apego ao seu caráter essencialmente elitista que podem levar a compreensões limitadoras e desiguais de conhecimentos e horizontes, negligenciando as experiências de grupos sociais diversos, como os “ex-seringueiros” e as populações originárias por exemplo.

As professoras Tânia Mara Rezende Machado e Joelma Ferreira Franzini no artigo, “As inter-relações entre a BNCC e o CRUA e suas implicações na disciplina de ensino religioso no Acre: a negligência do componente humano”, discorrem sobre a desvinculação da disciplina de Ensino Religioso e a cultura religiosa do estado do Acre, pois os referidos documentos apresentam dificuldades e algumas lacunas no atendimento às questões religiosas e culturais do estado. As autoras nos falam que as dez competências gerais que devem acompanhar o desenvolvimento global dos educandos desde a Educação Infantil até o Ensino Médio, está direcionada ao desenvolvimento de políticas educacionais que visam desenvolver as habilidades e competências necessárias a formação dos mais jovens para atender às demandas do mercado de trabalho capitalista.

Isso demonstra as intencionalidades governamentais em não atender às demandas de um currículo que contemple as subjetividades humanas, as valorizações e identidades culturais locais. No caso da competência de nº 3 da BNCC do chamado (Repertório cultural), se discute uma proposta de ampliação de horizontes culturais diversos e conhecimentos que visam o reconhecimento de valorizações e saberes mútuos. Não percebemos explicitamente representação de nosso passado histórico no referido documento, pois quando se excluem sujeitos em suas histórias e experiências são oferecidos suportes a estigmas e discriminações nos mais diversos sentidos e contextos.

Podemos observar que as capacidades a serem desenvolvidas no tocante à valorização das especificidades locais não estão efetivamente contempladas no Currículo Único de Referência do Acre (CRUA), por não proporcionarem oportunidades de abordagens dos mais importantes personagens que formam parte significativa de nossa cultura acreana, os chamados “ex-seringueiros”, por exemplo.

No entanto, nos mostram Franzini; Machado (2023) que o desenvolvimento das competências observadas no documento estão empenhadas na preparação do jovem ao trabalho e em moldar comportamentos. É relevante a preparação da juventude ao mercado de trabalho e uma estabilidade financeira. Porém, as autoras nos explicam que a formação escolar carrega o compromisso na formação do aluno crítico, emancipador, atuante na sociedade, a busca pela igualdade e equidade, sem deixar de considerar as questões culturais, políticas e ideológicas.

As autoras nos revelam que não estão explicitadas no CRUA as especificidades no tocante às culturas religiosas de nossos povos, como por exemplo, os ribeirinhos, os povos originários, os “ex-seringueiros”. Nos dizem que o CRUA não faz menção alguma sobre os encantamentos, os santos da floresta, catimbós e lendas, portanto é possível destacarmos que encontram-se invisibilizadas as expressões religiosas e as subjetividades como um todo. Onde nitidamente abre-se espaço aos privilégios de abordagens que enfatizam a economia e a política limitadora que lhes são inerentes, em detrimento da valorização das potencialidades do alunado em construir significados e interpretações acerca das realidades vividas, por sua vez, ocorre uma desvinculação entre o CRUA e as organizações das especificidades locais.

Apesar do CRUA haver assimilado sem questionamentos as competências e conceitos tais como “cultura”, “tradições”, “manifestações religiosas” e “crenças” apresentadas pela BNCC para a disciplina de ER, ele não faz nenhum tipo de vínculo desses mesmos conceitos à religiosidade local e/ou regional. Assim, tais concepções caem no vazio, dado não manifestarem a subjetividade do ser acreano/Amazônida. (Rezende; Franzini 2023, p. 9)

Significativos apontamentos encontramos no item 10.1, p. 1738 CRUA do Ensino Fundamental, Anos Finais disponibilizado pela Secretaria de Educação do Acre. Considerações estas que aparecem no item: “Reflexões sobre a história”, em que está escrito que houve uma libertação dos paradigmas tradicionais, pois estavam focados na memorização de informações isoladas, geralmente de caráter político, havendo um descompasso com a produção historiográfica acadêmica, além de pouco contribuir para a formação do aluno como pessoa e cidadã. Também é narrado no CRUA que as abordagens encontram-se diferenciadas e renovadas para o ensino de história, mas para que isso se efetive é necessário a adoção de uma postura do educador como estimulador da autonomia dos alunos. Vejamos:

Por isso, em vez de iniciar por estudos do passado, seguindo uma ordem linear e cronologicamente em direção ao presente, a proposta é partir de estudos que problematizam questões do presente e do local onde se vive, para estabelecer relações com outros acontecimentos, tempos e lugares, retornando ao presente e ao local para evidenciar suas temporalidades, suas dimensões espaciais próprias, suas dimensões históricas e geográficas. (CRUA. Ensino Fundamental, Anos Finais, Reflexões sobre a História. P.1739)

Percebe-se os esforços no currículo para um ensino distanciado do tradicionalismo, da memorização e do isolamento dos fatos e acontecimentos.

No entanto, podemos observar que no CRUA do Ensino Fundamental, Anos Finais há um descompasso entre as reflexões apresentadas para a história e o seu texto organizador curricular. Pois apresenta uma proposta que consideramos estar pautada na linearidade. Como podemos visualizar logo abaixo, no texto organizador curricular do 9º ano está escrito a seguinte redação como um dos objetivos para a exploração da história do Acre: “Conhecer aspectos da História do Acre, desde a Questão do Acre, no final do século XIX até a época atual”. Além de um dos objetos do conhecimento destacar: “Ciclos da república: Acre do século XIX aos dias

atuais”.(CRUA. Ensino Fundamental, Anos Finais, p. 1838)

Tabela 2 – Quadro Organizador Curricular – 9º ano (linearidades presentes)

Objetivos	Conteúdos/objeto de conhecimento	Propostas de atividades
<p>Conhecer aspectos da História do Acre, desde a Questão do Acre, no final do século XIX até a época atual.</p>	<p>Caracterização e compreensão dos ciclos da história republicana, identificando particularidades da história local e regional até a época atual.;</p> <p>Ciclos da república: Acre do século XIX aos dias atuais.</p>	<p>Registro, no caderno ou outro suporte, das principais ideias estudadas em sala de aula.</p> <p>Atividade de pesquisa e elaboração de linha do tempo, marcando e descrevendo os principais acontecimentos da História do Acre, relacionado com aspectos da República brasileira do período: instalações urbanas da primeira metade do século XX (estação ferroviária, escola, prefeitura, farmácia etc.), nomes de ruas e praças que rememoram personagens ou fatos republicanos.</p>

Disponível no site eletrônico: <https://pt.scribd.com/document/816031965/Curriculo-de-Referencia-Unico-Do-Acre-Ensino-Fundamental>. P. 1837

Objetivos estes, que buscam apresentar características tradicionais que obedecem uma sequência temporal, previsível e cronológica em direção ao tempo presente sem estabelecer relações com outros acontecimentos. E portanto, um desprendimento da percepção das mudanças e permanências, pois em uma das propostas de atividades aparece explicitamente a sugestão de uma “linha do tempo”, característica esta de uma linearidade da história, em apenas registrar os acontecimentos sem problematizá-los e entendê-los. Conseqüentemente, ignorando críticas e potencialidades que poderiam ser trabalhadas nas salas de aula. Com isso,

nossos estudantes perdem a oportunidade de estabelecer associações às semelhanças e diferenças de nosso passado histórico.

Há uma nítida contradição entre a reflexão da história no item 10.1, p. 1738 proposta esta, em que se oferece uma renovação para o ensino de história, com o seu texto organizador curricular, p. 1837. Em que se apontam objetos do conhecimento, que prezam por características predominantes de um ensino de história marcado pelo sequenciamento contínuo dos acontecimentos, sem rupturas ou distinções, próprias do modelo progressista e hegemônico. No qual, há uma obediência a uma padronização/ordenamento tradicionalmente afastada de uma análise mais profunda e densa desse nosso passado histórico, característica marcada pela exclusão e apagamentos de protagonismos.

3.1 – Proposição didática: cartilha e-book/livro digital

Para a constituição do material didático busco desenvolver problematizações acerca das imagens retiradas do acervo do artista suíço Jean Pierre Chabloz. Por entendermos que é necessário a busca pela reflexão do alunado, ao questionamento sobre as intencionalidades na produção de imagens, escritos, entrevistas e as diversas fontes que se apresentam em algumas produções historiográficas.

Para a proposição do produto didático torna-se necessário trazermos alguns questionamentos acerca da valorização da escuta e de darmos oportunidades de escuta para aqueles que não forem ouvidos. É uma maneira de convocarmos parte desse passado através da fala daqueles que vivenciaram ou ouviram de seus pais como aconteceu a trajetória para a Amazônia, como foram suas experiências nos seringais e como resistiram as mais diversas adversidades da época, além do processo de reinvenção de um novo modo de vida. Entendemos que muitas vezes as representações desses sujeitos e histórias se encontram entrelaçadas de uma maneira tão esvaziada e desvalorizada, que acabam por constituir estereótipos e discriminações nos mais diversos espaços como os já citados.

Para tanto, apresentaremos uma entrevista com o professor/historiador italiano Alessandro Portelli acerca da oralidade, por este explicitar considerações importantes sobre os trabalhos com a história oral. Nos fala que no Brasil os trabalhos com a história oral são bastante expressivos, pois chega a dizer que não se pode pensar em história oral sem pensar na presença brasileira. O mesmo nos apresenta esclarecimentos acerca das entrevistas e do poder de conhecimento dos entrevistados. “Eu acredito que a coisa principal que nós temos de ter noção é esta: que se nós fazemos uma entrevista é porque o entrevistado sabe de coisas que nós não sabemos”²⁰. Isso nos faz entender que a cada diálogo com o entrevistado fazemos inúmeras descobertas, pois o titular do conhecimento é o entrevistado e nós ficamos na expectativa do que eles têm a nos revelar.

Portanto, para a composição do livro digital buscamos entrevistas com “ex-seringueiros” contando suas trajetórias, suas experiências e de como encontraram saídas para vencer as dificuldades encontradas diante do novo contexto. É um documentário que tem como peculiaridade, a narração pelos próprios personagens que vivenciaram a história tratada, a chamada “batalha da borracha”, então produzido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)²¹.

Histórias como estas, estão caracterizadas como histórias do cotidiano. E para tratar dessa temática nos referenciamos com a historiadora Circe Bittencourt, por esta nos dizer que essa “história cotidiana”²² possui estreitos laços com a nossa história cultural e nossos modos de vida. Além de nos ensinar que é preciso fazermos uma análise crítica para que possamos estabelecer uma conexão com o nosso passado. Ela nos ensina que é preciso um despertar pela consciência coletiva, de modo que haja uma articulação entre a história cotidiana e a história coletiva. E uma das

²⁰ Entrevista com Alessandro Portelli, realizada por Telma Bessa, Marilda Menezes e Frederico Castro Neves. publicada na Revista eletrônica de História. Disponível no endereço eletrônico: Revista Historiar -Universidade Estadual Vale do Acaraú – v.4. n. 4 (jan./jun. 2011). Sobral-CE: UVA, 2010. ISSN 2176-3267 [www.uvanet.br/revistahistoriar]

²¹ Documentário disponibilizado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) onde são entrevistados vários “ex-seringueiros” contando suas experiências quando partiram do Nordeste com destino à Amazônia, além dos trabalhos desenvolvidos no interior da floresta.

²² Circe Bittencourt nos fala sobre como a história do cotidiano pode se apresentar como objeto de estudo nos currículos escolares. Para saber mais, leia: BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Ensino de história: fundamentos e métodos. 2ª ed. São Paulo, 2008.

maneiras disso acontecer é permitir que os sujeitos sociais falem e sejam ouvidos para que tenham a oportunidade de expressar suas interpretações acerca de seu/nosso passado histórico.

Bittencourt nos aponta em seus escritos que o cotidiano como objeto de estudo se torna relevante pelas possibilidades oferecidas de visualização das transformações realizadas por homens comuns, no caso em questão, os personagens aqui tratados. Por conseguirem resistir e transformar o trabalho árduo nos seringais acreanos em saídas e sobrevivências, pois os entrevistados narram que conseguiram sobreviver e vencer os infortúnios e incertezas que o meio lhes proporcionara.

Na imagem 7: autoridades presentes na partida dos soldados



Fonte: Arquivo Jean Pierre Chabloz do Museu de Arte da Universidade Federal do Ceará (MAUC), p. 20

Nesta imagem, o artista suíço pretende demonstrar através de registros fotográficos suas interpretações sobre o processo de migração dos trabalhadores até os seringais amazônicos, através das cerimônias realizadas antes do embarque e a presença de autoridades.

Nossa pretensão com a apresentação deste acervo é demonstrar aos alunos e professores parte da trajetória nordestina até os seringais amazônicos como uma maneira de darmos visibilidades às histórias de nossos sujeitos sociais e suas experiências.

Imagem 8: partida do primeiro comboio de trabalhadores



Fonte: Arquivo Jean Pierre Chabloz do Museu de Arte da Universidade Federal do Ceará (MAUC), p. 20

Nos permitimos desenvolver um questionamento a partir da referida imagem. Como forma de instigarmos nossos alunos a fazerem interpretações e indagações acerca dos acontecimentos. Como por exemplo: Como você analisa esta imagem nesse contexto? Torna-se uma maneira de desenvolvermos o senso crítico, o perfil questionador e investigativo em nosso alunado. A pesquisadora Lúcia Arrais Morales, Mauc, 2022, na apresentação deste acervo, nos diz que a imagem acima, demonstra estratégias de envolvimento e chamamento da população, além de apontar que o governo pretendia demonstrar que estava preocupado e atento a todas as etapas de envio dos trabalhadores para a Amazônia. E assim, nossos estudantes poderão fazer suas análises, leituras e colocações devidas.

Imagem 9: autoridades reunidas no momento do embarque

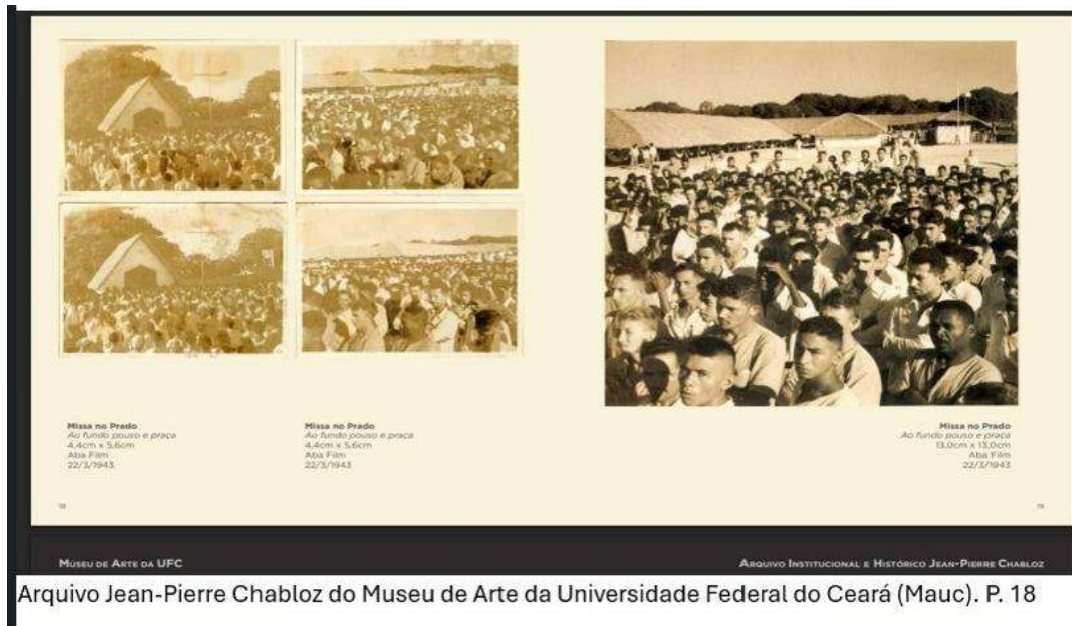


Nesta imagem, estão reunidas algumas autoridades, como o presidente da República Getúlio Vargas, o ministro e o chefe geral do SEMTA. Com isso, é possível buscarmos variadas formas de interpretações quando trazemos ao debate análises e discussões acerca das intencionalidades que se apresentam. Como por exemplo: Qual as intencionalidades quando se reúnem autoridades durante esse contexto?

É perceptível as estratégias desenvolvidas pelo governo com pretensões de demonstrar sua preocupação, zelo e uma atenção especial dispensada a esses sujeitos. No entanto, a pesquisadora Lúcia Arrais, 2022 nos diz que o governo do Estado Novo tinha alguns objetivos precípuos. Como cumprir cláusulas de acordos, introduzir força de trabalho nos seringais e dar continuidade à política de colonização interna.

Temos a perspectiva de que os embarques eram assistidos pela população como forma de encorajamento aos demais, pois os governos objetivavam deslocar força de trabalho para os seringais amazônicos.

Imagem 10: missa no Prado. Em 22/03/1943



Significante trazermos a análise de uma missa realizada antes do embarque dos trabalhadores para a Amazônia. Sendo necessário discutirmos as religiosidades presentes quando queremos que nossos alunos percebam a presença do Estado atrelado à religiosidade. É necessário considerarmos que o governo recorre à religiosidade como medida coercitiva, disciplinadora e legitimadora da ordem social. Para fazermos essas colocações nos baseamos no artigo do pesquisador José Carlos Pereira que tem como embasamento pesquisas atreladas aos estudos sobre religiões como veículo de poder e força política²³.

Objetivando o desenvolvimento do senso crítico e questionador por parte de alunos e professores, trazemos um questionamento para refletirmos acerca do poder político entrelaçado com a religião. Como por exemplo: por que a prática religiosa era importante naquele contexto?

²³ Conheça mais o que o pesquisador José Carlos Pereira fala sobre o poder simbólico da religião, e como a religião é tratada como veículo de força e poder político. Disponível através do endereço eletrônico: PEREIRA, J. C. RELIGIÃO E PODER: Os símbolos do poder sagrado. **CSOnline - REVISTA ELETRÔNICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS**, [S. l.], n. 3, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/csonline/article/view/17055>. Acesso em: 27 jul. 2025.

Imagem 11: partida assistida pela população



Analisamos na imagem do embarque dos trabalhadores para a Amazônia que havia uma pretensão do governo em reunir o máximo de pessoas possíveis para assistir ao evento. Com isso, era necessário o desenvolvimento dos sentimentos de coragem nos demais para ingressarem nas mesmas ações, pois o objetivo principal naquele momento era o deslocamento de pessoas para os trabalhos nos seringais.

Mas, o que pretendemos com a inserção dessas imagens neste trabalho?

Além de proporcionar o contato das pessoas com algumas passagens da história desses acontecimentos, é principalmente o desenvolvimento do perfil crítico e reflexivo em nossos alunos. De modo que eles venham a fazer questionamentos acerca das referidas imagens e a pretensão dos envolvidos no desenvolvimento das mesmas.

Imagem 12: presidente da República, chefe geral do SEMTA, modelo das braçadeiras e logomarca do SEMTA.



Fonte: Arquivo Jean-Pierre Chabroz do Museu de Arte da Universidade Federal do Ceará (Mauc). P. 126

Nossa pretensão quando buscamos apresentar a referida imagem, é a possibilidade do desenvolvimento crítico no momento da análise de documentos, fotos e diversas fontes analisadas pelos nossos alunos.

Podemos citar de exemplo as hierarquias presentes. No início, se encontra o presidente da República, ao seu lado está o ministro de Estado João Alberto e logo abaixo o chefe geral do SEMTA. Torna-se necessário esse olhar diferenciado, de forma que consigam fazer interpretações com criticidade quando se tem a possibilidade de analisar diferentes fontes selecionadas e as narrativas que possam vir a se apresentar como objeto de estudo.

Veyne nos diz que a história é uma narrativa de eventos: todo o resto resulta disso. (Veyne, 2008, p. 3). Paul Veyne nos explica que a narrativa não faz reviver os acontecimentos tal qual aconteceram. Os sujeitos a interpretam de maneiras e olhares distintos, a depender das intencionalidades e interesses presentes.

Imagem 13: vai também para a Amazônia; vida nova na Amazônia



Fonte: Arquivo Jean-Pierre Chablos do Museu de Arte da Universidade Federal do Ceará (Mauc). P. 174

A partir da imagem 13, é possível visualisarmos um homem observando a ida de trabalhadores para a Amazônia. Possivelmente, movido pelo sentimento da dúvida se também segue o rumo de “uma vida nova na Amazônia protegido pelo SEMTA” junto aos seus conterrâneos ou continua “desprotegido” imerso aos dissabores do Nordeste.

Podemos compreender que o argumento central da imagem é estabelecer contrapontos entre as incertezas carregadas por dificuldades e misérias, com a alternativa oferecida pela segurança e solução de uma vida nova de fartura e esperança na Amazônia, pensadamente postas lado a lado.

Portanto, o despertar de uma consciência histórica, a forma de entendimento, as interpretações acerca das histórias dos sujeitos sociais aqui tratados, as experiências vividas, as adversidades encontradas e os distintos processos de resistências na floresta amazônica torna-se necessário ser explorado. Isto é uma das formas de darmos visibilidade às individualidades e as subjetividades de cada indivíduo. E não como categoria unificada, como se todos tivessem interesses comuns reunidos em prol de um único objetivo, que supostamente era produzir borracha e ganhar muito dinheiro.

Imagem 14: QR code para acessar o material didático



livro digital

Rivania Nogueira

Ou link de acesso ao material didático

<https://read.bookcreator.com/jfkWq37ubVSUaBD33JDjITIAAs1/5BwQqKxIQqW65gKf643bTg>

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do meu trajeto tive a oportunidade de pesquisar em jornais, artigos, livros, documentários e entrevistas, algumas interpretações acerca da história da migração nordestina com destino à Amazônia acreana. Não intencionei apenas destacar as dificuldades encontradas, mas as diversas saídas encontradas pelos nossos sujeitos sociais que foram capazes de transformar as adversidades em resistência e reinvenções diante do novo contexto.

Foi possível percebermos que a maioria das interpretações analisadas tendem a estereotipar e rotular as histórias de “ex-seringueiros” e “ex-seringueiras” de maneira unificada, não oportunizando análises mais amplas em que as vozes dos protagonistas possam ser ouvidas.

No decurso de minha pesquisa busquei dialogar com jornais da década de 1940 do então Território Federal do Acre, como “O Acre” e “Folha do Acre. Onde procurei entender como os sujeitos sociais eram representados e as formas de tratamento/valorização a eles dispensadas. Sendo assim, é possível considerar que os referidos jornais tinham a pretensão de rotular os sujeitos sociais diante de uma perspectiva genérica, como se todas as histórias e passados estivessem indistintamente relegadas à miséria, desesperanças e enganações inescrupulosas.

Contudo, ao conversarmos com dona Maria Floriza de Lima Guimarães percebemos que nem todos os migrantes que vieram do Nordeste brasileiro trabalhar no corte da seringueira tinham motivações únicas (fugir da seca e miséria). A exemplo de sua família que veio do Nordeste movida pela curiosidade.

Para isso, foi necessário buscarmos compreensões da importância da história oral para o nosso trabalho. Inserindo-se nesse contexto, os esclarecimentos do historiador Alessandro Portelli, por este nos ensinar a importância de ouvir os relatos dos diferentes personagens que vivenciaram o processo, mas infelizmente, são menos reconhecidos.

Um dos entrevistados nesta pesquisa foi meu pai, Manoel Ferreira de Oliveira, um “ex-seringueiro” que nos contou, emocionado, como foi sua experiência nos seringais, e as saídas encontradas para vencer os mais difíceis momentos.

São histórias com personagens de nosso cotidiano que podemos buscar entendimento, a partir do momento em que damos a oportunidade de escuta, em que eles possam se expressar livremente. E isso representa uma maneira de valorizar o

nosso passado histórico e cultural.

Historiadores e escritores como Carlos Alberto Alves de Souza, Euclides da Cunha e Antônio José Souto Loureiro em suas obras, costumam associar a imagem do ex-extrator do látex à miséria e desgraça. E desta forma, privilegiam narrativas reducionistas que acabam por produzir adjetivos negativos, ajudando a interditar sujeitos e, conseqüentemente permitir a construção de estereótipos.

O historiador Gerson Rodrigues de Albuquerque nos fala do “Amazonialismo” inventado como parte do projeto colonial-moderno que produziu essencialismos de identidades, lugares, pessoas e regiões com sentidos únicos, abstratos e a-históricos, como mecanismos das variadas formas de poder.

No entanto, o sociólogo peruano Aníbal Quijano promove um debate acerca da interculturalidade, de inclusão e subjetividades. Além de falar sobre as variadas formas de controle exercidas pela modernidade colonial, da necessidade de reconhecimento da pluralidade de saberes e uma América Latina mais justa e inclusiva.

Além de Quijano, Maria Lugones se destaca como referencial para refletirmos como a modernidade contribui para o processo de hierarquização e suas representatividades, que por sua vez, interditam vozes, sujeitos, saberes e culturas.

Ao analisarmos o acervo do artista suíço Jean Pierre Chabloz do Museu Artístico e Histórico, nos deparamos com uma série de idealizações refletidas em imagens que retratam um ambiente distante da realidade em que os trabalhadores iriam se deparar, pois o artista quando produziu o seu primeiro cartaz nunca havia estado na Amazônia, portanto não conhecia o ambiente, era somente do “ouvi dizer”.

Mas, as intencionalidades do órgão encarregado pelo Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA) naquele momento era atrair mão de obra para a Amazônia, sem sequer se preocupar com a saúde, estadia ou garantia dos benefícios oferecidos, como o retorno aos seus ambientes de origem por exemplo.

Contudo, os historiadores Sérgio Roberto Gomes de Souza e Gerson Rodrigues de Albuquerque nos ajudam a problematizar as ausências, as lacunas e violências em algumas produções historiográficas referentes ao Acre. Nos falam na importância da produção de outros sentidos como forma de contrapor a estas ausências.

Podemos dizer que é necessário uma historiografia em que a representação

de grupos e sujeitos que deram contribuições na constituição do lugar em que vivemos não sejam silenciadas e estereotipadas. E sim, que os sujeitos sociais tenham a oportunidade de construir sentidos que enfatizam diferenças e sejam respeitados em suas trajetórias de vida.

Parsa isso, Durval Muniz de Albuquerque Júnior nos apresenta a importância de não produzirmos uma historiografia uniforme, aquela que privilegia o açucarado e a harmonia. E que assim, produza outros estilos, evidenciando sujeitos que não foram contemplados em histórias oficiais, ou seja, é necessário uma história mais Acre, em que sujeitos comuns se sintam pertencentes e construtores dela.

As contribuições da historiadora Circe Maria Fernandes Bittencourt nos foram de grande valia para a constituição desta dissertação. Bittencourt nos fala sobre o Ensino de história na escola básica e ajuda-nos a refletir na possibilidade de nosso alunado exercer interpretações acerca de seu passado. Além de valorizar o nosso cotidiano como objeto de estudo, e desta forma, entender que as transformações também podem ser realizadas por pessoas comuns.

Ao abordarmos o Currículo Único de Referência do Acre (CRUA) nos anos finais do Ensino Fundamental para dimensionarmos como o Ensino de história do Acre se apresenta, como a história local é evidenciada, e ainda como os nossos sujeitos sociais são retratados, nos deparamos com conteúdos e objetivos que interdita e invisibiliza sujeitos e histórias. Além do CRUA se apresentar como um currículo pautado na linearidade em sua essência, pois não é oportunizado conteúdos que contemplem as relações sociais, a valorização da história local, as lutas e memórias de um passado que contemple o “Outro” invisibilizado.

Percebemos aspectos pautados no tradicionalismo de uma história política e econômica quando se trata da história do Acre. Em detrimento de conteúdos que possibilitam o desenvolvimento de uma consciência histórica, crítica e reflexiva em nossos alunos.

Historiadoras como Selva Guimarães e Flávia Rocha nos trazem significativos debates acerca do currículo. Nos fazendo refletir como a história oral e a história local pode nos oferecer possibilidades de formação de sujeitos históricos e críticos, além de poder vincular-se aos conteúdos do currículo.

O produto didático, requisito obrigatório nesta dissertação, encontra-se alinhado às perspectivas críticas. A partir da problematização de imagens, entrevistas de “ex-seringueiros e ex-seringueiras” e autores que se dedicaram a escrever sobre

a temática, se busca o desenvolvimento de uma consciência crítica, reflexiva e problematizadora em nosso alunado.

Acima de tudo, temos a pretensão do desenvolvimento de uma abordagem diferenciada que esteja alinhada a concepções inclusivas em que grupos e sujeitos não sejam rotulados como seres desgraçados pela miséria e que embrenhar-se na Amazônia mostrou-se como a única oportunidade de sobrevivência, como muitos pensam.

Vale lembrar, que a narrativa da mulher seringueira em algumas produções historiográficas tem um peso de discriminação baseado nas invisibilidades, porém faz-se necessária a compreensão de que o papel exercido pelas mulheres nas sociedades dos seringais foi marcado por lutas, resistências e profundas transformações. Seja como mulher seringueira, agricultora, pescadora, ribeirinha, mãe ou cuidadora dos afazeres domésticos.

Todos os sujeitos que contribuíram para a dinâmica da sociedade dos seringais têm o direito de ter suas histórias de vida dignamente evidenciadas como símbolos de lutas, resistências, vitórias, resiliências e livres de qualquer forma de opressão, preconceito e discriminação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues de. **História e historiografia do Acre: notas sobre os silêncios e a lógica do progresso**. Revista Tropos, ISSN: 2358-212X, vol. 1, nº 4, 2015.

ALBUQUERQUE, G. R.; SILVA, F. B. **Leituras de Stuart Hall em cenários amazônicos** Projeto História, São Paulo, n. 56, pp. 149-184, Mai-Ago, 2016.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **História a arte de inventar o passado, ensaios de teoria da história**. Cap.2, Bauru, São Paulo. Edusc, 2007.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Por uma história acre: saberes e sabores da escrita historiográfica. In: ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues de; ANTONACCI, Maria Antonieta Antonacci (Orgs). **Desde as Amazônias colóquios**, volume 2, 1ª ed. Nepan, Rio Branco, 2014.

ALBUQUERQUE, Maria Betânia Barbosa. SOUZA, Márcio Barrados. **Saberes Culturais**. Nepan, Rio Branco, 2016.

ALEXANDRE, Diogo José Alves. **Vozes do Sul**. In: MATOS, Dóris; Cristiane LANDULFO. (Org.). Suleando conceitos e linguagens: decolonialidades e epistemologias outras. 1ª ed. Campinas: Pontes Editores, 2022.

BARROS, José D'Assunção. **Sobre o uso de jornais como fontes históricas** – uma síntese metodológica. Revista portuguesa de história, 2021.

BESSA, Telma. NEVES, Frederico de Castro. MENEZES, Marilda. JUCÁ, Gisafran. NOÊMIA, Lídia. CARVALHO, Teresa. **Entrevista com Alessandro Portelli**. Revista Historiar, Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), Sobral, CE: v.4. nº 4, 2010.

BRITO, Agda Maria. **Mulheres no seringal: Experiência, Trabalho e Muitas Histórias (1940-1950)**. Niterói, RJ, 2017.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de história: fundamentos e métodos**. 2ª ed. São Paulo, 2008.

CUNHA, Euclides da. **À Margem da História**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

CUNHA, Euclides Da. **Um Paraíso Perdido**. 2ª ed. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000.

FERREIRA, Dina Maria Martins. MACHADO, Lucineudo Irineu. **Colonialidade do saber**. In: LANDULFO, Cristiane. MATOS, Doris. (Org.). *Suleando conceitos em linguagens - decolonialidades e epistemologias outras*. 1 ed. Campinas: Editora Pontes, 2022.

FRANZINI, Joelma Ferreira; MACHADO, Tânia Mara Rezende; CABRAL, Grace Gotelip. As inter-relações entre a BNCC e o CRUA e suas implicações na disciplina de ensino religioso no Acre: a negligência do componente humano. **Debates em Educação**, [S. l.], v. 15, n. 37, 2023.

GUILLEN, Isabel Cristina Martins. **Cidadania e exclusão social: A história dos soldados da borracha em questão**. Fundação Joaquim Nabuco, Revista de História, UFC. Fortaleza, vol.1, nº 2, 2002.

GUILLEN, Isabel Cristina Martins. **A batalha da borracha: propaganda política e migração nordestina para a Amazônia durante o Estado Novo**. Fundação Joaquim Nabuco, Revista de Sociologia e Política, nº 9, 1997.

GUIMARÃES, Selva. **História local e fontes orais: uma reflexão sobre saberes e práticas de ensino de História**. Revista História Oral. Rio de Janeiro, vol. 9, nº 1, 2006.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HENRIQUE, M. C.; MORAIS, L. T. **Estradas líquidas, comércio sólido: índios e regatões na Amazônia (século XIX)**. Revista de História, n. 171, p. 49-82, 2014.

JÚNIOR, Antônio Carlos Silva. **Sulear**. In: LANDULFO, Cristiane; MATOS, Doris. (Org.). *Suleando conceitos em linguagens: decolonialidades e epistemologias outras*. 1ª ed. Campinas: Pontes editores, 2022, vol.1, p. 339-349.

JÚNIOR, Florisvaldo Paulo Ribeiro; ALMEIDA, Ivete Batista. (Orgs.) **Ensino de História em Perspectiva Decolonial**. [E-book]. São Leopoldo: Oikos, 2022.

LANDULFO, Cristiane. MATOS, Doris (orgs). **Suleando conceitos e linguagens: decolonialidades e epistemologias outras . Currículo e decolonialidade**. Editora Pontes. Campinas, São paulo, 2022.

LUGONES, Maria. **Rumo a um feminismo descolonial**. Revista Estudos Feministas, 2014.

LOUREIRO, Antônio José Souto. **A “gazeta do Purus”; cenas de uma época. (Sena Madureira – 1918-1924)**. Manaus-Am: Imprensa Oficial, 1981.

LIMA, Frederico Alexandre de Oliveira. **De arigó a soldado da borracha e o fazer-se seringueiro na Amazônia**, Revista Tempo Amazônico, ISSN: 2357-7274, vol. 2, nº 1, 2014.

MCGRATH, D. G. **Parceiros no crime: o regatão e a resistência cabocla na**

Amazônia tradicional. Novos Cadernos NAEA, v. 2, n. 2, p. 57-72, 1999

MARTINELLO, Pedro. **A batalha da borracha na Segunda Guerra Mundial.** EDUFAC, Rio Branco, 2004.

MIRANDA, Gabriela Alves. HOCHMAN, Gilberto. **Selecionar, cuidar e encaminhar: os médicos na Batalha da Borracha (1942-1944).** Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, 2021.

MORAES, Ana Carolina Albuquerque. **Mais borracha para a vitória: sobre o primeiro cartaz de Jean-Pierre Chabloz para a “Campanha da Borracha”.** Revista de História da Arte e da Cultura, Campinas, SP, n. 20, p. 139-165, 2021.

MORAES, Cleodir da Conceição (Org.). **Ensino de história na escola básica: sujeitos, práticas e narrativas.** Ananindeua-PA: Cabana, 2023.

MORALES, Lúcia Arrais. Texto: **O Arquivo Jean Pierre Chabloz do Museu de Arte da Universidade Federal do Ceará (Mauc).** Acervo de Jean Pierre Chabloz: referente à Batalha da Borracha. Fortaleza, CE. P. 5 – 8, 2022.

PEREIRA, José Carlos. **Religião e Poder: os símbolos do poder sagrado.** Revista Eletrônica de Ciências Sociais. Ano 2, vol. 3, 2008.

PESSOA, Valda Inês Fontenele. MACHADO, Tânia Mara Rezende. **Culturas escolares.** Nepan, Rio Branco, 2016.

PORTELLI, Alessandro. **História oral como gênero.** Trad: RIBEIRO, Maria Therezinha Janine. Projeto História, São Paulo, 2001.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: **LANDER, Edgardo. (org.). A colonialidade do saber:** Buenos Aires, vol. 1, nº 1, p. 117 – 142, set./2005.

ROCHA, Flávia Rodrigues Lima da; **Revisitando o currículo de história do Acre na educação básica através da história oral.** Projeto de pesquisa. Revista Nawa, UFAC e comunidade. 2016; 2017.

SALVO, Fernanda. **Filmes de arquivo e reinvenções da memória na Amazônia: remontar o passado, imaginar o futuro.** In: MIRANDA, Elderson Melo de et al (Orgs.). Eu narro, tu narras: tramas da memória, da palavra, do esquecimento em territórios amazônicos e outros lugares. Rio Branco: Nepan, 2023.

SEFFNER, Fernando. **Aprender e ensinar história: como jogar com isso?.** Editora UFRGS, P. 19-34, 2018.

SILVA, Raiza Lira da. **Narrativas históricas no ensino de história: ausências e silenciamentos de homens mulheres indígenas nos escritos sobre a Amazônia acreana (1880-1910).** Dissertação de Mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação Profissional em ensino de História da Universidade Federal do Acre. Rio Branco-Ac, 2024.

SOARES, Manoel Messias Feitosa. SANTOS, Fernando Simplício dos. **Mitos e lendas amazônicos: relatos de experiências de educação socioambiental**. In: MIRANDA, Elderson Melo de. QUEIRÓS, Francisco Aquinei Timóteo. CAVALHEIRO, Juciane dos Santos. MORAIS, Maria de Jesus. (Orgs.). *Eu narro, tu narras: tramas da memória, da palavra, do esquecimento em territórios amazônicos e outros lugares*. Rio Branco: NEPAN, vol. 1, 2023.

SOUZA, João José Veras de. **Seringalidade: a colonialidade no Acre e os condenados da floresta**. Tese de doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas, 2016.

SOUZA, Sérgio Roberto Gomes de. **O não dito sobre violências, silenciamentos e resistências: lacunas na historiografia acreana (1900-1920)**. *Jamaxi | Jul-Dez | v. 6, nº 2*, 2022.

SOUZA, Carlos Alberto Alves de. **História do Acre: Novos temas, Nova abordagem**. 9ª ed. Rio Branco, 2019.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a História e Foucault revoluciona a história**. Editora UNB, 2008.

WOLFF, Cristina Scheibe. **Marias, Franciscas e Raimundas: uma história das mulheres da floresta Alto Juruá, Acre 1870- 1945**.

WOLFF, Cristina Scheibe. **Marias, Franciscas e Raimundas: Uma História das Mulheres da Floresta, Alto Juruá, Acre, 1870-1845**. 1. ed. São Paulo: [s.n.], 1998.

Cartazes e o contrato de trabalho

Flagelados: caminho e vantagens

Mais borracha para a vitória. Cartaz Mais borracha para a Vitória 11,7cm x 17,5cm J.P.Chabloz

O SEMTA trabalha pelo Brasil e pelas democracias. O SEMTA arregimenta e protege os soldados da borracha.

Rumo à Amazônia: Terra da fartura. Rumo à Amazônia Cartilha

Vida Nova na Amazônia 21,5 x 16,5 cm. Museu de Arte da UFC, Arquivo Institucional e Histórico Jean Pierre Chabloz.

Acervo de Jean Pierre Chabloz: referente ao contrato de trabalho fornecido pelo SEMTA: Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia - por J. P. Chabloz / Auricélia França de Souza Reis, Graciele Karine Siqueira, Thiago Nogueira de Freitas (organizadores). – Fortaleza: Mauc, 2022. P. 112.

Documentos normativos

ACRE. Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esportes. **Currículo Único de Referência do Acre (CRUA):** Ensino Fundamental. Rio Branco, AC, 2020. Disponível no site eletrônico: <https://pt.scribd.com/document/816031965/Curriculo-de-Referencia-Unico-Do-Acre-Ensino-Fundamental>. Acesso em: 20 de outubro de 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: MEC, 2018. Disponível no site eletrônico: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 20 de outubro de 2025.

Entrevistas

GUIMARÃES, Maria Floriza de Lima. **Entrevista concedida a Rivania Nogueira de Oliveira.** Sena Madureira, 10 de maio de 2024.

OLIVEIRA, Manoel Ferreira de. **Entrevista concedida a Rivania Nogueira de Oliveira.** Sena Madureira, 18 de maio de 2024.

Periódicos

Arigó. O Acre, Rio Branco, 30 de abril de 1944, ano XIV, nº 744, p. 4. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/>

Sr. Valentim e sua comitiva visitando o Acre. Jornal O Acre, Rio Branco 6 de junho de 1943, ano XIV, nº 697, p. 1. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/>

Conserve seu sorriso e a música composta por Expedito. O Acre, Rio Branco, 13 de fevereiro de 1944, ano XIV, nº 733, p. 3. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/>

Os dois seringueiros. O Acre, ano XIV, Rio Branco, 2 de maio de 1943, nº 692, p. 4. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/>

Folha do Acre, História de um imigrante. Rio Branco-Acre, 3 de fevereiro de 1946, ano XXXVI, nº 62, p.4. disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/>


Anexos

TERMO DE CONSENTIMENTO À PARTICIPAÇÃO DE ENTREVISTA

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistada e colaborar com o trabalho da dissertação em mestrado referente ao: **Programa de Pós-Graduação Profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA)**. É um mestrado profissional voltado para professores de História da Educação Básica, oferecido em rede nacional.

Esta pesquisa tem como título: **TRAJETÓRIAS DE SERINGUEIROS E SERINGUEIRAS NO ACRE TERRITORIAL DURANTE A "BATALHA DA BORRACHA" (1940-1949): OUTRAS ABORDAGENS** desenvolvida pela mestrandia **RIVANIA NOGUEIRA DE OLIVEIRA**. Fui informada, ainda, de que a pesquisa é orientada por **Dr. SÉRGIO ROBERTO GOMES DE SOUZA**.

Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado (a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais é conhecer histórias de personagens que participaram da migração nordestina em direção à Amazônia na década de 1940. Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento à participação em entrevista.



Maria Floriza Lima Guimarães

Participante da entrevista

TERMO DE CONSENTIMENTO À PARTICIPAÇÃO DE ENTREVISTA

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado e colaborar com o trabalho da dissertação em mestrado referente ao: **Programa de Pós-Graduação Profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA)**. É um mestrado profissional voltado para professores de História da Educação Básica, oferecido em rede nacional.

Esta pesquisa tem como título: **TRAJETÓRIAS DE SERINGUEIROS E SERINGUEIRAS NO ACRE TERRITORIAL DURANTE A "BATALHA DA BORRACHA" (1940-1949): OUTRAS ABORDAGENS** desenvolvida pela mestranda **RIVANIA NOGUEIRA DE OLIVEIRA**. Fui informado, ainda, de que a pesquisa é orientada por **Dr. SÉRGIO ROBERTO GOMES DE SOUZA**.

Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais é conhecer histórias de personagens que participaram da migração nordestina em direção à Amazônia na década de 1940. Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento à participação em entrevista.



Manoel Ferreira de Oliveira

Participante da entrevista